

INTERESSE
NACIONAL

INTERESSE NACIONAL

Ano 4 • Número 14 • Julho-Setembro de 2011

EDITORA

Maria Helena Tachinardi

EDITOR RESPONSÁVEL

Rubens Antonio Barbosa

CONSELHO EDITORIAL

André Singer
Berta Becker
Carlos Eduardo Lins da Silva
Claudio Lembo
Claudio de Moura Castro
Daniel Feffer
Demétrio Magnoli
Eliézer Rizzo de Oliveira
Eugênio Bucci
Fernão Bracher
Gabriel Cohn
Glauco Arbix

João Geraldo Piquet Carneiro
Joaquim Falcão
José Luis Fiori
Leda Paulani
Luiz Carlos Bresser Gonçalves Pereira
Raymundo Magliano
Renato Janine Ribeiro
Ricardo Carneiro
Ricardo Santiago
Roberto Pompeu de Toledo
Sergio Fausto

INTERESSE NACIONAL é uma revista trimestral de debates
focalizada em assuntos de natureza política, econômica e social.
Copyright © dos trabalhos publicados pertence a seus autores.

Direitos reservados à

ASSOCIAÇÃO INTERESSE NACIONAL
Av. Brigadeiro Faria Lima, 2413, sobreloja, cj. B
01452-000 • São Paulo • SP • Brasil
Tel. (11) 3039-6330 • fax (11) 3039-6334

CIRCULAÇÃO

DPA Cons. Editoriais Ltda.
dpacon@uol.com.br • Tel. (11) 3935-5524

ASSINATURAS

Brand Member Marketing Direto
editorial@interessenacional.com • Tel. (11) 3971-4372

DISTRIBUIÇÃO NACIONAL

Fernando Chinaglia Comercial e Distribuidora

Printed in Brazil 2011

www.interessenacional.com • ISSN 1982-8497

Imagem da capa: Fotografia de Alessandro Paiva (www.sxc.hu)

Sumário

ANO 4 • NÚMERO 14 • JULHO-SETEMBRO DE 2011

7 Apresentação

ARTIGOS

10 O Papel do PT e da Oposição no Brasil

JOSÉ DIRCEU

O ex-ministro da Casa Civil e membro do Diretório Nacional do PT critica as posições defendidas por Fernando Henrique Cardoso no artigo "O Papel da Oposição", publicado na edição 13 desta revista. Em seu texto, José Dirceu recoloca em perspectiva alguns temas apresentados pelo ex-presidente FHC, "reparando-os, para que possamos promover os ajustes finos necessários à nossa ação política, que tem nos instrumentos de estímulo do desenvolvimento sustentável com distribuição de renda, geração de empregos e inclusão social os trampolins para o soerguimento do Brasil que sonhamos e temos a possibilidade de realizar".

19 Direita e Esquerda na Terra de Macunaíma

ROBERTO POMPEU DE TOLEDO

Os polos esquerda-direita são a pior forma de identificar tendências políticas, exceto todas as outras. Difícil é distingui-los, como demonstra um exemplo extraído da atualidade brasileira: na última campanha presidencial, era notório, para quem estivesse minimamente familiarizado com o pensamento do candidato José Serra, que se ganchasse ele mexeria na política de juros e de câmbio, enquanto a candidata Dilma

Rousseff, como representante da continuidade, manteria a política econômica ortodoxa em vigor. A primeira posição se encontra doutrinariamente mais à esquerda, a segunda mais à direita. No entanto, Serra foi tido como o candidato da direita, e Dilma, a da esquerda.

25 Socialismo, Comunismo, Corporativismo... PT!

LEÔNICIO MARTINS RODRIGUES

A hipótese principal do autor é que o corporativismo e o populismo bloquearam a expansão do socialismo e do comunismo no Brasil. "Certamente, o marxismo influenciou fortemente a cultura política nacional, mas os partidos socialistas e comunistas, como organização, tiveram mais influência na intelligentsia de classe média ou de classe alta do que nas classes operárias e populares. Mas essas mesmas estruturas ajudaram a ascensão do PT, o único partido considerado de esquerda que conseguiu ter êxito eleitoral e controlar altos postos da administração pública municipal, estadual e federal."

33 A Parte de Baixo da Sociedade Brasileira

JESSÉ SOUZA

Os emergentes são a maior novidade econômica, social e política do Brasil na última década. Quando se chamam os emergentes de "nova classe média" está se querendo dizer que o Brasil está se tornando um país de primeiro mundo, onde as classes médias e não os pobres formam

o grosso da população. Isso, infelizmente, ainda está muito longe de ser verdade. Os “batalhadores” se assemelham muito mais a uma classe trabalhadora precarizada típica do contexto social do pós-fordismo, sem direitos e garantias sociais, que trabalha de 10 a 14 horas por dia, estuda à noite e faz bicos nos fins de semana.

42 A Política de Segurança Pública no Brasil

REGINA MIKI

A 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública (1ª Conseg), realizada em 2009, foi um marco democrático nesta área. Pela primeira vez, houve um espaço institucional de participação que reuniu sociedade civil, trabalhadores e gestores da segurança pública debatendo quais deveriam ser os princípios e as diretrizes orientadores para a política nacional. Entre os itens priorizados, estão o desarmamento, a participação social, os conselhos comunitários de segurança, a importância dos municípios como gestores da política de segurança pública, o policiamento comunitário, a valorização profissional, o enfrentamento do preconceito e o acesso à justiça.

45 Um Olhar sobre o Futuro das Relações Brasil-China

CLODOALDO HUGUENEY

A recente visita da presidente Dilma Rousseff à China, por sua natureza e resultados, marcou a abertura de uma nova etapa nas relações bilaterais. Talvez seja a primeira vez que um presidente do Brasil escolha, para uma de suas primeiras viagens internacionais, a China. Esse gesto demonstrou a nova prioridade da China e da Ásia na diplomacia brasileira. O Brasil não tem por que ver com receio a ascensão chinesa, sustenta o autor, que escreve sobre a estratégia de longo prazo para a re-

lação entre o Brasil e a China que começa a ser desenhada.

54 As Perspectivas das Relações Brasil-EUA nos Próximos Dez Anos

RUBENS BARBOSA

Três desafios se colocam para o desenvolvimento das relações Brasil-EUA na próxima década: como conectar os interesses reais dos dois países; modificação das percepções sobre o Brasil nos EUA e o que o País vai querer das relações com o seu parceiro do Norte. Tudo indica que a política externa brasileira será mais pragmática que a do governo anterior. Caso isso venha de fato a ocorrer, a identificação de reais perspectivas de cooperação em áreas de interesse do Brasil e dos EUA vai se apresentar como uma prioridade. É possível antecipar que o descolamento do Brasil do resto da América Latina deverá acarretar a inclusão de nosso país em novas parcerias empresariais globais com os EUA e com outros países dentro e fora da região, avalia o autor.

61 Atratividade do Brasil como Polo Internacional de Investimentos e Negócios

PAULO DE SOUSA OLIVEIRA JR.

As principais regiões do mundo estão estruturadas em redes de negócios. Essas redes são formadas por quatro tipos de polos de acordo com seu escopo de atuação: globais, regionais, locais e especializados. América do Norte, Europa e Ásia concentram a maior parte da atividade econômica global e já se estruturam em redes de negócios articuladas com diversos tipos de polos. As regiões mais desenvolvidas estão passando por profundas crises e transformações que criam um novo entorno de desafios e oportunidades para a América Latina e para o Brasil.

71 Críticas e Comentários

Apresentação

.....

A edição 13 da *Interesse Nacional* marcou de forma especial a história dos três anos da nossa publicação em função do debate político, com enorme repercussão na sociedade, suscitado pelos artigos sobre o papel da oposição.

O presente número ainda ecoa a polêmica levantada pela análise do sociólogo e ex-presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na abertura da edição anterior. FHC traçou um roteiro para as oposições construir uma nova estratégia político-eleitoral, sendo uma das alavancas um trabalho para ampliar a influência sobre as novas classes médias, em contraposição à persistência, na disputa com o PT, pelos “movimentos sociais”, ou pelo “povão”, isto é, as massas carentes e pouco informadas.

Em resposta, o ex-ministro da Casa Civil e membro do Diretório Nacional do PT, José Dirceu – que na edição 8 desta revista escreveu o texto “PT e PSDB: Por que as Divergências são Inconciliáveis?” –, polemiza com os tucanos em novo artigo crítico, “O Papel do PT e da Oposição no Brasil”, que abre o presente número.

Diz José Dirceu: “Não é de hoje que as forças que se aliam em torno do presidente Lula e, agora, de Dilma Rousseff, em apoio às políticas governamentais, têm identificado nas oposições a ausência de alternativas. Nesse sentido, as formulações de FHC tentam reorganizar a maneira de agir, a partir do estabelecimento

de um ‘público-alvo’, por assim dizer, que é a chamada nova classe média. Ou seja, o tucano produz, antes de qualquer coisa, uma análise e uma estratégia eleitoral, para fazer seu partido retornar ao governo federal. Essa tentativa parte da premissa de que faltam às oposições um projeto e uma estratégia de ação, mas também do reconhecimento de que o Partido dos Trabalhadores é historicamente muito mais bem-sucedido no diálogo com as camadas mais populares da sociedade – nas palavras do ex-presidente tucano, ‘as oposições se baseiam em partidos não propriamente mobilizadores de massas’. Em suma, finalmente dá-se o braço a torcer de que foi o governo Lula e do PT que se voltou a essas camadas menos favorecidas”.

O Conselho Editorial, reunido em 5 de abril, decidiu levantar nesta edição outra discussão de fundo: o que é ideologia no Brasil de hoje? Por que no Brasil ninguém tem coragem de dizer que é de direita, embora, na prática, a maioria se apresente como de tendência conservadora? Nota-se, acima de tudo, a falta de uma ideologia clara dos partidos políticos. O que é ser liberal hoje? O que é ser socialista?

Para refletir sobre o tema, *Interesse Nacional* convidou o jornalista, articulista de *Veja* e membro do Conselho Editorial desta revista, Roberto Pompeu de Toledo, e o professor de Ciência Política da USP e da Unicamp, Leôncio Martins Rodrigues.

“Em nenhum lugar do mundo a ideologia desapareceu, levando consigo a oposição entre

esquerda e direita. Difícil pode ser distingui-las, e não é de hoje”, escreve Pompeu de Toledo no artigo “Direita e Esquerda na Terra de Macunaíma”. Por meio de vários exemplos do passado e atuais, ele explica didaticamente esse contexto.

Com o olhar de cientista político reconhecido por sua especialização (como atestam os livros que escreveu *CUT: os Militantes e a Ideologia; Lenin: Capitalismo de Estado e Burocracia; Mudanças na Classe Política Brasileira; Destino do Sindicalismo; e Partidos, Ideologia e Composição Social*), Leôncio Martins Rodrigues oferece ao leitor algumas hipóteses sobre o malogro, na história política brasileira, dos partidos do tipo social-democrata e comunista, mais ou menos semelhantes aos que existiram na Europa.

Esta edição analisa, também, o tema da nova classe social emergente em artigo do sociólogo Jessé Souza. Ele tem se debruçado sobre o fenômeno da nova classe média brasileira, que ascendeu socialmente nos últimos anos. O autor do artigo “A Parte de Baixo da Sociedade Brasileira” refuta essa definição e explica por quê em seu livro *Os Batalhadores Brasileiros: Nova Classe Média ou Nova Classe Média Trabalhadora?*

“Essa classe não tem nada das classes médias privilegiadas e estabelecidas”, afirma. “Os ‘emergentes’, que preferimos chamar no nosso estudo de ‘batalhadores’ ou ‘nova classe trabalhadora’, não possuem nenhum dos privilégios de nascimento da classe média verdadeira.”

O artigo “A Política de Segurança Pública no Brasil”, de Regina Miki, secretária nacional de Segurança Pública, que *Interesse Nacional* traz para fomentar esse importante debate, detalha as diretrizes na área e os itens priorizados, como “desarmamento, participação social, conselhos comunitários de segurança, a importância dos municípios como gestores da política de segurança pública, o policiamento comunitário, a valorização profissional, o enfrentamen-

to do preconceito, o acesso à justiça, a priorização das penas e medidas alternativas, a cultura de paz e o fortalecimento do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci)”.

O que o Brasil quer das suas relações com a China, segunda maior economia do mundo e recentemente visitada pela presidente Dilma Rousseff? Quais são os principais desafios para o desenvolvimento das relações Brasil-EUA na próxima década? Esses temas de relevante interesse nacional estão presentes nesta edição em textos de dois diplomatas – Clodoaldo Hugueneu, embaixador do País na China, e Rubens Barbosa, ex-embaixador em Washington.

O ponto central da visita de Dilma Rousseff à China, segundo Hugueneu, autor de “Um Olhar sobre o Futuro das Relações Brasil-China”, “foi a proposta brasileira de dar um salto qualitativo nas relações”.

Nos recentes encontros entre os presidentes Dilma Rousseff e Barack Obama, em Brasília, foram lançadas as bases em que as relações entre o Brasil e os EUA deverão evoluir nos próximos anos, abrindo a possibilidade de avanços concretos que venham a beneficiar os governos e o setor privado dos dois países, aproveitando as grandes transformações que ocorrem no mundo, analisa Rubens Barbosa no artigo “As Perspectivas das Relações Brasil-EUA nos Próximos Dez Anos”.

O Brasil passa por um momento ímpar, diz Paulo de Sousa Oliveira Jr., diretor-presidente da BRAIN (Brasil Investimentos e Negócios), associação composta por empresas de diversos setores da economia, que tem por objetivo transformar o Brasil num polo de desenvolvimento de negócios para a América Latina, atraindo investidores de todo o mundo para a região. Em artigo, ele explica que as principais regiões do mundo estão estruturadas em redes de negócios e que as regiões mais desenvolvidas estão passando por profundas crises e transfor-

mações que criam um novo entorno de desafios e oportunidades para a América Latina e para o Brasil.

Concluindo a apresentação deste número,

destacamos que a seção Críticas e Comentários traz a repercussão na mídia, e entre os leitores, dos artigos publicados no número anterior de *Interesse Nacional*. ○

OS EDITORES

O Papel do PT e da Oposição no Brasil



JOSÉ DIRCEU

“Enquanto o PSDB e seus aliados persistirem em disputar com o PT influência sobre os ‘movimentos sociais’ ou o ‘povão’, isto é, sobre as massas carentes e pouco informadas, falarão sozinhos.” Com este trecho, que integrou seu artigo sobre a crise das oposições na edição passada desta revista, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso voltou a tentar encontrar um rumo para seu partido no debate político nacional.

O parágrafo provocou fortes reações negativas de seus aliados. Sem dúvida, coloca-se em terreno fértil para uma reflexão das oposições sobre seu próprio papel e comportamento desde que o PT chegou ao executivo federal e iniciou a sedimentação do projeto de transformação do Brasil em um país que cresce gerando empregos e distribuindo renda. Mas, acima de tudo, ciente das carências programáticas que assolam as oposições, FHC procura traçar uma estratégia eleitoral, identificando nas classes médias brasileiras o estrato social capaz de permitir a organização de um discurso de oposição com potencial de enfrentamento.

Há, contudo, combustível para que nós, do Partido dos Trabalhadores, façamos igualmente uma reflexão sobre o papel decisivo que desempenhamos ao longo de trinta anos e, a partir dessa compreensão, delinear nossa atuação

no bojo da maior aliança político-partidária já construída na história do nosso país, de sustentação do governo da presidenta Dilma Rousseff.

Trata-se, portanto, de recolocar em perspectiva alguns temas apresentados pelo ex-presidente FHC, reparando-os, para que possamos promover os ajustes finos necessários à nossa ação política, que tem nos instrumentos de estímulo do desenvolvimento sustentável com distribuição de renda, geração de empregos e inclusão social os trampolins para o soerguimento do Brasil que sonhamos e temos a possibilidade de realizar.

Sem programa

O artigo de Fernando Henrique Cardoso pode ser dividido em dois grandes blocos, ainda que suas ideias e sentenças estejam misturadas e intercaladas entre si ao longo do texto: um bloco de genuíno reconhecimento das fragilidades programáticas e de ação que abateram, e seguem abatendo, as oposições nos últimos anos, avaliação que merece ser reconhecida pela coragem; e um segundo grupo de sentenças que visam a reestruturar o discurso oposicionista com afirmações de efeito, sem amparo na realidade, imprecisas ou mesmo equivocadas, a respeito do que foi o governo Lula e do que tem sido a atuação do PT na última década. É preciso, portanto, reparar tais afirmações, porque estas foram tecidas unica-

.....
JOSÉ DIRCEU, 65 anos, é advogado, ex-ministro da Casa Civil, membro do Diretório Nacional do PT

mente para atender aos interesses políticos de criticar nosso projeto de Brasil.

De todos os expoentes das oposições brasileiras, talvez não tenha havido ninguém que tenha feito o que o ex-presidente FHC fez em seu artigo: tocar nas feridas abertas da carência de projeto de país e da inexistência de alternativas a apresentar à nação. Isso está explícito em: “Os opositoristas para serem ouvidos precisam ter o que dizer”. Ou então: “Na verdade, falta-nos estratégia. Estratégia não é plano de ação: é o peso relativo que se dá às questões desafiadoras do futuro somado à definição de como as abordaremos”. Essas compreensões permitem diagnosticar a distância que há entre o que pretendem as oposições e o que de fato têm conseguido, que é o afastamento dos anseios políticos da sociedade brasileira. Caso contrário, não teria o ex-presidente finalizado com o seguinte questionamento: “as oposições políticas, por fim, se nada ou pouco tiverem a ver com as múltiplas demandas do cotidiano, como acumularão forças para ganhar a sociedade?”

Nova classe média

Não é de hoje que as forças que se aliam em torno do presidente Lula e, agora, de Dilma Rousseff, em apoio às políticas governamentais, têm identificado nas oposições a ausência de alternativas. Nesse sentido, as formulações de FHC tentam reorganizar a maneira de agir, a partir do estabelecimento de um “público-alvo”, por assim dizer, que é a chamada nova classe média. Ou seja, o tucano produz, antes de qualquer coisa, uma análise e uma estratégia eleitoral, para fazer seu partido retornar ao governo federal. Essa tentativa parte da premissa de que faltam às oposições um projeto e uma estratégia de ação, mas também do reconhecimento de que o Partido dos Trabalhadores é historicamente muito mais bem-sucedido no diálogo com as camadas mais populares da socieda-

de – nas palavras do ex-presidente tucano, “as oposições se baseiam em partidos não propriamente mobilizadores de massas”. Em suma, finalmente dá-se o braço a torcer de que foi o governo Lula e do PT que se voltou para essas camadas menos favorecidas. Essa compreensão é cristalina no polêmico parágrafo escrito por FHC e reproduzido no início deste artigo.

Há, de fato, intrínseca relação e simbiose entre o Partido dos Trabalhadores e os movimentos sociais e os setores populares, de onde se origina grande parcela dos quadros do PT e para os quais também se voltam nosso projeto. No entanto, o mandato conferido pelas urnas ao PT não foi exercido exclusivamente com o objetivo de beneficiar os historicamente excluídos, mas obteve êxito também em criar as condições para o atendimento de outros setores da sociedade, na medida de suas necessidades. Ao apostar na formação de um mercado interno robusto, o governo Lula mirou a colheita de frutos para todos, consubstanciada no chamado ciclo virtuoso de crescimento. Esse é igualmente o norte do governo Dilma, fazer do Brasil um “país de classe média”, como defendeu a presidenta em sua campanha eleitoral e no momento de sua posse. Nada mais sintonizado com esse objetivo do que intensificar, com a fixação de metas, as políticas públicas de erradicação da pobreza extrema. E o recém-lançado programa Brasil sem Miséria vai ao encontro desse desafio de ser “classe média”, porque permite atacar a desigualdade social e também robustecer o mercado interno. Não será pouco, pois romper em doze anos as barreiras construídas há séculos para separar as elites das classes populares se constituirá em um dos grandes marcos deste país.

Viabilizar a concretização de tais políticas permite que consigamos aprofundar todo um novo conjunto de medidas voltadas para esse grupo de “classe média” (heterogêneo, diga-se, e em expansão graças às políticas que implantamos quando governo) que FHC visualiza como a tábua de salvação do trabalho de reorganizar

as oposições. Medidas que podemos chamar de “segunda geração”, ainda que muitas delas já tenham feito parte das ações do governo Lula, como priorizar as micro e pequenas empresas e a agricultura familiar na concessão de crédito do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e do Pronaf (Programa Nacional de Agricultura Familiar). Nos últimos quatro anos, o volume de empréstimos do BNDES para micro e pequenas empresas saltou de R\$ 11 bilhões (2006) para mais de R\$ 45 bilhões (2010)¹, enquanto que o Pronaf registrou crescimento de cerca de R\$ 10 bilhões na oferta de crédito à agricultura familiar entre os anos 1999/2000 e 2008/2009 (de R\$ 3,28 bilhões para R\$ 13 bilhões)². A agenda do próximo governo está repleta de propostas com esse perfil: do Plano Nacional de Banda Larga às reformas política e tributária (ambas ainda não aprovadas graças aos obstáculos criados pelas oposições), passando por programas e medidas em educação, saúde, tecnologia, geração de emprego e infraestrutura. Nesse sentido, é responsabilidade do governo Dilma e do PT atentarem para essa transformação da sociedade brasileira: se sua formação é cada vez mais “classe média”, logo, o desafio é construir políticas públicas para atender a esse público, disputando-o na seara política com as oposições.

.....

1. Vale ler o artigo “Briga com a Realidade”, de Fábio Kerche, assessor da presidência do BNDES, publicado no jornal *O Globo* em 30 de maio de 2011.

2. O crédito do Pronaf é oferecido via Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), com operacionalização do Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia (chamados de básicos) e BNDES, Bancoob, Bansicredi e associados à Febraban (vinculados). De fato, o número de municípios atendidos pelo Pronaf subiu de 3 403 em 1999/2000 para 5 379 em 2007/2008, uma expansão de 58%. O crescimento do crédito realizado foi ainda maior: de R\$ 2,15 bilhões em 1999/2000, chegou aos R\$ 9 bilhões em 2007/2008 (300% a mais). Dados disponíveis em <http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf/2259286>

Clareando os fatos

Ocorre que o ex-presidente também reuniu em seu artigo uma série de inverdades, sobre questões vitais para as chamadas classes médias velhas e novas, que têm inclusive se espalhado nos discursos das oposições desde a campanha presidencial de José Serra e foram repetidas com frequência na 10ª Convenção Nacional do PSDB de finais de maio. São acusações ao governo Lula e ao PT de loteamento da máquina pública, aliadas ao discurso de maleabilidade ideológica, acrescidas de reivindicações da autoria de avanços ocorridos na era Lula e temperadas com uma boa dose de cobrança daquilo que não fizeram quando estiveram à frente do governo.

Um dos artifícios do discurso tucano é repetir que as administrações do PT se pautam pelo loteamento de cargos – a frase foi dita e explorada à exaustão na campanha passada, com o beneplácito da grande mídia, que, de resto, tem lado e interesses no jogo político ora travado no País. Ocorre que nas hostes oposicionistas é costumeira a confusão entre o que se constitui loteamento de fato e o desejável e necessário preenchimento de cargos de alto escalão com critérios não somente técnicos, mas políticos, haja vista a insuperável exigência de sinergia entre as diretrizes maiores de um governo e o trabalho de seus principais expoentes.

Em suma, não se pode atrair para funções-chave na administração pública pessoas alheias ou contrárias ao rumo maior de um governo – o que seria, inclusive, estelionato eleitoral. Isso acontece em todas as democracias do mundo e não há quem estranhe ou faça acusações de loteamento de cargos. O que há de se estranhar é a nomeação de personagens que em nada guardam relação com as funções para as quais são indicadas, algo muito frequente nos governos estaduais do PSDB em São Paulo, por exemplo. A intenção oculta das forças oposicionistas, em associação com a grande mídia, é pregar nos governos do PT a pecha do clientelismo, para

abrir canais de acesso midiático junto às “classes médias” pela bandeira da ética.

Ora, uma simples consulta aos boletins de pessoal do Ministério do Planejamento permite identificar que as indicações políticas para cargos de confiança no governo federal são minoritárias. Sob o governo Lula, por exemplo, cerca de 70% dos cargos comissionados foram ocupados por servidores de carreira. Há igualmente uma profunda desinformação em supor que inexistente combinação do critério político com qualificação técnica; afinal, isso comprometeria o desempenho do governo e não se alcançariam tantos resultados positivos como os que nossos governos apresentaram. Um outro engodo nas críticas das oposições diz respeito às concepções sobre o papel do Estado e sua importância para o desenvolvimento nacional. Sem dúvida, não prevalece do lado do PT e de seus governos a visão de reduzir o Estado ao mínimo, com terceirização de suas atividades, comprometendo as carreiras públicas, o planejamento e a gestão das políticas. Essa prática integrada os manuais neoliberais, foi largamente utilizada nas gestões do PSDB e termina por responsabilizar o funcionalismo por uma opção que é exclusivamente do governo. Nossa concepção, implementada nos últimos oito anos, é a de que, para atingirmos em médio e longo prazos os objetivos centrais do projeto de país escolhido pela sociedade brasileira, faz-se fundamental reorganizar as funções de Estado. Nesse sentido, as carreiras foram restabelecidas e a máquina estatal ganhou corpo, permitindo que o Estado voltasse a formular, planejar, gerir e executar políticas públicas.

Funcionalismo público

Resgatamos, ao fim e ao cabo, a autoestima do funcionário público, via realização de concursos para novas vagas e também com a valorização salarial. Assim, foi possível fazer que a ação estatal se ocupasse de concretizar um conjunto de medidas sociais conectadas aos

objetivos de ampliar e distribuir renda e elevar significativamente o volume de empregos, bem como foi possível, por meio do Estado, estimular a economia onde a iniciativa privada não atuaria, colhendo os frutos do fortalecimento da indústria, da dinamização do comércio e da criação de recordes nas exportações – inclusive, neste 2011, de grande competição internacional. Foram as opções de investir e ampliar a capacidade do Estado que levaram o Brasil a crescer com confiança em suas qualidades e em seu potencial.

Evidente que há o que avançar nesse capítulo, e este é um dos desafios da presidenta Dilma Rousseff: ampliar a eficiência na gestão pública, compromisso assumido já durante a campanha presidencial de 2010, e reforçado no início do governo. Mas não se consegue desembaraçar de uma hora para outra todos os nós historicamente criados no interior da máquina estatal, especialmente aqueles oriundos de concepções flagrantemente antagônicas às nossas, como as neoliberais da gestão tucana.

Ficamos quase quarenta anos sem projetos novos de desenvolvimento em diversos setores estratégicos do País. Por isso, soa absurda a cobrança por realizações em setores nos quais houve sucateamento do Estado durante os anos em que a oposição governou o País. Algo que ela faz sistematicamente, ilustrado no exemplo do questionamento a seguir do citado artigo de FHC: “Onde está a infraestrutura que ficou bloqueada em seus avanços pelo temor de apelar à participação da iniciativa privada nos portos, nos aeroportos, na geração de energia e assim por diante?”

A bem da verdade, o ex-presidente parece cobrar por suas próprias (in)ações, que têm no inédito, duradouro e prejudicial “apagão” de geração de energia seu ápice – resultado de erros sistêmicos no setor energético.

Convém pontuar que os entraves em infraestrutura vêm sendo desbloqueados desde o primeiro momento em que Lula e o PT chegaram ao executivo federal. Primeiramente, com

o resgate no setor público do planejamento de longo prazo, que permite com que o País caminhe estrategicamente para se colocar como ator relevante no cenário internacional, ao mesmo tempo em que se estrutura internamente, superando suas maiores mazelas, quais sejam, a vergonhosa disparidade socioeconômica e cultural e o baixo nível de crescimento – em grande parte, devido à difusão como verdade inquebrantável da tese de que crescer acima de determinados índices provoca desequilíbrios econômicos: portanto, o País e seus excluídos que esperem.

Infraestrutura

A resolução dos entraves de infraestrutura que a oposição nos cobra está em pleno andamento, como há de se diagnosticar, por exemplo, no lançamento, já em 2003, do Plano de Revitalização Ferroviária. Mas o salto que precisamos dar em logística se estende para além: construção de novas hidrelétricas, retomada da ferrovia Norte-Sul, a Transnordestina, a transposição do rio São Francisco e a reestruturação do setor naval são apenas algumas mostras da retomada de uma agenda de resolução de problemas. No setor energético, hoje, fala-se em fontes limpas e nas possibilidades de combustíveis renováveis, área em que o Brasil é referência e projeta-se internacionalmente como grande potência. Nos transportes, a partir do Plano Nacional de Logística e Transportes, de 2007, passamos a projetar investimentos até 2023 – a previsão é destinar R\$ 290 bilhões para a modernização da malha de transportes de mercadorias e de passageiros. O que as oposições classificam como “mecanismos de concessão de benesses às massas carentes”, como escreveu FHC, são, na verdade, grandes programas de inclusão de massas até então desatendidas pelo poder público, como se denota no Bolsa Família, no Minha Casa, Minha Vida e no Luz para Todos. Passamos, portanto, a contar com um planejamento em infraestrutura para quinze e vinte anos e

com planos de grande potencial transformador da vida das pessoas.

Hoje, como há décadas não se via, o Brasil tem um Plano de Aceleração do Crescimento, que acertadamente envolve governos estaduais e municipais na exigência de elaboração de projetos que permitam alocar recursos públicos para promover transformações logísticas e sociais. Isso se chama governar um país com participação de todos os níveis da administração. Os PACS 1 e 2 deixarão, em pouco mais de uma década, um legado sem precedentes na nossa história, em áreas nas quais havia flagrante abandono e lentidão por parte dos governos anteriores: saneamento, transporte público, habitação, energia, rodovias, portos, aeroportos, ferrovias, hidrovias, irrigação e eclusas. Em quatro anos, foram investidos R\$ 444 bilhões, o correspondente a 82% dos investimentos previstos no PAC 1. O restante dos R\$ 541,8 bilhões serão aplicados até finais de 2011, sobrepondo-se ao R\$ 1 trilhão de investimentos previstos no PAC 2, cujo foco é melhorar as condições de vida nas grandes cidades, a partir de ações e obras de gás, petróleo (pré-sal), habitação, saneamento, água, energia e transportes³. Todo esse conjunto de intervenções permite estimular os setores produtivos e colher benefícios sociais para todos os brasileiros. A maturação dos investimentos e das ações governamentais ampliará os canais de diálogo com as chamadas “classes médias”, e cabe a nós difundir esses avanços para sensibilizá-las.

Maior crise do capitalismo

Outro flanco de ataques vindo da oposição procura, em um duplo movimento, reivindicar a autoria de programas, ações e os bons resultados obtidos no governo de Lula e do PT, ou desqualificar os êxitos de nossa administração, computando-os ao mero ce-
.....

3. Informações disponíveis em: <http://www.brasil.gov.br/pac/>

nário internacional positivo. Aliás, diga-se, a responsabilidade pelos fracassos da gestão tucana também é atribuída por eles a um ambiente hostil na economia mundial, o que não se sustenta. A maior crise que o capitalismo já enfrentou desde o longínquo ano de 1929 acabou se transformando em um divisor de águas e em um duro golpe nos sustentáculos desse discurso-padrão. De um lado, a crise de 2008/2009 desqualificou a tese de que houve pura e simples continuidade na política econômica dos anos FHC; de outro, revelou que o tipo de enfrentamento da crise e de condução da economia sob Lula é inteiramente diverso do receituário tucano. Note-se que as amarras deixadas pelo tucanato na economia foram sendo aos poucos desfeitas, como a redução da estratosférica taxa de juros, que embora ainda se mantenha elevada é praticamente duas vezes menor que a praticada nos anos de PSDB. O mesmo se dá quanto aos índices de crescimento econômico ou, especialmente, na capacidade de geração de empregos formais sob o governo Lula e do PT – quinze milhões em oito anos. As chamadas políticas anticíclicas implementadas no enfrentamento da crise internacional também derrubam os argumentos de que houve continuidade na economia entre as duas gestões, já que os tucanos lidaram com as crises elevando juros, realizando cortes de gastos públicos e aumento de impostos, numa estratégia de inibir a produção e o consumo e ampliar a arrecadação, mas com os efeitos nocivos da recessão e do desemprego, enquanto que o governo Lula superou as dificuldades do cenário internacional cortando juros e injetando crédito na economia, para estimular a atividade produtiva, desonerando impostos de setores estratégicos e conclamando a sociedade a consumir para impedir um resfriamento da atividade econômica. O Brasil ficou conhecido como o último a entrar e o primeiro a sair da crise de 2008/2009, que clareou em definitivo as diferenças e divergências entre os dois modelos de gestão.

Assim, querer argumentar, por exemplo, que o grau de excelência e o sucesso conquistados pela Petrobras no governo de Lula e do PT são “efeitos positivos da quebra dos monopólios” sob a égide de FHC e do PSDB é tentar impor a versão aos fatos. A Petrobras é atualmente uma empresa global porque nossa visão de Brasil passa por valorizar os patrimônios estatais e fazer deles instrumentos de transformação para melhorar a vida da população. Foram anos seguidos de investimento público, à revelia da ideia predominante, nos anos 1990, de enxugar o tamanho do Estado, que conduziu nossa gigante petrolífera a alcançar a autossuficiência em petróleo e a encontrar grandes reservas abaixo da camada de sal oceânica – o pré-sal. Hoje sabemos que o propalado “choque de gestão” é sinônimo de diminuição do Estado ao mínimo que se possa gerir, algo substancialmente diverso da recuperação, reorganização, valorização e utilização do Estado para induzir, estimular e mediar o desenvolvimento de setores produtivos.

Paternalidade de políticas bem-sucedidas

Mas a tentativa tucana de reivindicar a paternalidade das políticas bem-sucedidas do governo Lula e do PT se espalha, por incrível que pareça, ao Bolsa Família – a despeito das seguidas críticas que sempre teceram e de não haver programa mais identificado com Lula do que esse. No vocabulário tucano, o maior programa de inclusão social que o Brasil já teve conhecimento, capaz de atuar definitivamente para retirar mais de vinte milhões de pessoas da linha da pobreza extrema, chama-se “política compensatória” e é a simples reunião de diversas “compensações” esparsas em uma só. Mas não é. O Bolsa Família nasce mesmo no governo Lula, que amplia significativamente o volume de atendidos, reorganiza os cadastros antigos, aumenta o valor da bolsa, impõe contrapartidas educacionais, envolve as comunidades locais na

sua fiscalização e execução, desburocratiza o acesso ao benefício e cria mecanismos de saída – como o programa Próximo Passo, articulado com ensino técnico-profissional de beneficiários do Bolsa Família. Os frutos de injeção de renda circulante na base da pirâmide social são, por conseguinte, capazes de dinamizar também a economia de pequenos municípios e comunidades, até então distantes da economia formal, transformando-se em mais um vetor de formação de um mercado interno outrora incipiente e concentrado.

Dois modelos antagônicos

A distância existente entre os dois modelos de governar e as duas visões de Estado colocam, definitivamente, PT e PSDB em lados contrários⁴. Isso se reflete também na capacidade de aperfeiçoamento do programa de governo e da ação política no cenário nacional. A eficácia na execução de uma primeira etapa de transformações profundas no país aproxima o Partido dos Trabalhadores de sua vocação socialista, ao invés de afastá-lo dessa ideologia, como querem sustentar nossos adversários. Um olhar histórico das duas últimas décadas, desprendido do cotidiano, mas apegado aos movimentos mais amplos, permite vislumbrarmos que o País progrediu com rapidez e consistência no caminho do nacional-desenvolvimentismo e do socialismo. Abandonou a influência neoliberal e das antigas elites, que grassavam no governo do PSDB, e enveredou pela trilha do desenvolvimento sustentável com distribuição de renda que nos levará a ser a quinta economia do mundo em pouco mais de uma década. E esse caminhar passa, necessariamente, pelo aprendizado que o PT acumulou antes e depois de ser governo. A

.....

4. Sobre essa antinomia, já escrevi, nesta mesma revista *Interesse Nacional*, ano 2, edição 8, janeiro a março de 2010, o artigo “PT e PSDB: Por que as Divergências são Inconciliáveis?”.

acusação insustentável de que abandonamos nossa ideologia só pode partir daqueles que, hoje, encontram-se órfãos de um projeto alternativo a apresentar ao País e, por isso, sentem-se compelidos a acusar. Esse frágil dedo em riste se sustenta sobre uma compreensão estanque da política, que ignora, ou se esqueceu, de que um governo democrático de coalizão tem na tensão permanente seu verdadeiro estado da arte.

Esse aprendizado o PT acumulou ao longo de toda sua história, sobrevivendo às inúmeras críticas de abrigar correntes com diferentes formas de pensar, em exercício frequente de democracia e convivência com a discordância, mas de unidade de ação. Principalmente, um aprendizado acumulado na “década perdida” de 1990, quando se viu diante da urgência em apresentar uma alternativa ao modelo em vigor, dominante na América do Sul, e que tinha nos ditames do “Consenso de Washington” a bússola do pós-queda do Muro de Berlim. Cabia ao Partido dos Trabalhadores readequar seu projeto a essa nova realidade política, nacional e internacional. Soubemos manter viva a luta pelos ideais, que nos impulsionaram desde nossa fundação, a partir da reafirmação da importância estratégica do Estado representante da sociedade na defesa de seus interesses coletivos. Seguidas vezes alertamos o País para os riscos de abraçar cegamente o receituário que vinha de fora, especialmente porque dilapidava o patrimônio público e, adiante, comprometia a capacidade dos setores públicos. Nessa jornada, mantivemos acesas as relações com os movimentos sociais, muitos dos quais ligados ao funcionalismo público que já sentia na pele as agruras do desmonte da máquina estatal. Mas eram também partícipes desse movimento de defesa do patrimônio público, que foi ganhando força paulatinamente, a CUT (Central Única dos Trabalhadores) e o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra).

Projeto tucano

O projeto tucano que vigia, contudo, era levado a cabo a partir da associação com as antigas elites dominantes, oriundas da Arena, depois Frente Liberal, renomeada como Partido da Frente Liberal e que, nos dias de hoje, se conhece pela alcunha de Democratas (DEM). Uma aliança de inegável perfil de centro-direita, que tinha o PSDB como legenda principal, mas cujas políticas se motivavam no receituário neoliberal. É certo dizer que, ao tentar capturar tais ideários, o PSDB acabou capturado por eles – e a tentativa do ex-presidente de delinear novos caminhos de ação política com foco nas “classes médias” constitui, por conseguinte, um esforço de retirar as oposições dessa situação, para que busquem fronteiras mais ao centro. Havia, portanto, um leque nada desprezível de forças não representadas no governo tucano, fossem elas de matizes de esquerda, identificadas com o Partido dos Trabalhadores e outras legendas, ou fossem situadas mais ao centro do tabuleiro político nacional e que discordavam das escolhas dos governos tucanos – forças, em muitos casos, também de perfil “classe média”. Os posicionamentos adotados pelo PT durante os anos FHC fizeram do nosso partido um polo aglutinador dessas forças, a partir de um projeto alternativo de Brasil, que refutava veementemente o programa neoliberal em curso. As malfadadas opções tucanas redundaram na exposição das contradições do modelo importado, fazendo o PT chegar a 2002 mais robustecido para enfrentar, no processo eleitoral, a coalizão capitaneada pelo PSDB.

A opção estratégica de ampliar a política de alianças para além das fronteiras antes delimitadas pelo partido levou ao nome do vice-presidente – e saudoso – José Alencar. Empresário defensor de bandeiras desenvolvimentistas e de perfil nacionalista, com claras preocupações sociais, Alencar reunia as condições necessárias para a associação entre os trabalhadores, de um lado, e as elites em ascensão, de outro,

numa união cujos participantes não se viam representados nem pelo governo do PSDB, nem pelo modelo que então pautava a administração federal.

As previsíveis desconfianças da esquerda e de movimentos sociais em relação a essa aliança foram sendo dissolvidas, primeiro ao longo da campanha, quando nosso projeto de país foi ganhando ressonância cada vez maior na sociedade, inclusive em setores historicamente refratários ao PT e que hoje FHC tenta atrair novamente; e, depois, durante o primeiro mandato do presidente Lula, quando as armadilhas da “herança maldita” foram sendo desmontadas e substituídas pelos pilares do novo modelo que começamos a erigir. Evidente que o governo foi se desenrolando em contínuo processo de tensão entre as forças que o sustentavam, numa disputa democrática pelo curso das políticas públicas. Nesse sentido, a experiência que o PT acumulou foi de incontestável valia para lidar com essas tensões e organizá-las, que de resto refletiam no interior do governo as próprias tensões presentes na sociedade. Aos olhos das velhas elites, sempre apoiadas pelos grandes grupos de mídia e acostumadas ao padrão autoritário, a existência de tensões era um distúrbio. No entanto, não sabiam que eram exatamente o oposto, a expressão saudável do jogo político.

O papel do PT

A cada contenda, portanto, o governo foi se fortalecendo e amadurecendo seu caminho rumo ao norte principal de nosso projeto, de orientação socialista. Mantivemos, nesse sentido, a brilhar o lume do compromisso histórico com um projeto coletivo de nação, fundador do Partido dos Trabalhadores nos idos dos anos 1980. A maturação de ser governo e a construção dos pilares do edifício no primeiro mandato presidencial de Lula e do PT abriram os caminhos para avançarmos de forma mais acelerada nos campos político, econômico, social e cultural. Isso não significa que as tensões

deixaram de existir; pelo contrário, a tendência é se intensificarem, porque o avanço democrático resulta, em um primeiro momento, em pressões ainda maiores vindas das forças conservadoras. Foi o que se viu no transcorrer da campanha à Presidência da República que culminou com a eleição da presidenta, Dilma Rousseff, como representante da continuidade desse projeto político. Engana-se também quem supõe que a aliança com o PMDB, estratégica e imprescindível para a realização das transformações que o Brasil precisa para se desenvolver como planejamos, seja um escudo a essas pressões. Não raro haverá choques internos. Desde que não haja fissuras, e os dois partidos se mostram consensuais quanto a evitar esse risco, só assim, com tensões vivas, será possível equilibrar as forças da mais ampla aliança político-partidária de que o País já teve notícia.

É, portanto, o compromisso primeiro e maior de transformar o país em uma nação justa, com igualdade de oportunidades e desenvolvida economicamente de forma sustentável que obriga

a nós, do PT, a travar, diuturnamente, batalhas – sobre os rumos do governo e dialogando permanentemente com todos os setores da sociedade – para que os nortes do País sejam cada vez mais à esquerda, logo, ideologicamente identificados com nossas origens. Paralelamente, nossa atuação deve se pautar por levar às chamadas “classes médias” essa compreensão do que é o governo Dilma e do que foi o governo Lula, para que criemos vínculos onde ainda não temos e fortaleçamos os já existentes junto a essas camadas da sociedade. Deste modo, prevalece a concepção de que governar é um exercício de construção constante de maiorias formadas a partir da base da sociedade e que disputam a direção do governo, algo bem diverso de uma concepção que compreende uma estranha democracia em que as diretrizes partem de cima para baixo. Há muitos e complexos desafios a nos aguardar neste oceano pelo qual navegamos. O papel do PT é, finalmente, atuar de forma decisiva para superar as tempestades que virão, mas principalmente balizando a direção do navio. ○

Direita e Esquerda na Terra de Macunaíma

ROBERTO POMPEU DE TOLEDO

Assim como democracia é o pior sistema de governo, exceto todos os outros, a distinção entre esquerda e direita é o pior modo de identificar alinhamentos políticos, exceto todos os outros. Em nenhum lugar do mundo a ideologia desapareceu, levando consigo a oposição entre esquerda e direita. Difícil pode ser distingui-las, e não é de hoje. Tomem-se os casos seguintes, extraídos da história do Brasil:

- José Bonifácio, o Patriarca da Independência, ao defender o sistema monárquico e a construção do Estado em torno da figura do Imperador, opôs-se à corrente que, mais afinada com os ideais da Revolução Francesa, propugnava pela instalação do regime republicano. Ficou com fama de conservador. No entanto, constituiu-se na solitária voz que apresentou à Assembleia Constituinte de 1823 um projeto que encarava de frente a questão da escravidão. “Generosos cidadãos, que amais a vossa pátria, sabeis que sem a abolição total do infame tráfico da escravidão africana, e sem a emancipação sucessiva dos atuais cativos, nunca o Brasil firmará a sua independência nacional e segurará e defenderá a sua liberal Constituição”, afirmou, no mais lúcido (e fracassado) apelo oferecido

aos construtores da nova nação. Erguendo-se contra o silêncio cúmplice da maioria quase absoluta, ele delineava um programa que começaria com a extinção do tráfico e culminaria com a emancipação total. O Patriarca era de esquerda ou de direita?

- Joaquim Nabuco era monarquista e mais monarquista se tornou na indignação que lhe causou a proclamação da República. “Monarquista continuarei a ser, firme como uma rocha”, afirmou. Tradução, segundo o manual: eis alguém que se aferra ao passado e procura deter o trem da história. No entanto, ele foi também o líder da campanha abolicionista. Já o documento de fundação do Partido Republicano, firmado na famosa Convenção de Itu, em 1873, driblava a questão da escravidão, alegando que por ser uma “questão social”, e não “política”, não cabia figurar entre as bandeiras do partido. A falácia de que pode haver uma “questão social” sem ser política só escandaliza menos do que o fato que procurava esconder: o de que o partido que se propunha defender a causa republicana nascia no Brasil da iniciativa de fazendeiros, na grande maioria paulistas, donos de grandes plantéis de escravos. Quem é direita, quem é esquerda, Nabuco ou os republicanos?
- Getúlio Vargas saiu da vida e entrou para a história como ícone da esquerda. Com a obra-prima política que foi o suicídio, encurralou a direita representada pela UDN e por

ROBERTO POMPEU DE TOLEDO é jornalista, colunista da revista *Vêja*. É membro do Conselho Editorial da revista *Interesse Nacional*.

Carlos Lacerda e congelou para a posteridade as figuras de campeão do nacionalismo e pai dos pobres. Sobretudo, o martírio e a propaganda subsequente conseguiram o feito de revogar o outro Getúlio, o ditador do período 1930–1945, com destaque para o Estado Novo (expressão copiada do Portugal salazarista) de 1937–1945. Getúlio Vargas, visto como um todo, é de direita ou de esquerda?

Kassab e o PSD

Sorte, para Nabuco, o Andrada e, mesmo, Getúlio Vargas, que a ninguém ocorria perguntar se eram de direita ou de esquerda. O mesmo não acontece com o prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab. Ao decidir sair do DEM e fundar o Partido Social Democrático (PSD), não escapou da cobrança. Deu duas respostas, ambas antológicas. Numa, disse que o futuro partido será “levemente de esquerda”. Na outra, que não será “nem de direita, nem de esquerda, nem de centro”. O PSD, com isso, entrou no folclore antes de entrar para a história.

A saída de Kassab pela tangente é sintomática do estado de coisas na dicotomia esquerda-direita no Brasil. Primeiro, confirma a maldição que entre nós ronda o vocábulo “direita”. Em outros países, a começar pela França, onde surgiu a distinção entre um lado e o outro, nem os políticos nem os eleitores têm vergonha de se declarar de direita. Segundo, revela a máscara macunaímica em que se processa a política brasileira. Em parte pelo efeito da marqueta-gem, cuja regra nº 1 é fazer o candidato não se definir sobre coisa alguma, em parte por um adesismo compulsivo que, se não é de hoje, ultimamente ganhou impulso, a cena política virou um carnaval de Veneza em que, por trás dos disfarces, os diferentes dançarinos instigam uns aos outros com o clássico jogo de adivinha de noitadas semelhantes – quem sou eu?, quem é você?, quer me namorar?

O mais habitual refúgio, para quem não quer se definir entre esquerda e direita, é alegar

que os dois conceitos estão superados. A queda do Muro de Berlim ofereceu excelente embasamento factual a tal alegação. Se não existia a esquerda, não poderia mais existir a direita, uma vez que uma só tem existência concreta em função da outra. O raciocínio supõe que esquerda não apenas é igual a comunismo, mas, principalmente, a socialismo real. Se é verdade que, sem considerar os excêntricos casos de Cuba e da Coreia do Norte, o socialismo real desapareceu, nada garante que o comunismo, como ideal e ideologia, tenha seguido a mesma sorte. Mas não é só isso que atesta a sobrevivência da dicotomia direita-esquerda. Antes, e principalmente, é sua validade, para efeito de identificação de doutrinas políticas, de programas partidários e de visões do mundo, no interior do universo capitalista.

O que, se não morreu, pelo menos perdeu a sua força foi a divisão das águas se fazer pela aceitação ou rejeição do capitalismo. De acordo com uma velha anedota argentina, Perón dizia, ao explicar a um interlocutor o espectro político em seu país: “Há uma extrema direita, de cunho fascista, e em seguida uma direita moderada, defensora dos valores conservadores e do livre-mercado; também há um centro, *por supuesto*, que reúne em parte as convicções de um lado e em parte as do outro; há uma esquerda moderada, adepta do estado do bem-estar social; e por fim uma extrema esquerda, intransigente e disposta a pegar em armas”. O interlocutor o interpelava: “Mas os peronistas, o senhor esqueceu deles?” – “*No, no*”, respondia o caudilho: “*Peronistas son todos. To-dos!*”

Capitalistas são todos

Capitalistas, hoje em dia, *son todos*. Ou melhor: Hugo Chávez e os bolivarianos afirmam não ser, mas este é um caso especial, e não significa que, ao contrário dos revolucionários de pura cepa, eles prescindam dos bons serviços do capitalismo, quando lhes interessa. Capitalistas são todos, e nem por isso, nos países de

processos políticos maduros (não por acaso, os países desenvolvidos), o jogo deixa de ser feito entre direita e esquerda.

É assim na Alemanha, onde os democratas-cristãos são a direita e os sociais-democratas a esquerda, e não deixam de sê-lo nem quando forçados a partilhar o mesmo governo, como ocorre atualmente. É assim na França e não deixa de sê-lo mesmo quando o eleitorado de protesto, antes cativo da esquerda, migra para as hostes da extrema direita representada pelo Front National, como vem ocorrendo nestes dias. É assim na Espanha, na Inglaterra, nos países escandinavos – e, principalmente, é assim nos Estados Unidos, onde no passado nos diziam não haver diferenças entre republicanos e democratas, ambos farinhas do mesmo saco, ou fachadas do mesmo ogro imperialista. Uma série de temas – intervencionismo estatal/livre mercado; gasto social/gasto militar; proibição/ permissão do aborto; intolerância/tolerância com a imigração – desenha o corte entre republicanos (direita) e democratas (esquerda).

Ao fim e ao cabo, se não existe mais a questão de aceitar ou rejeitar o capitalismo, subsistem as questões de regulá-lo mais ou menos, de por conseguinte permitir mais ou menos intervenção estatal, e este é um dos divisores de águas entre direita e esquerda hoje em dia. Outro, que toca em cordas mais profundas, foi formulado exemplarmente por Norberto Bobbio. Para o fino pensador italiano, o que separa um lado do outro é a questão do igualitarismo. Igualitários se situam à esquerda; anti-igualitários, à direita. A igualdade em questão não é apenas a do ponto de partida, isto é, a de que todos devem ter as mesmas oportunidades. Este ponto de vista é aceitável também pela direita, desde que se reconheça que, em seguida, cada um seja recompensado segundo seus méritos. Típica da esquerda é a igualdade do ponto de chegada, isto é, a igualdade na repartição dos bens.

Para continuar resumindo, ainda que tosca-mente, a explanação do mestre italiano (apoio-me no livro *Teoria Geral da Política*, Editora

Campus, 2000, pp. 297 e segs.), é preciso ainda distinguir entre desigualdades naturais e desigualdades sociais. Se as desigualdades entre os homens são naturais, não são corrigíveis; este é o ponto de vista da direita. Se são sociais, são corrigíveis; este, com base no santo padroeiro Jean-Jacques Rousseau, é o ponto de vista da esquerda. Percebe-se que estamos navegando em águas profundas, em que, mais do que posicionamentos políticos, sobressaem visões do mundo e, mais do que visões do mundo, impõem-se crenças. Daí resultam não apenas tribos políticas, mas até biótipos humanos, em que à razão misturam-se as emoções. Mas se nem assim fica clara a existência, ainda hoje, e desde sempre, de uma esquerda e de uma direita, há outro pensador em que nos escorar. Millôr Fernandes ensina: “A diferença fundamental entre direita e esquerda é que a direita acredita cegamente em tudo que lhe ensinaram e a esquerda acredita cegamente em tudo que ensina”.

Por que a direita se esconde?

De volta ao rude chão da política brasileira, a direita se esconde tanto quanto a esquerda se alardeia, mas, no que conta em última análise, que é o exercício do poder, a direita continua a exhibir seu fôlego de gato, enquanto a esquerda não mostra a mesma forma. Começemos pela primeira questão: Por que a direita se esconde? Ou, dito de outra forma: Por que não se assume como tal? Uma razão pode ser o medo de confundir-se com a ditadura militar. Ainda é quente a lembrança das prisões, da censura e da tortura. Ainda estão em atividade, além disso, muitos dos quadros que apoiaram o regime, hoje entregues à ingente tarefa de refazer suas biografias. Outra razão é a hegemonia cultural exercida pelas esquerdas. A ética e a estética esquerdistas impuseram-se, ao longo do século xx, e continuam a impor-se, na literatura, no cinema, no teatro, nas artes plásticas. “A esquerda perdeu em tudo, menos na cultura”, disse Vargas Llosa.

No Brasil, da estética a questão escorregou para a etiqueta. Não é de bom-tom declarar-se, e muito menos ser declarado, de direita. “Direitista” é xingamento; já “esquerdista” é, em regra, elogio. As manipulações dos termos “fascista” e “stalinista” atestam a supremacia da esquerda no uso, em seu favor, da história do século xx. “Fascista”, no Brasil e na América Latina em geral, é usado com grande largueza, para caracterizar inimigos da esquerda como um todo. “Stalinista” é usado pela própria esquerda para safar-se de contaminação com sua versão mais doentia. O fascismo, que é a degenerescência da direita, é tomado como se valesse para toda a direita. Confunde-se a parte com o todo. Já o “stalinismo”, que é a degenerescência da esquerda, é usado como degenerescência mesmo. Procura-se distinguir a parte do todo.

Gilberto Kassab tem origem no malufismo e era filiado ao DEM, antigo PFL, antigo PDS, antiga Arena. Tem uma evidente origem no que há de mais característico na direita brasileira. Mas se o termo “direita” carrega um tal carma negativo, como assumi-lo? Quem não se sente à vontade indo para um lado, nem para outro, nem para ficar onde está, o que faz? Só lhe resta levantar. É o que fez, numa de suas respostas, ao descrever seu futuro partido como nem de direita, nem de esquerda, nem de centro. Em contraste, “esquerda” é um termo de tal prestígio que Kassab, mesmo com o DNA direitista que o caracteriza, e mesmo acompanhado, em sua nova aventura partidária, do vice-governador Guilherme Afif, com origens na Associação Comercial, e da senadora Kátia Abreu, líder do setor ruralista, ainda assim chegou a reivindicar, na outra resposta, um cantinho para seu futuro partido na esquerda. Até Paulo Maluf, numa memorável ocasião, chegou a declarar-se de esquerda.

O prestígio da esquerda vem de sua perdurável identificação com a compaixão e a justiça, ainda que tenha se imposto, na Revolução Francesa, pela guilhotina e, nas revoluções comunistas, pelos massacres e campos de con-

centração e reeducação. Uma última razão pela qual a direita não se assume como tal é que não precisa. Não lhe é necessário o discurso para impor-se. As políticas de direita constituem-se numa espécie de modo “default”, a opção inercial, na pilotagem da administração. Prova-o o PT, ao adotar, no poder, a política econômica ortodoxa que, quando na oposição, combatia.

Outro partido brasileiro, o PCDOB, tem ainda a coragem de ostentar a palavra “comunista” no nome, mas na vida real passou anos contentando-se com a administração das carteirinhas de estudante, em seu feudo da UNE, até ser promovido à associação com a cartolagem do futebol, desde que ganhou o Ministério dos Esportes. Ultimamente forneceu, na pessoa do deputado Aldo Rebelo, o relator de que os proprietários rurais necessitavam, para amansar o rigor ambientalista do projeto de Código Florestal. De tais evidências extrai-se uma lei: a direita não exhibe sua fé, mas a pratica; a esquerda a exhibe, mas não a pratica.

Graduações da direita e da esquerda

Há graduações da direita, assim como da esquerda. Deixemos de lado os extremos, ainda que a extrema direita, no mundo desenvolvido, tenha conhecido uma reencarnação na xenofobia contra os imigrantes, e, à esquerda, saudosistas do socialismo real ainda se mantenham em ilhas de admiradores do regime cubano. De um lado, sobram pelo menos duas correntes: a direita nacionalista e estatizante que, no plano internacional, teve como paradigma o gaullismo na França e, em sua versão caseira, a linha dominante no governo Geisel, e a direita internacionalista e livre-mercadista do modelo Thatcher. Do outro lado, subsistem uma esquerda ainda preservada em sua pureza ideológica, mas que promete não replicar as tiranias do passado, e uma esquerda pragmática.

As duas modalidades de esquerda são representadas, no quadro partidário brasileiro, respectivamente pelo PSOL e pelo PT. As mo-

dalidades de direita não têm representação. Se têm adeptos, estes se dissolvem no mar de partidos cuja especialidade, tão macunaimicamente brasileira, é ostentar a doutrina de não ter doutrina. A modalidade livre-mercadista da direita não ousaria jamais assumir o nome neoliberal. Também manipulado pela esquerda, o rótulo virou palavrão.

Centro, “centrão”

Se há uma direita e uma esquerda, haverá também um centro. Mas também quando se trata de centro é preciso especificar de que centro se fala. A palavra tem duas acepções, digamos, nobres, e uma terceira galhofeira. A primeira das acepções nobres combina elementos doutrinários de direita e de esquerda. O PSDB nasceu no nicho da esquerda que cabia a seu nome de social democrata, mas no poder, no governo Fernando Henrique Cardoso, combinou o ideário original com as privatizações e a eleição do “mercado” como pilar do desenvolvimento. A segunda acepção é de centro de equilíbrio. Pode-se dizer que todo governo ocupa um centro, com vistas ao qual se erguem uma oposição de esquerda e uma de direita. Dentro dos próprios partidos, a ala (ou tendência, como se chama no PT) dominante ocupa um centro que convive com objeções à direita e à esquerda.

A acepção galhofeira, nem por isso menos relevante, aliás muito mais relevante, na política brasileira, é aquela deliciosamente chamada de “centrão”. O sufixo *-ão* possui um poder valorativo, na língua corrente do Brasil, que pede um rigoroso estudo filológico. Às vezes ressalta o gigantismo, real ou imaginário, de determinado empreendimento, com o propósito não expresso de incitar à admiração. É assim que os estádios de futebol passaram a chamar-se Mineirão, Batistão, Machadão, e mesmo os que ainda nem ganharam existência concreta, como o eventual e futuro estádio do Corinthians, no bairro paulistano de Itaquera, já é chamado de Itaquerão. O segundo sentido é pejorativo.

Diz-se que alguém é “valentão” quando é menos valente do que alardeia. Ultimamente, o marido virou “maridão” quando é consorte de uma mulher, que ela, sim, muito mais que ele, destaca-se pela beleza, pelo charme ou pelas realizações profissionais.

O “centrão” da política, assim batizado no Congresso ao tempo do governo Sarney, e definido, pelo finado deputado Roberto Cardoso Alves, como reunião de adeptos da oração de São Francisco (“é dando que se recebe”), combina as duas acepções. É centrão porque é grande, quase sempre (ou sempre) reunindo a maioria do Congresso, e é centrão também porque, para usar outra palavra em *ão*, é, em termos doutrinários, uma avacalhação.

“O Brasil não tem conservadores, tem atraso”, costuma dizer o ex-presidente, aliás o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, citando Sérgio Buarque de Holanda. O atraso tem no centrão sua sede aglutinadora. Na grande maioria dos integrantes identifica-se o DNA da direita, no sentido de que igualitarismo não é com eles. Mas aceita-se de tudo. O centrão não exige carteirinha de filiação doutrinária. Está aberto a todos os que põem os interesses individuais ou de grupo acima do interesse público.

Tem-se dito que a polarização PT-PSDB na disputa da presidência da República e de certos estados-chave é uma disputa em torno de quem vai liderar o atraso. Quem sai ganhando com isso é o atraso, robustecido a cada eleição nas qualidades de fiel da balança e sócio preferencial na distribuição das prebendas do Estado, e até mesmo valorizado como *player* da cena política, quando é descrito como instrumento inescapável da “governabilidade”.

Com o que impõe-se voltar ao ponto de partida. Os polos esquerda-direita são a pior forma de identificar tendências políticas, exceto todas as outras. Difícil é distingui-los, como demonstram os exemplos seguintes, extraídos da atualidade brasileira:

- Na última campanha presidencial, era notório, para quem estivesse minimamente fami-

liarizado com o pensamento do candidato José Serra, que se ganhasse ele mexeria na política de juros e de câmbio, enquanto a candidata Dilma Roussef, como representante da continuidade, manteria a política econômica ortodoxa em vigor. A primeira posição se encontra doutrinariamente mais à esquerda, a segunda mais à direita. No entanto, Serra foi tido como o candidato da direita, e Dilma a da esquerda.

- O PT, o mais bem-sucedido partido de esquerda da história do Brasil, deve sua força a

alguém que não se diz de esquerda. “Se você conhece uma pessoa muito idosa que seja de esquerda é porque ela está com problemas. E se você conhece uma pessoa muito nova que é de direita, é porque ela também está com problemas. Então, quando a gente tem 60 anos, é a idade do ponto de equilíbrio, em que a gente não é nem um nem outro: a gente se transforma no meio do caminho” (presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 12 de dezembro de 2006, aos 61 anos, um mês e quinze dias de idade). ○

Socialismo, Comunismo, Corporativismo... PT!

.....
LEÔNCIO MARTINS RODRIGUES

Este texto busca oferecer algumas hipóteses sobre o malogro, em nossa história política, dos partidos do tipo social-democrata e comunista, mais ou menos semelhantes aos que existiram na Europa. Nossa hipótese principal é de que o corporativismo e o populismo bloquearam a expansão do socialismo e do comunismo no Brasil. Certamente, o marxismo influenciou fortemente a cultura política nacional, mas os partidos socialistas e comunistas, como organização, tiveram mais influência na *intelligentsia* de classe média ou de classe alta do que nas classes operárias e populares. Mas essas mesmas estruturas ajudaram a ascensão do PT, o único partido considerado de esquerda que conseguiu ter êxito eleitoral e controlar altos postos da administração pública municipal, estadual e federal¹.

O Socialismo

Façamos um breve retrospecto para que essas afirmações não fiquem inteiramente no ar.

.....
1. Convém esclarecer que não estaremos incluindo o atual PSDB na classe dos partidos social-democratas. O PSDB, independentemente de seus méritos, é um partido de formação parlamentar, sem relações com o sindicalismo e outros movimentos sociais. *Stricto sensu*, não é um partido social-democrata se alguma comparação é tentada com a social-democracia europeia.

.....
LEÔNCIO MARTINS RODRIGUES é professor titular de Ciência Política da USP e da UNICAMP.

Os primeiros grupos de propaganda que se definiam como socialistas começaram a aparecer no País no final do século XIX. Não tiveram nenhuma importância na política brasileira. Por isso, convém pular para a redemocratização política do final do Estado Novo, quando foi criado um PSB vindo da antiga Esquerda Democrática². Não teve presença significativa na política brasileira.

Damos apenas um exemplo: em 1950, o PSB lançou um candidato a presidente da República. O escolhido foi João Mangabeira, de uma ilustre família de políticos baianos. Recebeu cerca de 9 500 votos. Getúlio, que voltava a competir eleitoralmente depois do fim do Estado Novo, foi eleito presidente com aproximadamente 8,8 milhões.

Posteriormente, o PSB teve minúsculos êxitos eleitorais. Mas foi por meio da aproxima-

.....
2. Os termos socialismo e comunismo prestam-se à alguma confusão. "Comunismo" pode ser entendido como uma forma mais avançada, ou mais radical, de socialismo. Na visão de Marx, comunismo poderia ser a etapa final do desenvolvimento da humanidade, uma vez ultrapassada as etapas da ditadura do proletariado e do socialismo, que viriam antes. Nessa última etapa evolutiva, espécie de paraíso na Terra, todos poderiam consumir o que quisessem e trabalhar no que quisessem. O Estado teria desaparecido. De modo mais realista: depois da vitória dos bolcheviques na Rússia czarista, comunistas eram os regimes e partidos que se inspiravam no modelo soviético de economia estatal e partido único. Já os partidos socialistas seriam os que buscavam reformas sociais pacíficas no regime capitalista.

ção a lideranças de grande prestígio popular, como o apoio a Jânio Quadros em 1953, para a prefeitura de São Paulo. Depois da reforma partidária dos militares de 1966, que impôs o bipartidarismo, um novo partido socialista reapareceu no início da década de 1980. Só obteve algum êxito atraindo para a legenda – ou nela aceitando – políticos de prestígio que nada tinham de socialista, como Eduardo Campos, eleito governador de Pernambuco, e Cid Gomes, eleito governador do Ceará.

Assim, o partido cresceu eleitoralmente. Em 2006, 27 deputados federais foram eleitos sob sua legenda. Em 2010, conseguiu eleger 34 deputados federais e seis governadores. Finalmente, o PSB atingia o *status* de partido médio. Teria, finalmente, chegado a hora e a vez da social-democracia em nosso País? Parece-nos que não, pela razão básica de que o “novo” PSB não é um partido social-democrata ou socialista. A social-democracia, se tomarmos por comparação os partidos filiados à II Internacional, surgiu e se desenvolveu conectada com a expansão do sindicalismo que, por sua vez, estava ligado a uma classe operária formada principalmente de trabalhadores fabris e assalariados manuais. Foi tipicamente o partido operário de uma etapa da industrialização capitalista, cuja expansão levava ao contínuo aumento da mão de obra e favorecia as correntes políticas que captavam voto nas camadas operárias.

Não é o caso da etapa atual do desenvolvimento econômico. Nenhum partido – nem os de esquerda – pode ter alguma chance de êxito eleitoral querendo ser partido de apenas uma classe, segmento social ou confessional. Precisa ser *catch-all party*. Contudo, o alargamento do campo de captação de votos não acarreta o fim de vínculos e compromissos partidários preferenciais com grupos de interesses.

Partidos “de esquerda”, em comparação com os de “direita” ou de “centro”, continuam a recrutar suas potenciais chefias mais nos segmentos das classes médias assalariadas do que nas classes altas e empresariais. São justamente os

membros mais ativos e politicamente competentes das classes médias e populares os que, para entrar na política, precisam do apoio dos sindicatos e dos movimentos sociais.

No caso brasileiro, PT e PCDOB beneficiaram-se eleitoralmente de suas relações com as organizações sindicais e populares. Os socialistas, porém, não tiveram o mesmo êxito. Apesar de seu crescimento parlamentar, o PSB não conseguiu ligação equivalente com os movimentos sociais e sindicatos de trabalhadores da estrutura corporativa. Permaneceu como um partido eleitoral voltado para a competição nas urnas, fato que o afasta da social-democracia. Damos dois curtos exemplos. Na eleição de 2006 para a Câmara dos Deputados, dos 27 eleitos sob a legenda do PSB, apenas um era sindicalista. Na de 2010, só dois entre 34³.

Convém uma rápida comparação com o PCDOB e com o PT. Em 2006, o PCDOB, eleitoralmente bem mais fraco do que o PSB, elegeu treze deputados federais. Entre os quais, porém, sete ex-diretores de sindicatos, isto é, 54% de sua bancada. Em 2010, elegeu quinze parlamentares, dos quais oito ex-sindicalistas, 53% da bancada.

Apesar disso, em comparação com a legenda de Lula, em termos absolutos, os resultados do PCDOB são modestos. O PT, em 2006, elegeu 83 deputados, dos quais 41 ex-sindicalistas (49% da bancada). Em 2010, 88 petistas foram para a Câmara dos Deputados, entre os quais 50 vindos do sindicalismo (57% da bancada)⁴.

.....

3. A classificação de um parlamentar como sindicalista nem sempre é fácil e pode conter certa dose de arbítrio do pesquisador. Por exemplo: o DIAP considera como membro da bancada de sindicalista parlamentares que estavam muito próximos dos sindicatos, como seria o caso de um advogado trabalhista. Contudo, eventuais diferenças com outras classificações decorrentes de outros critérios não afetam a base de nossos argumentos.

4. Esses dados são do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP).

Dados sobre eleições anteriores (cuja apresentação tomaria muito espaço) vão no mesmo sentido: mostram o PT como o grande canal de entrada de ex-sindicalistas na classe política e, daí, para o Estado. A considerar apenas esse aspecto, o partido de Lula poderia ser visto como um autêntico representante da social-democracia no Brasil. Mas há outras variáveis que precisam ser levadas em conta e que afastam o perfil do PT do da social-democracia e, na verdade, do perfil de outros partidos de esquerda. Voltaremos a esse ponto depois de considerarmos o caso do PCB.

O comunismo

Comecemos com uma rápida descrição das aventuras e desventuras do comunismo no Brasil, a corrente de esquerda que, até o aparecimento do PT, tinha conseguido maior influência na vida política nacional. Contudo, o começo do comunismo no País foi bem difícil e refletiu muito de perto os meandros da política externa soviética, ante a qual todos os partidos comunistas estiveram sempre subordinados. Lembremos alguns fatos. Criado em 1922, em Niterói, o “congresso” de fundação do PCB teve a participação de somente nove delegados representando 73 membros de grupos comunistas espalhados no País.

Com essa origem, o PCB só ocuparia espaço nos jornais em novembro de 1935 com o levante da Intentona Comunista, formalmente dirigido pela Aliança Nacional Libertadora (ANL), porém, de fato, pelo PCB e pela Internacional Comunista (IC). Com a ANL, o PCB cresceu muito mais entre setores da *intelligentsia* civil de classe média e entre militares dos escalões intermediários do Exército. Na classe operária, o levante não teve a menor repercussão, mas deu legitimidade para feroz repressão ao partido, quase acarretando seu desaparecimento.

O imediato pós-guerra foi um dos melhores momentos eleitorais do PCB. Seu candidato à Presidência da República receberia 10% dos

votos nas eleições de 1946. Para a Câmara, os comunistas elegeram 14 deputados federais e um senador (o próprio Prestes). Nesse momento, o partido possuía uma das maiores cadeias de publicações do País. O PCB, como todos os PCs (e partidos de esquerda, de modo geral), sabia da importância da batalha ideológica e do domínio do campo cultural.

Em maio de 1947, o STF colocou o PCB fora da lei. Depois cassou os mandatos dos parlamentares eleitos sob a legenda comunista. A esses atos, o PCB respondeu desafiadoramente. A partir do início da década de 1950, o PCB abandonou sua política de colaboração de classe. Adotou uma orientação denominada posteriormente de aventureira e ultraesquerdista, formalmente orientada para a revolução.

Contudo, pouco ou nada foi feito para tentar implantar o socialismo no País. Para tomar alguns termos do idioma leninista: as condições objetivas realmente não estavam maduras. Mas não havia aqui um erro de análise da direção brasileira. A nova estratégia resultara dos reflexos do início da guerra fria no Brasil. O PCB, obviamente, colocou-se ao lado da URSS. O governo brasileiro ficou do lado dos EUA. Rompeu relações diplomáticas com a União Soviética. Por derivação, Getúlio, que era presidente, passou a ser definido pelos comunistas como o maior agente do imperialismo americano no Brasil, e o PTB foi classificado como o maior inimigo dos trabalhadores.

Em 1954, porém, com o suicídio de Getúlio, o PCB mudou novamente de orientação. Adotou uma linha “nacionalista e democrática”. Pôs o socialismo de lado. Aproximou-se dos trabalhadores e do presidente João Goulart. Embora com muito menos votos do que o PTB, porém mais disciplinado, o PCB conquistou posições importantes no sindicalismo oficial e dominou o Comando Geral dos Trabalhadores que apoiava o governo de Goulart. Foi o momento em que o PCB teve maior influência no jogo político brasileiro. A partir dessa data, o PCB só viria a declinar.

Talvez a principal razão tenha sido a crise do stalinismo na URSS. No Brasil, a direção stalinista foi expulsa no V Congresso (1960). Pres-tes foi preservado. Os “reformistas” assumiram a direção do partido. A meta estratégica passou a ser a instalação de um “governo nacionalista e democrático” a ser alcançado por via pacífica. Logo depois, em 1961, uma conferência nacional mudou o nome de Partido Comunista do Brasil para Partido Comunista Brasileiro.

Na segunda metade da década de 1960, novas dissidências, desta vez mais à esquerda, ocorreriam no comunismo brasileiro. Os dissidentes criticavam a moderação da direção reformista. Defendiam, sob inspiração cubana, a luta armada pela derrubada do governo militar e instauração do socialismo. A mais importante das cisões foi a do PCDOB, que tentou implantar um foco guerrilheiro rural, na região do Araguaia (1967). O Partido Comunista Brasileiro, o Partidão, ficou fora dos experimentos revolucionários. Seus dirigentes entraram para o MDB e permaneceram no campo da oposição legal ao regime militar.

O comunismo no Brasil, em declínio, sofreria novos conflitos internos, tornando-se mesmo difícil para um observador externo entender, nas disputas de facções, quem era quem. Em 1992, no X Congresso do PCB, foi aprovada a mudança de nome para Partido Popular Socialista (PPS). O nome “comunista” e a foice e o martelo foram abandonados como símbolos partidários.

As cisões e brigas de facções no comunismo brasileiro, porém, não estavam terminadas. Uma facção mais radical, inconformada com o desaparecimento do PCB, convocou outra reunião com o mesmo nome de “X Congresso”. Decidiu-se, aí, manter o mesmo nome, a mesma sigla e os mesmos símbolos do velho Partidão. Em 1995, esse grupo conseguiu no TSE registro definitivo da legenda, mas não teve a menor influência no País. Já o PCDOB – que desde a anistia de 1979 adotara uma linha política muito moderada – aproximou-se do PT. Obteve

pequenos êxitos eleitorais e razoável penetração no meio sindical.

A descrição anterior não exigiu muito esforço. “Ir às causas” é mais complicado. Mas nos arriscamos a tentar algumas relações causais. Começamos por uma variável que é frequentemente citada: a inexistência, no País, de uma classe numerosa de trabalhadores industriais que servisse de apoio social e político para partidos de tipo social-democrata. Esse tipo de abordagem, de base sociológica, funda-se numa análise de causa e efeito muito mecanicista, mas não necessariamente equivocada. Uma economia industrial (e uma sociedade mais modernizada e urbana) tende a ter, juntamente com uma classe operária de mais peso, uma classe de empresários industriais importante. Nesse caso, considerando o exemplo dos países com movimento sindical forte, seria possível supor que o conflito Capital *vs.* Trabalho teria um desdobramento menos “legalista”, menos marcado pelo intervencionismo governamental, pela predominância da burocracia estatal⁵.

Pode-se contra-argumentar lembrando que a variável “importância da classe operária” teria os mesmos efeitos para o PCB. E, contudo, os “revolucionários” comunistas sempre foram bem mais importantes do que os “reformistas” socialistas. Mas apenas na visão dos próprios comunistas o PCB (tal como outros PCs) seria partido da classe operária. De fato, do ângulo da composição social de sua liderança, não o seria. Na alta cúpula predominavam os dirigentes de classe média. (A ideologia “proletária transforma pequeno-burgueses em operários).

.....

5. Deixamos de lado aspectos importantes que dizem respeito ao que já foi chamado pelo sociólogo argentino Torcuato Di Tella de “modo de agregação da classe operária”, mais exatamente sua localização nos diferentes ramos econômicos produtivos: mineração, docas, indústria e outros setores que podem favorecer ou enfraquecer a coesão dos trabalhadores com os previsíveis reflexos nas características do conflito industrial.

Façamos um parêntese: no Brasil, o único levante comunista, o da Intentona, foi dirigido por militares de classe média tradicional. Na realidade, o peso reduzido da classe operária não foi, em parte alguma, obstáculo para a implantação de regimes comunistas que nunca surgiram de “revoluções proletárias”⁶. Pelo contrário, poderia atrapalhar: uma classe operária social e politicamente importante significa poderosos sindicatos e partidos de tipo reformista. As chefias sindicais sabem que é no capitalismo que podem encontrar maior poder. Por isso, não lhes apetece entregar a direção das organizações sindicais aos intelectuais de esquerda e entrar em aventuras revolucionárias. Como Lênin já denunciara desde 1902, a classe operária não é revolucionária. Cumpre submetê-la ao partido e ao comando dos intelectuais, de onde saem os verdadeiros revolucionários. No caso do PT, as teses de Lênin encontravam plena confirmação na oposição das tendências mais à esquerda à liderança de Lula, mais do que reformista conciliadora.

Doutrinas na década de 1930

Mas voltemos ao fio da meada para introduzir, na discussão, a variável ideológica, ou seja, as doutrinas que, na década de 1930, se apresentavam como opções para o País. Os tecnocratas e intelectuais do recém-criado Ministério do Trabalho (1930), que se incumbiram da montagem da estrutura sindical, eram influenciados por ideias socialistas e corporativas. Eram antiliberais e favoráveis às concepções autoritárias. Alguns tinham, mesmo, um passado de ativismo sindical e entendiam sua ação paternalista no meio trabalhista como protetora do Trabalho ante o poder do Capital⁷.

.....

6. A mitologia leninista transformou em revolução proletária o golpe bolchevique de novembro de 1917 (outubro no calendário russo) que derrubou o governo provisório da Rússia.

7. A maioria da esquerda prefere não saber, mas a proximidade entre o sindicalismo e o fascismo italia-

A presença desse intervencionismo assistencialista e autoritário – que ao mesmo tempo protegeu e controlou o sindicalismo – constituiu uma das barreiras que impediu a formação de um sindicalismo autônomo ante o poder público, capaz de se associar a partidos de tipo socialista.

No plano da liderança, uma deficiência do socialismo no Brasil foi a inexistência de uma chefia única, de tipo carismático, de prestígio nacional, capaz de encarnar o partido, como aconteceu com Luís Carlos Prestes e o PCB, Getúlio e o trabalhismo, Plínio Salgado e a Ação Integralista Brasileira e, mais recentemente, Lula e o PT⁸.

Os partidos socialistas brasileiros, pela composição de seus dirigentes, foram agremiações urbanas de classe média, geralmente de escolaridade alta. Situar-se sempre no campo democrático. Foram organizações eleitorais num país que mantém especial encanto por revoluções e golpes de Estado. Quiseram também ser um partido que deveria crescer confiando na capacidade de organização autônoma da classe operária, ou seja, baseando-se na militância dos trabalhadores, justamente num país com excesso de oferta de mão de obra e de baixa escolaridade da massa operária. Acabaram espremidos entre o corporativismo e o comunismo.

.....

no foi estreita. Sindicalistas revolucionários, de origem anarcossindicalista, foram uma das vertentes que participaram em 1919 da formação dos *fasci di combattimento*, mais tarde Partido Nacional Fascista. No Brasil, o partido precursor da Ação Integralista Brasileira foi a Legião Cearense do Trabalho, organizado pelo tenente Severino Sombra.

8. A Internacional Comunista (IC) percebeu desde a sua formação, em 1919, a importância de uma chefia nacional única, de perfil carismático e salvacionista, como foi a do Cavaleiro da Esperança no Brasil. Assim, Prestes foi conduzido para a Executiva da Internacional antes mesmo de ser membro do PCB, de ter militado numa célula do partido ou de ser membro de sua direção. Na verdade, até então nunca tivera militância comunista.

Já o PCB, segundo as regras da concepção leninista, deveria ser uma organização partidária com disciplina militar, uma mística salvacionista e um chefe único carismático. Era, na ideologia, o partido da classe operária, mas levantava também a bandeira do nacionalismo, que encantava grande fatia das classes médias e da intelectualidade.

PT e a social-democracia

O desenvolvimento econômico e a abertura política na década de 1980 poderiam, finalmente, ampliar as oportunidades de crescimento de um partido socialista reformista no Brasil. Entretanto, para adquirir um perfil social-democrata, esse partido deveria ter vínculos fortes com o proletariado e com o sindicalismo e, teoricamente, ter o marxismo como guia teórico. Desse modo, poderia atrair os intelectuais de esquerda e chegar à composição social *sine qua non* para ser um partido de esquerda: elevada proporção de sindicalistas e intelectuais (ou semi-intelectuais) nos diferentes escalões da estrutura partidária.

Mas essa possibilidade foi bloqueada pelo aparecimento de um partido que, com razão, foi classificado de uma “novidade” na política brasileira. Do interior das estruturas sindicais corporativas – e, no início, aparentemente contra elas – surgiu uma liderança com mais autenticidade para pretender representar a classe operária, como foi a de Lula, o metalúrgico, o autêntico operário que os anteriores partidos de esquerda brasileiros nunca tiveram como *number one*.

No entanto, apesar de certos traços comuns, o PT não foi um partido social-democrata, corrente ideológica, aliás, que renegava explicitamente. A social-democracia nasceu na Europa com objetivos socialistas explícitos. Por várias décadas, teve de lutar arduamente para conseguir um lugar ao sol no interior de sociedades que, embora burguesas, conservavam fortes traços do passado aristocrático antidemocrático.

Desse ângulo comparativo, o PT nasceu em berço esplêndido. Sua liderança máxima foi paparicada por amplos setores das classes dominantes e das cúpulas políticas antes mesmo do desmonte final do autoritarismo militar e da criação do PT⁹. Além disso, o Partido dos Trabalhadores foi poupado da árdua tarefa de criar organizações sindicais poderosas. Como mencionamos, existia já uma ampla e sólida estrutura sindical corporativa. Bastou enfraquecer e depois eliminar o controle ministerial para que o modelo sindical, outrora definido como “fascista”, se transformasse (como de fato se transformou) num poderoso instrumento para mobilizações grevistas de baixíssimo risco para as lideranças.

Por outro lado, para as lideranças dos sindicalistas outrora “autênticos” e “combativos”, o novo partido iria revelar-se um poderoso canal de ascensão política e, *a fortiori*, social e econômica. Nesse aspecto, o PT não difere dos partidos social-democratas. Já com relação aos partidos comunistas, a comparação é mais problemática. Em todo mundo capitalista, os PCs tiveram mais dificuldade para exercer o governo em economias de mercado, entre outras razões porque mantiveram, até a dissolução da URSS, uma fidelidade inquebrantável à pátria soviética. Com isso, tornavam-se pouco confiáveis para instituições como as Forças Armadas, a Igreja, os empresários, a alta burocracia pública, etc. Não se acreditava que stalinistas pudessem administrar responsavelmente o capitalismo, como o fizeram os sociais-democratas.

O PT, também nesse ponto, foi favorecido. Não teve de superar a violenta rejeição das facções mais conservadoras das camadas empresariais e das classes altas. A acusação de “comunismo ateu”, pespegadas no PCB pela Igreja Católica nos tempos da Liga Eleitoral Católi-

9. A primeira posse de Lula como presidente de sindicato dos metalúrgicos, em 18 de abril de 1975, foi prestigiada pela presença, na sede do sindicato, de Paulo Egídio, o governador biônico do estado de São Paulo.

ca, nunca pôde ser colada no Partido dos Trabalhadores. A Igreja Católica estava entre os fundadores mais ou menos ocultos do PT que incorporou, nos seus órgãos dirigentes, grande número de militantes católicos progressistas¹⁰. Por esse aspecto, o PT fica mais próximo de uma democracia-cristã do que de um partido social-democrata, o que do ponto de vista prático trouxe muitas vantagens porque permitiu a penetração do PT entre os eleitores católicos.

Mas, se, por um lado, o apoio da Igreja como instituição viabilizou o PT e barrou a expansão do comunismo e do socialismo, por outro lado, barrou também a existência de partidos democrata-cristãos ou social-cristãos de alguma expressão¹¹.

PT nunca foi marxista

No plano ideológico e programático, o PT nunca foi oficialmente marxista. A maior parte dos sindicalistas da corrente majoritária do partido, a começar pelo chefe máximo, não tinha nenhuma ideologia e não estava preocupada com socialismo¹². Desse ângulo, a escolha do nome “Partido dos Trabalhadores” foi perfeita porque não comprometia o novo partido com nenhuma ideologia, como habitualmen-

.....

10. Cabe aqui uma observação: em 2001, até pouco tempo antes da primeira eleição de Lula para presidente da República, pastores das igrejas protestantes, especialmente as pentecostais, continuavam a identificar Lula com o demônio. Depois se aliaram ao PT.

11. Mas foi uma boa troca porque a democracia-cristã não tinha conseguido se firmar no Brasil. Na verdade, parece pouco provável que possam se desenvolver, nesta etapa de desenvolvimento globalizado e de sociedades cosmopolitas e seculares, partidos de tipo social-democrata e/ou democrata-cristão.

12. Quando ainda dirigente sindical e despontando também como grande liderança política, Lula declarou que seu socialismo seria aquele que estaria “na cabeça o trabalhador e não estaria em nenhum livro, não”. Entrevista a Xênia Bier, de abril de 1980, reproduzida em *Lula. Entrevistas e Discursos*, 1981, p. 272, publicação do Núcleo Ampliado dos Professores do PT.

te acontece com as organizações partidárias. A ambiguidade para a definição precisa de quem é trabalhador permitia abranger inclusive os empresários e pequenos proprietários, só excluindo explicitamente os ociosos.

É nossa hipótese de que foi justamente a ausência de teoria socialista um dos fatores que permitiram o êxito do PT. Mais precisamente: em lugar de marxismo, um leve, confuso e difuso esquerdismo de cunho populista dirigido contra os ricos e as elites de olhos azuis, mas não contra os grandes empresários e a propriedade privada. Aqui, é preciso reconhecer o papel fundamental de Lula. Como operário autêntico e ex-pobre, tinha legitimidade suficiente para contrariar as tendências mais radicais infiltradas no PT. Tratava-se dos pequeno-burgueses que, como era denunciado, sob a camisa petista vestiam a de outra organização mais à esquerda.

Mencionemos ainda algo desagradável: o modelo corporativo fascista. Embora as cúpulas sindicais e a esquerda petista façam ouvidos moucos para o fato, a “novidade” petista dificilmente teria tido êxito não fosse a estrutura corporativa à qual Lula parecia se opor quando se projetou na política brasileira¹³. Essa imensa máquina com fontes consideráveis de recursos, uma vez livre do controle do Ministério do Trabalho, pôde ser usada como poderoso instrumento de atuação política e de fortalecimento do PT.

Damos dois exemplos recentes: deixando de lado os parlamentares vindos do sindicalismo, nas eleições de 2006, o partido de Lula, em lugar das 83 cadeiras que conseguiu, teria apenas 42 na Câmara dos Deputados, bem abaixo do PFL (65 cadeiras) e muito próximo do PP (41). Nas eleições de 2010, excluindo os ex-sindicalistas, o

.....

13. Em 1978, Lula entendia que havia artigos da CLT que eram muito mais graves para a classe trabalhadora do que o AI-5 e seria necessário acabar com o imposto sindical para se ter um sindicalismo mais autêntico e combativo.

PT teria 38 deputados em lugar dos 88 que obteve. Estaria em quinto lugar, abaixo do PR (40 deputados)¹⁴. Fica evidente o fato de o PT ser basicamente um partido de sindicalistas, ou ex.

É pouco provável, nos próximos anos, que a máquina sindical saia do controle do PT, especialmente depois das vantagens financeiras que Lula, quando presidente, concedeu às centrais sindicais. Se assim for, parece também pouco provável que o modelo instaurado por Getúlio Vargas sofra alguma alteração significativa nos próximos anos. Pelo contrário: a permanecer a atual distribuição de forças políticas, a ten-

dência mais forte irá na direção de um redobrado esforço para estender o corporativismo da área das representação de interesses profissionais para outros setores da economia, do Estado e da sociedade, aumentando, e muito, a força das chefias sindicais. Isso, certamente, não significaria o fim da economia de mercado e da propriedade, mas maior controle do Estado sobre o setor privado e sobre a classe empresarial. Em poucas palavras: maior domínio do político sobre o econômico, maior espaço para os sindicalistas e políticos ante a classe empresarial. ○

.....
14. Obviamente, outros candidatos petistas de fora do sindicalismo poderiam ocupar o lugar dos ex-sindicalistas. Mas teriam de competir sem as vantagens da máquina sindical e, conseqüentemente, com mais dificuldade para chegar à Câmara dos Deputados.

A Parte de Baixo da Sociedade Brasileira

JESSÉ SOUZA

A tese que pretendo expor e defender neste artigo é a de que as classes populares no Brasil – a maioria da população brasileira – são literalmente invisíveis e até hoje muito mal-compreendidas entre nós. Esse resultado foi apenas confirmado pela realização de dois estudos empíricos e teóricos que totalizaram seis anos de trabalho ininterrupto e resultaram em dois livros: *A Ralé Brasileira: Quem É e Como Vive* (UFMG, 2009) e *Os Batalhadores Brasileiros: Nova Classe Média ou Nova Classe Trabalhadora?* (UFMG, 2010). Nesses dois trabalhos foi examinado, tanto na dimensão das práticas sociais como das práticas institucionais, o efeito do abandono secular da maioria esmagadora da população brasileira. Ao mesmo tempo, especialmente no estudo dedicado aos “batalhadores”, foi possível também compreender as razões da extraordinária tenacidade e capacidade de luta do assim chamado “povo brasileiro”.

JESSÉ SOUZA, 51, é potiguar de Natal/RN. Doutorou-se em Sociologia na Universidade Heidelberg, Alemanha. Fez pós-doutorado em Filosofia e Psicanálise na New School for Social Research, de New York. É livre-docente em Sociologia pela Universidade de Flensburg, Alemanha. Escreveu 22 livros em várias línguas sobre teoria social crítica e análises empíricas e teóricas da desigualdade e das classes sociais no Brasil. Atualmente, é professor titular de Sociologia da Universidade Federal de Juiz de Fora.

A invisibilidade das classes populares no Brasil é o produto principal de uma “interpretação do Brasil” que logrou institucionalizar-se e incorporar-se em todo brasileiro como uma “segunda natureza”, sobre a qual não mais se reflete e que não mais se questiona. Essa teoria é a tese do “patrimonialismo estatal”. Há que se deixar claro, antes de qualquer coisa, que as ideias não são algo abstrato e abstruso de pessoas que vivem nas nuvens sem qualquer relação com o mundo real. Na verdade, não existe nada no mundo “real” que não tenha sido criado por “ideias” de intelectuais e cientistas. E não me refiro apenas aos carros e computadores de todo dia. Também todas as escolhas institucionalizadas ou não que definem para onde uma sociedade como um todo pode e deve ir são criações de intelectuais. Toda a ação de todos os partidos e tudo que se diz na mídia foram ou são também criação de intelectuais. Os intelectuais não criam, obviamente, o mundo a seu bel-prazer, já que as ideias têm de ser articuladas com interesses econômicos e políticos poderosos para se institucionalizarem e se tornarem “realidade material”.

Patrimonialismo e racismo de classe: A interpretação pseudocrítica dominante no Brasil moderno

Qual, então, a gênese do encontro entre ideias e interesses que construíram o

Brasil moderno? Foi na década de 30 do século passado que se gestou a “revolução simbólica do Brasil moderno”. Dois são os protagonistas dessa revolução: Gilberto Freyre e Sérgio Buarque. Freyre transforma toda a percepção negativa e naturalizada do Brasil que vigia desde a independência, fomentada pelo prestígio internacional do “racismo científico” que condenava a sociedade brasileira a não ter nenhum futuro pelo fato de seu povo ser mulato e mestiço. Freyre “inverte” o mestiço como signo de todo o mal, em signo de todo o bem, transformando-o, inclusive, em emblema máximo da “brasilidade” a partir daí. É ele que incorpora a “plasticidade” do português que implica percepção e incorporação da alteridade, do “outro”, e de outras culturas como traço fundamental da luso-brasilidade. O principal adversário aqui é o racismo e a intolerância americanos, de modo que seja possível criar a “fantasia compensatória” que possa dizer: eles são mais ricos e democráticos, mas nós somos mais generosos e humanos.

Se a identidade nacional brasileira moderna é construída a partir e contra a ideia do racismo na sociedade americana, a suposta “teoria crítica brasileira”, elaborada por Sérgio Buarque de Holanda no seu livro *Raízes do Brasil*, é construída por uma apropriação/inversão da tese de Freyre por Sérgio. Buarque não critica nenhum dos pressupostos da análise freyriana, muito especialmente seu “culturalismo”, ou seja, a ideia de que o “brasileiro” é um tipo singular, particularidade esta pensada de modo tendencialmente absoluto. Essa é uma ideia importante para o tipo de unidade coletiva que um “mito nacional” pode produzir, mas ela é simplista e superficial do ponto de vista científico. Cabe à ciência criticar os mitos e não reproduzi-los, maquiando-os com um “charminho de cientificidade” que é, ao fim e ao cabo, o que esta tradição iniciada por Buarque faz.

Não se compreende a gênese da “ciência social dominante” no Brasil se não compreende-

mos seu vínculo íntimo e carnal com o “mito da brasilidade” criado por Freyre. Como todos os brasileiros desse período, Buarque foi influenciado decisivamente por Freyre¹. Antes de tudo, a ideia de “plasticidade” como herança ibérica. Essa ideia, uma apropriação direta de Freyre, vai ser fundamental para seu conceito de “homem cordial” e, conseqüentemente, para sua tese do “personalismo” e do “patrimonialismo” – pensado como a consolidação institucional do personalismo – como as marcas fundamentais da cultura brasileira.

Idealização ingênua dos EUA

Tudo o que era “positivo” em Freyre, a cordialidade, a emotividade e abertura ao “outro”, é transformado em “negativo” por Buarque e causa do atraso relativo brasileiro tanto na economia como na vida política. Começa aí a idealização dos EUA como terra da eficiência, da racionalidade e, acima de tudo, a terra das pessoas incorruptíveis e dignas de confiança, ao contrário dos brasileiros “cordiais” e sempre dispostos a sacrificar o interesse público e a racionalidade fria dos negócios em nome do interesse próprio e de seus amigos. A idealização ingênua e infantil dos EUA como terra da confiança interpessoal e das pessoas incorruptíveis será o contraponto que permitirá se travestir a teoria mais conservadora dos interesses liberais em uma teoria supostamente crítica.

A partir de Buarque, autores dos mais influentes de nossa inteligência pseudocrítica, como Raymundo Faoro, Simon Schwartzman, Fernando Henrique Cardoso (inclusive em recente artigo nesta revista), Roberto DaMatta e vários outros, irão simplificar a tese de Buarque e equalizar as virtudes americanas às virtudes do mercado enquanto tal e os vícios brasileiros

.....
1. As edições iniciais de *Raízes do Brasil* tinham referências e agradecimentos a Freyre que foram retiradas depois por Sérgio Buarque. Devo a Robert Wegner essa informação.

à suposta influência do Estado na vida social brasileira. Desde Buarque, o ponto fundamental em todos esses autores extraordinariamente influentes é a oposição entre um Estado percebido como causa de todos os males, posto que ineficiente, politiqueiro e corrupto, e um mercado visto crescentemente como o reino de todas as virtudes.

Essa oposição é frágil e descabida, já que Estado e mercado formam um sistema interdependente, além do próprio mercado brasileiro, em todas as instâncias, ter sido criado e se desenvolvido à sombra do Estado. Além disso, a última crise internacional deixa clara como a luz do sol a falácia que é o fundamento e o pilar principal da “teoria pseudocrítica” dominante no Brasil moderno: é precisamente o “mercado” internacional que fraudula e corrompe, muito especialmente são o mercado e os bancos americanos que maquiagem balanços, falseiam relatórios e avaliações, institucionalizam a fraude como fundamento dos negócios e do lucro e dão um baque bilionário no planeta inteiro. Esses são os incorruptíveis e dignos de confiança dos nossos pensadores mais importantes e influentes que vendem até hoje a autoimagem dos EUA sobre si mesmos como “verdade científica”, emprestando o prestígio científico a todo tipo de violência simbólica que legitima privilégios de fato.

Assim, como não existe dominação eficiente se o oprimido não incorpora como sua a visão do mundo do opressor, toda a nossa sociologia e ciência política dominante entre nós utiliza até hoje as mesmas categorias que a sociologia da modernização americana utilizou e ainda utiliza para justificar sua dominação fática política e econômica sobre o resto do mundo. É este repertório sociológico superficial e capenga que é usado para compreender o Brasil como “falta” e como “erro moral” pela suposta influência deletéria do Estado. A principal categoria é “moralizante” e refere-se a “confiança interpessoal” como principal característica “cultural” dos americanos e do mercado competitivo

moderno. A mesma “confiança” que os grandes bancos americanos têm demonstrado possuir sobejamente na arena internacional, como já comentamos acima. Era isso que Buarque via como faltando ao homem cordial brasileiro, e é esta mesma categoria que está pressuposta no tema do patrimonialismo seletivo, só do Estado, em Faoro, FHC (como fica claro no seu último artigo nesta revista) e Roberto DaMatta. Alguém já imaginou o prejuízo em relações sociais e econômicas desiguais nacional e internacionalmente legitimadas com base nessa farsa?

Mais interessante ainda para nossos propósitos é a ligação orgânica entre a tese do patrimonialismo estatal e o racismo de classe contra as classes populares entre nós. Como essa relação seletiva com a “ética” só tem olhos para a corrupção no Estado, as classes populares são condenadas como “antiéticas” por seu apoio ao Estado atuante, permitindo juntar os temas do patrimonialismo e do racismo de classe das classes privilegiadas como fundamento do moralismo seletivo travestido de ciência da “ordem liberal” no Brasil. São as mesmas categorias que “comprovam” a superioridade moral americana e do mercado sem freios que são usadas até hoje também para mostrar como as classes superiores no Brasil são “éticas” e as classes populares, incapazes de solidariedade efetiva e de “comportamento moral”². Nossa ciência social dominante é masoquista e servil em relação à “ciência” dos mais fortes internacionalmente, para justificar seus próprios privilégios, e sádica e opressiva em relação às classes populares e dominadas de dentro do próprio país.

Todo esse arsenal interpretativo está hoje em dia a serviço do (des)conhecimento e do preconceito contra as classes populares no Bra-

.....
2. Bolívar Lamounier & Amaury de Souza, *A Classe Média Brasileira: Ambições, Valores e Projetos de Sociedade*, São Paulo, Campus/CNI, 2010. O mesmo tipo de argumento já havia sido utilizado por Alberto Almeida no bestseller *A Cabeça dos Brasileiros*, Record, 2007.

sil, tanto em relação ao que chamo provocativamente de “ralé” quanto, também, em relação aos “batalhadores” da chamada “classe C”. É precisamente o obscurecimento sistemático de todo conflito de classes entre nós, em nome da falsa oposição já naturalizada entre mercado e Estado, que abre espaço para um “economicismo liberal” que desconhece a produção socio-cultural de indivíduos diferenciais por heranças de classe distintas. A percepção equivocada da “classe C” como classe média, ou seja, como classe privilegiada, mediante mero aumento do potencial de consumo e renda, reflete, precisamente, esse desconhecimento. Os preconceitos que a envolvem, e a negação pura e simples da classe de abandonados sociais, criada por uma sociedade injusta, também decorrem do mesmo contexto. São essas ideias, afinal, que selecionam e constroem um mundo que vai guiar a ação de governo, mídia, mercado, indivíduos e classes sociais. Por conta disso vale a pena criticá-las em detalhe.

A assim chamada “Nova Classe Média”

Os emergentes são a maior novidade econômica, social e política do Brasil na última década. Como é uma classe crescente – desde que mantidas as condições favoráveis – e que foi decisiva para o crescimento econômico brasileiro baseado no consumo interno da última década, sua importância não só econômica, mas também política, é nodal. Ela é a grande novidade social do “Brasil bem-sucedido” dos últimos anos e ainda muito pouco conhecida. Seu apelo é resultado, portanto, de fatores objetivos.

Mas essa classe é muito pouco conhecida e existe muito preconceito em relação a ela como, em geral, aos setores populares no Brasil. Na pesquisa que realizamos sobre a classe dos “emergentes”, procuramos nos concentrar nos aspectos “não econômicos” na contracorrente de toda a percepção triunfalista que cerca a (in)compreensão desta classe no

debate público brasileiro. O nome que se dá às coisas é muito importante porque traz em si toda uma compreensão singular que é sempre enviesada e mais ou menos distorcida da realidade. Quando se chamam os emergentes de “nova classe média” está se querendo dizer que o Brasil está se tornando um país de primeiro mundo, onde as classes médias e não os pobres formam o grosso da população. Isso, infelizmente, ainda está muito longe de ser verdade.

Os “batalhadores”, nome que é uma homenagem a essa classe que se reinventou sozinha sob as piores condições³, se assemelham muito mais a uma classe trabalhadora precarizada, típica do contexto social do pós-fordismo, sem direitos e garantias sociais, que trabalha de 10 a 14 horas ao dia, estuda à noite e faz bicos nos fins de semana. Seu potencial de consumo pressupõe extraordinário esforço pessoal, sacrifício familiar de todo tipo, além de todo tipo de sofrimentos e dores silenciadas pelo discurso triunfalista dominante. Essa classe não é só brasileira. Ela é expressiva em todos os países ditos emergentes, com grandes massas dispostas a todo tipo de trabalho sob as piores condições para executá-lo.

O outro lado, o lado benigno desta nova classe social, foi sua ascensão econômica e social. O crescimento econômico brasileiro dos últimos anos beneficiou tanto os setores superiores e privilegiados quanto os setores populares. Mas o crescimento mais dinâmico veio da “parte de baixo” da sociedade brasileira, o que mostra o efeito positivo para todos – inclusive para os setores privilegiados que ganham, e muito, com o novo quadro econômico de políticas simples, como o Bolsa Família, o microcrédito e a ação da religiosidade tardia como fonte de autoconfiança e estímulo, compensando o abandono familiar e social típico de várias frações das classes populares no Brasil. Foram pre-

3. Mangabeira Unger foi o primeiro a usar essa denominação, a meu ver muito feliz.

cisamente as classes desprezadas e abandonadas secularmente no Brasil que mostraram incrível poder de reação e de capacidade de trabalho.

Mas essa classe não tem nada das classes médias privilegiadas e estabelecidas. Para compreender esta questão é necessário, antes, “compreender” como se formam as classes sociais e seus interesses, precisamente o que o foco universal na renda mais esconde do que esclarece. Não é apenas o conceito de classe média que é problemático em si por sua heterogeneidade. É o próprio conceito de classe social que é sempre percebido superficialmente no debate público. Isso se deve ao fato de que uma adequada compreensão do processo de formação das classes sociais permite a crítica do princípio social mais importante para a legitimação de todo tipo de privilégio injusto das sociedades modernas, que é o princípio da “meritocracia”. O privilégio injusto nessas sociedades é admitido e travestido como justo apenas porque ele é percebido como fruto do “desempenho individual extraordinário”.

A compreensão liberal dominante que associa classe à renda só é tão dominante precisamente porque corrobora e mantém essa ilusão do “milagre” do mérito apenas individual, ao focar no “resultado econômico” do pertencimento de classe, e nunca nas suas pré-condições sociais. Quando se atenta não só para o seu resultado fortuito, como a renda, mas se percebe também a formação diferencial de tipos humanos com chances muito distintas desde o nascimento, de sucesso tanto na escola quanto no mercado de trabalho, o “milagre” do mérito individual, então, pode ser desmascarado como sendo, em grande medida, pelo menos, “socialmente construído” pela socialização familiar – muito distinta em cada classe – privilegiada. A base do privilégio individual moderno é injusta, posto que transmitida pelo “sangue”, por assim dizer, como na Idade Média, ou em qualquer sociedade pré-moderna. Afinal, não existe “culpa individual” por se ter nascido na família “errada”, nem, muito menos, mérito em se ter nascido na família “certa”.

Uma correta percepção dos “emergentes”, portanto, exige que percebamos o “tipo humano” – com dramas, tragédias, sonhos e capacidades singulares – específico desta classe, e não apenas quantificar sua renda como normalmente é feito. É necessário, também, compará-la tanto com as classes médias “verdadeiras”, sua contraparte “acima”, quanto com os desclassificados sociais – que chamamos provocativamente, em outro estudo recente, de “ralé” para denunciar seu abandono – como sua contraparte “para baixo” da escala social. Os “emergentes”, que preferimos chamar no nosso estudo de “batalhadores” ou “nova classe trabalhadora”, não possuem nenhum dos privilégios de nascimento da classe média verdadeira. Muito especialmente, o “tempo livre”, que permite a apropriação de “conhecimento útil e altamente valorizado” – chamado por Pierre Bourdieu de “capital cultural”⁴ – é que caracteriza a classe média verdadeira. Se a apropriação privilegiada de “capital econômico” marca as classes altas, é a apropriação privilegiada de “capital cultural”, seja técnico ou literário, o que marca tipicamente as classes médias modernas.

Os “batalhadores”, na sua esmagadora maioria, tiveram de trabalhar desde muito cedo, estudaram em escolas públicas, e estudam, quando estudam, em universidades privadas à noite. Sem acesso aos conhecimentos altamente valorizados que permitem a reprodução do mercado e do Estado – que garantem bons salários e muito reconhecimento social e prestígio às classes médias – os batalhadores “compensam” esta falta com extraordinário esforço pessoal, trabalhando sob condições penosas, sem garantias sociais, em atividades muitas vezes informais, sem pagamento de impostos. O que explica essa persistência e capacidade de resistência é a construção de uma sólida “ética do trabalho” que pressupõe a incorporação

.....
4. Pierre Bourdieu, *A Distinção*, São Paulo, Azouc/Edusp, 2009.

de disposições como disciplina, autocontrole e pensamento prospectivo, onde o futuro e a busca por uma vida melhor compensam qualquer sacrifício no presente.

A “ralé” – nome provocativo em uma sociedade que nega e maquia todos os seus conflitos principais – que discutiremos abaixo, perfaz ainda quase 1/3 da população brasileira, é tão abandonada e desprezada socialmente que tem de cuidar do pão de cada dia tornando-a prisioneira do “aqui e agora” que é a negação de qualquer perspectiva ou cálculo de futuro. O que é retirado da “ralé” – por uma sociedade injusta que a explora como mão de obra barata em atividades corporais para que a classe média possa se dedicar a estudos e empregos rentáveis e prestigiosos – é qualquer perspectiva de “futuro”. Existem classes literalmente “com futuro” e outras “sem futuro”, o qual precisa ser cuidadosamente calculado e planejado para acontecer. É esse tipo de “incorporação” de certas capacidades e virtudes que realmente separa as classes uma das outras, e não a renda, que é mero resultado da presença ou da ausência desses pressupostos.

Assim, os “batalhadores” – ainda que vários sejam também pequenos empresários – possuem um “estilo de vida” que se assemelha muito mais ao das classes trabalhadoras – que são sempre classes incluídas na esfera econômica e política – do que ao das classes médias que pressupõem a incorporação sutil e invisível para o senso comum de uma série de disposições – capacidade de pensamento abstrato técnico ou literário, conhecimento de línguas, socialização que ajuda na produção de relações pessoais vantajosas, etc. – que, juntas, produzem a vida privilegiada. Diferentemente da “ralé”, por outro lado, esses novos trabalhadores a “céu aberto” possuem sólida ética do trabalho e perspectiva de futuro, produto tanto de famílias melhor estruturadas, ainda que pobres na sua maioria, quanto de socialização religiosa tardia, religiões essas tão pouco compreendidas pelas classes médias estabelecidas.

A “ralé” de desclassificados e abandonados sociais

A sociedade brasileira construiu e reproduz até hoje, também, uma classe de abandonados e desclassificados sem qualquer chance de participação na competição social em qualquer esfera da vida. Existe uma “luta de classes” intestina e inegável, que permite que toda uma classe que não consegue, pelo abandono social e político, incorporar conhecimento útil para participar no mercado econômico competitivo, possa ser explorada como mão de obra barata – reduzida a dispêndio muscular pela ausência da incorporação de conhecimento valorizado pelo mercado competitivo – nas funções de empregada, faxineira, babá, zelador, prostituta, motoboy, porteiro, e todo tipo de trabalho, perigoso, sujo ou pesado, de modo a poupar tempo das classes média e alta para estudo e trabalho de funções prestigiosas e rentáveis. Mas essa é uma contradição da qual nunca se fala. A falsa contradição pseudocrítica que opõe mercado e Estado é o limite do debate público brasileiro. Quando esta classe chega ao noticiário é quase sempre pela oposição bandido-policia, despoliticizando os conflitos sociais e criando estigmas contra os mais fracos.

Em nossa pesquisa empírica e teórica sobre esta classe, realizada entre 2005 e 2008, levada a cabo em diversas regiões brasileiras, desenvolvemos um método empírico original baseado nas pesquisas de Pierre Bourdieu na Argélia⁵ e de Bernard Lahire⁶ na França. O aproveitamento consequente de uma metodologia de pesquisa empírica autorreflexiva e crítica nos permitiu, por meio do aproveitamento das lacunas e das contradições do discurso dos indivíduos dessa classe, “reconstruir” – apesar do autoengano compreensível de quem não tem

5. Pierre Bourdieu, *O Desencantamento do Mundo*, São Paulo, Perspectiva, 1979.

6. Bernard Lahire, *Retratos Sociológicos*, São Paulo, Artmed, 2003.

defesa contra a própria humilhação social de que se é vítima – o sentido da vida em condições extremas de exclusão social em que vive cerca de 1/3 da população brasileira.

Esse sentido parece ser construído, em primeiro lugar, na reprodução da “família desestruturada”, fruto da cegueira do debate científico e público dominante e do consequente abandono político dessa classe. A naturalização do abuso sexual dos mais velhos e mais fortes em relação aos mais novos e mais fracos – especialmente das meninas, mas, também, dos meninos – chocou todos os pesquisadores envolvidos na pesquisa. Esse tema é um tabu quase nunca veiculado pela mídia, o que apenas favorece a sua perpetuação no tempo. De um modo mais geral, uma atitude abertamente instrumental de todos em relação a todos no interior das famílias dessa classe não é incomum⁷. As feridas na autoestima e na autoconfiança dos indivíduos dessa classe, resultantes dessa prática que se transmite de geração a geração, cuidadosamente ocultada por um acordo silencioso entre vítimas e algozes, não são difíceis de serem imaginadas. Também os papéis sociais de pais e filhos com as obrigações recíprocas da família burguesa de classe média são apenas precariamente reproduzidos. Nesse contexto, adquire todo o sentido a retomada por Axel Honneth da importância das relações afetivas e emotivas familiares como pressuposto para o exercício de toda função pública, seja como produtor útil seja como cidadão⁸. O abandono social e político das famílias marcadas pelo cotidiano da exclusão parece ser o fator decisivo para a reprodução indefinida dessa classe social no tempo.

.....

7. Contexto semelhante já havia sido detectado por Florestan Fernandes em estudo pioneiro na São Paulo dos anos 1950. Florestan Fernandes, *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, São Paulo, Ática, 1979.

8. Axel Honneth, *Der Kampf um Anerkennung: zur moralischen Grammatik sozialer Konflikte*, Frankfurt, Suhrkamp, 1994.

Outro fator fundamental ligado ao problema discutido acima é o não aprendizado de habilidades e capacidades fundamentais para a apropriação de capital cultural de qualquer tipo. No relato de vários de nossos informantes, não faltou a presença da instituição escolar. No entanto, era muito comum a observação de que, quando crianças, eles ficavam fitando o quadro negro durante horas sem nada aprender. Com a repetição desse tipo de relato, que nos desconcertou no começo, aprendemos a perceber que o problema em jogo era a ausência da incorporação afetiva da “capacidade de se concentrar”, algo que os indivíduos de classe média tendem a perceber como uma “habilidade natural”, como se simplesmente nascêssemos com ela, como acontece com a capacidade de enxergar ou de ouvir. Como faltavam exemplos afetivos em casa, tornados possíveis pelo processo de identificação paterna e materna, essa capacidade ou disposição a se concentrar não era desenvolvida. Mesmo nas famílias mais bem estruturadas dessa classe, onde os pais permaneciam juntos e se esforçavam para ter uma relação afetiva e de cuidado com os filhos, as marcas do abandono social se mostraram presentes.

Como nunca se vê o pai lendo um jornal, mas apenas fazendo serviços braçais e brincando com os filhos com os instrumentos desse tipo de trabalho, que tipo de sucesso escolar pode-se esperar dessas crianças? Ou quando a mãe os instava para estudar, dizendo que apenas a escola poderia mudar a vida para melhor; que efeito possui esse tipo de exortação se a própria mãe, que havia passado algum tempo na escola, não havia conseguido mudar a própria vida? Percebemos claramente com nossos informantes que não são os “discursos”, proferidos da boca para fora, mas apenas as “práticas” sociais efetivas, moldadas por exemplos efetivos, os verdadeiros instrumentos de mudança individual e social.

A instituição escolar nesse contexto é ineficiente, porque essas crianças já chegam como “perdedoras” nas escolas, enquanto as crianças

de classe média já chegam “vencedoras” pelo exemplo e estímulo paterno e materno afetivamente construído. Mas não apenas isso. A instituição escolar pública – precária no Brasil e crescentemente também nos países ditos avançados – passa a ser marcada pela “má-fé institucional”, no sentido que Bourdieu e Foucault utilizam esse termo, de tal modo que prometem a redenção dessa classe pela educação enquanto, na verdade, possibilitam transformar, com o carimbo do Estado e anuência de toda a sociedade, o abandono social em “culpa individual” de alunos supostamente burros e preguiçosos. Em nossa pesquisa abundam declarações tocantes de jovens que se imaginam incapazes de estudo, sem inteligência e incapazes de concentração por culpa própria. Constrói-se a partir disso um contexto onde tanto na dimensão intersubjetiva da interação social face a face dos sujeitos, quanto também na dimensão das práticas institucionais de todo tipo, sejam elas policiais, médicas ou escolares, o desvalor objetivo dos indivíduos dessa classe despossuída existencial, moral e economicamente é reafirmado cotidianamente.

“Pobres honestos”

O mesmo contexto de reprodução da miséria material e simbólica é o que explica, mais uma vez, a impotência política dessa classe de desclassificados. Notamos em nossa pesquisa que existe um verdadeiro abismo entre os chamados “pobres honestos” – aqueles que aceitam vender sua energia muscular a preço pífio – e aqueles percebidos como “pobres delinquentes” – aqueles que se revoltam reativamente de modo pré-político contra a estrutura que os condenam. Em nenhum estrato social essa diferença é tão importante e decisiva quanto na “ralé” pesquisada. O drama cotidiano da imensa maioria das famílias da “ralé” – muito especialmente das mais estruturadas dentre elas – é precisamente o tema da “honestidade” percebida como a fuga do destino de bandidos para os meninos – ou do

destino de “bêbados” para os adultos masculinos – e do destino de prostituta para as meninas. Essas são as figuras paradigmáticas da delinquência nessa classe que está, por sua fragilidade e pobreza, especialmente exposta aos riscos e seduções da vida desviante.

Constrói-se com isso uma divisão insidiosa e virulenta dentro dessa classe, tornando especialmente difícil qualquer forma de solidariedade interna dessa camada negativamente privilegiada. Como praticamente toda família ou vizinhança tinha exemplos de vidas que “optaram” pela delinquência no sentido exposto acima, abundaram os relatos de mães que exploravam economicamente a filha prostituta ao passo que a acusavam pela escolha de vida, ou ainda de irmãos que não se falavam por terem optado por caminhos diferentes nas únicas duas opções possíveis para membros dessa classe. A hierarquia valorativa dominante, que pode ser exposta nos termos que viemos utilizando na oposição “digno”/“indigno” não só transfere a culpa da “indignidade” de todos ao próprio indivíduo, mas também quebra e separa a classe como um todo e, dentro dela, cada família, cada vizinhança e, no limite, cada indivíduo em dois inimigos irreconciliáveis.

O “moralismo seletivo” da tese do patrimonialismo não vê qualquer problema “ético” na reprodução de abandonados sociais sem qualquer culpa na própria miséria. A percepção fragmentária dessa classe na mídia e no debate público distorce e impede a percepção de sua origem e destino provável comuns. Seja no tema segurança pública, no gargalo da mão de obra qualificada, no debate sobre a escola pública e mais dezenas de temas semelhantes, o que está em jogo é unicamente a origem e o destino desta classe muito mal-compreendida entre nós.

Esta não é, entretanto, uma classe “condenada” para sempre. Parte dela pôde ascender socialmente nos últimos anos, ainda que certamente sua redenção efetiva exija muito mais

que estímulos econômicos passageiros. Faz-se necessário uma reforma das ideias e dos espíritos no Brasil. É tempo de reconstruir consensos naturalizados no nosso país que permitam a reprodução de uma maioria superexplorada e humilhada, cujo sofrimento e dor sequer po-

dem ser percebidos pela violência simbólica de interpretações que de críticas e de “éticas” nada possuem. O debate de ideias é a primeira trincheira do debate público verdadeiramente comprometido com a mudança estrutural e com a reforma social. ○

A Política de Segurança Pública no Brasil



REGINA MIKI

Desde 2003, a política de segurança pública em âmbito nacional vem avançando muito através de diversas reformulações. Inicialmente, os esforços se concentraram na implementação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). A experiência das políticas públicas da área da saúde serve de exemplo para a segurança, que passa a integrar as ações federais, estaduais e municipais, preservando a autonomia federativa assegurada na Constituição Federal e atribuindo coerência sistêmica às políticas da área.

Para a consolidação desse novo paradigma no País, o governo federal deu início, em 2007, ao Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci). Aprovado por unanimidade no Congresso Nacional, o programa reconhece a violência como um fenômeno decorrente de múltiplos fatores, que requer respostas do Estado intersetoriais e transdisciplinares. Nesse sentido, as políticas de segurança focalizam as raízes da violência e da criminalidade e estão articuladas permanente-

mente com as demais áreas, tais como educação, saúde e cultura. A juventude e a territorialidade são consideradas alvos prioritários das políticas desenvolvidas, evitando o ingresso dos jovens na vida do crime.

É chegado o momento de avançar ainda mais na integração entre os entes federados. Para tanto, já foi iniciado o trabalho de construção de um grande pacto pela segurança pública envolvendo o governo federal e os governos estaduais, com a realização de diagnósticos e estratégias conjuntas de atuação.

De fundamental importância também é a crescente atuação dos municípios na segurança pública. O Poder Público Municipal é responsável pelo planejamento urbano, ordenamento territorial e regulação do uso do solo, por exemplo. Ademais, o gestor local é a autoridade mais próxima do cidadão, da sua realidade social e dos laços comunitários existentes. Desta forma, há um grande potencial para o enfrentamento da violência e da criminalidade, especialmente através de medidas preventivas e sociais. Os municípios cada vez mais conectam a segurança pública às demais áreas de sua atuação.

Segundo o Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde, o número de homicídios no Brasil, em 2008, foi de 50 113, sendo um grande número de jovens e negros. Essa é uma realidade incompatível com o nível crescente de desenvolvimento socioeconômico de nosso país e precisa ser mudada urgentemente.

REGINA MIKI é secretária nacional de Segurança Pública e presidente do Conselho Nacional de Segurança Pública no Ministério da Justiça. É advogada, mestre em Direito Constitucional pela PUC/SP, especialista em Direito de Família e Fundiário e, também, em Políticas de Segurança Pública pela PUC/RS. Foi coordenadora geral da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública (1ª Conseg) e secretária de Defesa Social da Prefeitura de Diadema (SP).

O governo federal trabalha de forma enérgica para fortalecer o controle e a vigilância sobre as regiões de fronteira. O ingresso no Brasil de drogas e armas deve cessar, assim como a lavagem de dinheiro e as demais facetas do crime organizado. Para tanto, novamente encontramos a necessidade de uma atuação integrada entre os órgãos federais, estaduais e municipais.

A prevenção policial e não policial precisa estar em equilíbrio com a repressão qualificada. A perícia criminal constitui meio imprescindível para a eficácia da atuação policial. No tocante ao sistema de justiça, a perícia contribui para constituição mais robusta do corpo probatório. Assim, sua efetiva atuação e fortalecimento implicam também a redução da impunidade, uma vez que possibilita uma melhor apuração e maior convicção da autoria e das circunstâncias dos delitos. A inteligência estratégica deve reunir as informações do sistema de segurança e do sistema prisional para orientar as ações investigativas e repressivas. O policiamento de proximidade, também conhecido como policiamento comunitário, aproxima do cidadão o profissional da segurança pública, de forma a possibilitar maior proteção, troca de informações e cidadania.

A atuação integrada dos três entes federados de forma coesa, sistêmica e harmônica é imprescindível e deve contemplar a participação social em todos os níveis. A 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública (1ª Conseg), realizada em 2009, foi um marco democrático nesta área. Pela primeira vez, houve um espaço institucional de participação que reuniu sociedade civil, trabalhadores e gestores da segurança pública debatendo quais deveriam ser os princípios e as diretrizes orientadores para a política nacional. Foram realizadas 27 etapas estaduais, 265 etapas municipais, 1 140 conferências livres em 445 municípios, conferência virtual, seminários temáticos, projetos especiais e cursos de capacitação. Ao total, participaram mais de 530 mil pessoas.

O resultado desse amplo processo de debates foi a priorização de 10 princípios e as 40

diretrizes que devem orientar a Política Nacional de Segurança Pública. Entre os itens prioritizados, estão: o desarmamento, a participação social, os conselhos comunitários de segurança, a importância dos municípios como gestores da política de segurança pública, o policiamento comunitário, a valorização profissional, o enfrentamento do preconceito, o acesso à justiça, a priorização das penas e medidas alternativas, a cultura de paz e o fortalecimento do SUSP e do Pronasci.

Participação social

Com o objetivo de tornar permanente a participação social na esfera federal, o Conselho Nacional de Segurança Pública (Conasp) foi reativado e reestruturado. Sua composição passou a contemplar a sociedade civil e os trabalhadores da área, que anteriormente não possuíam assento no Conselho e que passaram a ter seus representantes democraticamente eleitos a partir de agosto de 2010.

Compondo a participação tripartite da segurança pública, ao lado da sociedade civil e dos gestores, estão os trabalhadores da área, cujo reconhecimento e valorização devem ser compatíveis com a dignidade e o risco inerente de sua profissão. Os integrantes das instituições de segurança pública devem também ser reconhecidos como sujeitos portadores de direitos humanos e de prerrogativas necessárias ao exercício das suas atribuições, sendo-lhes asseguradas condições adequadas para tal.

A formação e a capacitação dos profissionais da área em conformidade com o novo paradigma de segurança com cidadania são fundamentais. Dessa forma, uma matriz curricular adequada e a disponibilidade de meios de ensino/aprendizado são essenciais, especialmente quando se pretende que estes profissionais sejam educadores e promotores de direitos humanos e da cultura de paz. A modernização das instituições policiais requer a qualificação adequada, contínua e permanente de seus inte-

grantes, cujo reflexo deve incidir também sobre suas carreiras profissionais.

O uso diferenciado da força e a adoção de tecnologia menos letal, aliados à capacitação própria, são meios que possibilitam o desempenho da atividade policial de forma eficaz e legítima sem, contudo, implicar violação de direitos alheios. Estes são mecanismos de valorização da atividade policial e de aproximação dos profissionais da segurança pública à população, que aumenta sua confiança sobre os trabalhos da área e as instituições. No mesmo sentido, devem ser tomadas medidas que visem à redução do número de mortes destes profissionais durante o horário de serviço e fora dele.

A qualidade de vida e de atuação destes profissionais está relacionada diretamente com suas condições físicas e psíquicas. A impossibilidade de exercício do direito ao lazer e ao descanso compromete suas condições de prestar um serviço público com a devida qualidade e eleva os riscos inerentes para si mesmos ou para terceiros. É imprescindível também que exista assistência biopsicossocial plena ao trabalhador e aos seus familiares, incluindo prevenção e tratamento adequado ao estresse, quadros pós-traumáticos, drogadição, dependência química e depressão.

Todas estas políticas públicas, porém, devem ser conduzidas através de um processo de gestão que contemple efetivamente suas diversas etapas. As ações necessitam de orientação por um planejamento estratégico integrado que seja concebido a partir de um diagnóstico adequado. Sua implementação deve ser constantemente

monitorada, e seus resultados, impactos e custos devem ser avaliados a partir de indicadores preconcebidos. As políticas públicas, articuladas interinstitucionalmente, ganham eficiência no enfrentamento da violência e da criminalidade, otimizam a utilização dos recursos públicos e reduzem burocracias.

Na esfera federal, as políticas públicas de governo sobre segurança pública passam então à condição de políticas públicas de Estado, como também se verifica nas demais áreas. Todo o acúmulo que for construído e pactuado pelas instâncias de participação social na segurança pública será mantido e não poderá ser ignorado pelos gestores que se sucederem, impedindo retrocessos e consolidando os avanços. Há, portanto, um fortalecimento da sociedade em sua totalidade, ao qual se deve dar continuidade.

A violência e a criminalidade precisam ser compreendidas de forma ampla, permitindo que se percebam suas soluções como um conjunto de ações diversificadas, sejam elas preventivas ou repressivas qualificadas, que devem ser levadas a cabo não apenas pelas forças policiais, mas também pelos demais órgãos públicos, de forma planejada, coordenada e integrada. União, estados e municípios devem somar os esforços e atuar de forma sistêmica. A participação da sociedade e dos trabalhadores da área deve ser priorizada e assegurada em todas as esferas governamentais. Por fim, é necessário e urgente que a vigente cultura de violência seja imediatamente substituída por uma cultura de paz, cidadania e democracia participativa. ○

Um Olhar sobre o Futuro das Relações Brasil-China¹

.....
CLODOALDO HUGUENEY

Este parece um bom momento para tentar desenvolver uma visão prospectiva sobre o futuro das relações entre o Brasil e a China. Nos últimos anos, essas relações tiveram um crescimento extraordinário e atingiram um patamar que nem mesmo os poucos observadores dessa evolução poderiam antecipar. Como consequência desse crescimento vertiginoso, em particular na área comercial, problemas começaram a aparecer. O crescimento do comércio entre o Brasil e a China é a face mais visível da relação, mas ela na verdade mudou em muitos outros campos, tanto no plano bilateral, como no multilateral. Entre os dois países novas áreas foram abertas à cooperação, dando à relação um conteúdo muito mais diversificado e complexo. No plano multilateral, a ascensão dos países emergentes, exemplificada pela criação e consolidação do BRICS, abriu espaço para uma atuação mais coordenada entre o Brasil e a China no plano internacional, o que passou a requerer um diálogo ainda mais intenso entre os dois países sobre temas como a Rodada de Doha, mudanças climáticas, segurança energética e alimentar e reforma do ordenamento internacional.

.....

1. As opiniões expressas neste artigo são de exclusiva responsabilidade do autor, não refletindo necessariamente posições oficiais brasileiras.

.....
CLODOALDO HUGUENEY é embaixador do Brasil na China.

Mas o momento atual é especialmente propício para uma análise dessa natureza porque tivemos recentemente uma visita da presidenta Dilma Rousseff à China, que, por sua natureza e resultados, marcou a abertura de uma nova etapa nas relações bilaterais. Não é comum, e talvez seja mesmo a primeira vez que isso tenha ocorrido, que um presidente do Brasil escolha, para uma de suas primeiras viagens internacionais, a China. Esse gesto, que demonstrou a nova prioridade da China e da Ásia na diplomacia brasileira, foi claramente percebido pelas autoridades chinesas, que deram à visita um tratamento especial. É claro que a visita coincidiu com a cúpula do BRICS, mas a presidenta Dilma foi o único chefe de Estado a realizar visita oficial à China, antes do evento. Essa nova prioridade para a Ásia já havia sido antecipada pela realização, no ano passado, pelo então secretário-geral do Itamaraty, embaixador Antonio Patriota, de duas reuniões dos embaixadores brasileiros na região. Além disso, a viagem da presidenta foi objeto de cuidadosa preparação, sendo precedida da visita dos ministros Antonio Patriota e Fernando Pimentel e de missão empresarial. A coincidência da visita com a reunião do BRICS reafirmou a crescente importância da dimensão global dos países emergentes e da relação Brasil-China, o que está bem refletido na parte multilateral do comunicado conjunto da visita e no comunicado da cúpula do BRICS.

Os resultados da visita não se esgotaram, contudo, nos gestos e no declaratório, ainda que

tais elementos sejam importantes. Muito pelo contrário: a visita marcou uma mudança ao enfatizar a importância de resultados concretos e ao propugnar por um salto qualitativo nas relações. Em suas intervenções, a presidenta Dilma deixou claro às autoridades chinesas que uma abordagem construtiva das relações bilaterais deveria partir do reconhecimento de que existiam problemas, sobretudo nas áreas econômica e comercial, e que tais problemas requeriam atenção imediata e um esforço conjunto para equacioná-los.

No plano concreto, a visita permitiu desbloquear reivindicações do setor privado brasileiro em áreas como comércio de carnes e cooperação no setor da aviação civil. Foram assinados 22 atos entre acordos governamentais e empresariais, cobrindo as mais diversas áreas do relacionamento. Na área empresarial, foram anunciados importantes investimentos em áreas prioritárias para o Brasil. Além disso, a visita foi marcada por dois grandes eventos: um na área empresarial e outro na área de ciência, tecnologia e inovação. O evento empresarial, por seu próprio título, “Além da Complementaridade”, expressava o objetivo brasileiro de mudar a composição do comércio bilateral. O evento sobre C&T marcou a crescente importância dessa área nas relações com a China, também demonstrada pelo significativo número de atos firmados, abrindo novos setores à cooperação bilateral. Finalmente, vale mencionar que durante a visita foi feito o anúncio da abertura de uma agência do Banco do Brasil na China, medida que, uma vez concluído o processo de aprovação pelas autoridades chinesas, representará um enorme avanço em termos de apoio a empresas brasileiras exportadoras, ou que operam, ou pretendem investir, na China.

Salto qualitativo nas relações

O ponto central da visita, contudo, foi a proposta brasileira de dar um salto qualitativo nas relações. A visita procurou dar uma

visão de médio e longo prazo para as relações, combinando a correção de desequilíbrios com o aproveitamento de novas oportunidades abertas pelo crescimento anterior das relações, mas, sobretudo, pela nova fase do desenvolvimento dos dois países e de sua crescente projeção internacional. O Plano de Ação Conjunta 2010–2014, aprovado em 2010 pelos presidentes Lula e Hu Jintao, após mais de um ano de negociação, havia procurado dar um real conteúdo à parceria estratégica estabelecida entre o Brasil e a China em 1993, a primeira parceria deste tipo entre a China e um país em desenvolvimento. Por seu conteúdo e alcance, o PAC chinês, como foi então chamado, é um documento singular no plano das relações bilaterais do Brasil, não só por procurar projetar uma visão de longo prazo das relações, como por identificar problemas e alinhar medidas concretas para sua solução e para o desenvolvimento das relações. Além disso, o Plano renova o arcabouço institucional das relações, criando as bases para sua implementação e para um diálogo permanente entre os dois governos e entre as sociedades brasileira e chinesa. Esse arcabouço, que tem como elemento principal a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (Cosban), criada em 2004, compreende hoje onze subcomissões e seus diversos grupos de trabalho, além de contemplar mecanismos para o diálogo político e entre os poderes legislativo e judiciário. Embora o Brasil tenha outras comissões de alto nível em suas relações com outros parceiros prioritários, nenhuma conta com um mandato tão explícito e abrangente, nem com tantos mecanismos para levá-lo a bom termo, como a Cosban, copresidida pelo vice-presidente da República do Brasil, Michel Temer, e pelo vice-primeiro ministro da China, Wang Qishan.

O salto qualitativo proposto pela presidenta Dilma Rousseff poderia ser resumido em seis pontos:

a) intensificação do diálogo político e dos esforços de concertação e coordenação sobre temas da agenda internacional: refletindo a im-

portância das relações bilaterais, temos tido, nos últimos anos, trocas anuais de visita de chefe de Estado e uma intensificação das visitas de alto nível de parte a parte. O chanceler Patriota esteve na China no final do ano passado, como secretário-geral do Itamaraty, e voltou poucos meses depois para preparar, em missão conjunta com o ministro Pimentel, a visita presidencial. Quase todos os membros da Comissão Permanente do Comitê Central já foram ao Brasil, ou tiveram contato com altas autoridades brasileiras. Além de encontrar-se com o presidente Hu Jintao, a presidenta Dilma reuniu-se com o presidente da Assembleia Nacional Popular, Wu Bangguo, e com o primeiro-ministro Wen Jiabao. Esses contatos de alto nível envolvem também as instâncias partidárias, do judiciário e militares. Há, portanto, hoje, na China, uma exposição continuada dos altos escalões do governo, das Forças Armadas e do Partido, à realidade brasileira e uma percepção clara da importância das relações bilaterais. Durante a visita, a presidenta Dilma reuniu-se também com o vice-primeiro-ministro Wang Qishan, personagem central no manejo da política econômica chinesa e presidente da seção chinesa da Cosban. Na ocasião, ficou acertada a realização da II Cosban, no segundo semestre deste ano, no Brasil. O Comunicado Conjunto reflete, em sua parte multilateral, a crescente convergência entre o Brasil e a China em temas internacionais.

O fato de existirem divergências, naturais entre países que operam em universos geoestratégicos distintos e que têm preocupações diferenciadas sobre temas internacionais, como no caso da reforma do Conselho de Segurança, ou dos direitos humanos, não diminui a importância das áreas de convergência. Essas são claras, por exemplo, no âmbito do G-20, em temas como a reforma dos organismos financeiros internacionais e do sistema monetário internacional, como, aliás, está expresso no objetivo comum de que os dirigentes do FMI e do Banco Mundial sejam escolhidos, por

seus méritos, em processo aberto de seleção; na Rodada de Doha, na busca de resultados equilibrados e que respeitem o mandato e os acordos já alcançados; e, em mudança climática, na defesa do princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas. Aliás, o acordo para intensificar consultas sobre temas de direitos humanos mostra que, mesmo onde existem percepções diferentes, o diálogo é desejável, o que demonstra a confiança mútua e o caráter estratégico da parceria. Se é difícil fazer avançar qualquer relação sem um diálogo político frequente, intenso e de alto nível, isso é especialmente verdadeiro no caso da China, dadas as características do sistema político chinês;

Comércio exterior

b) no campo do comércio exterior, onde os resultados foram impressionantes, refletindo a complementaridade das duas economias, com o comércio crescendo quase 40% ao ano, nos últimos dez anos, com saldos favoráveis ao Brasil na maior parte do período, a proposta brasileira foi no sentido de promover a complementaridade, mas mudar a composição da pauta de exportações brasileira e também da chinesa. No caso do Brasil, os produtos de maior valor agregado devem ocupar maior espaço na pauta, que deve ser muito mais diversificada, refletindo melhor a estrutura global de nossas exportações; e, no caso da China, deve haver uma moderação no ritmo de crescimento das exportações e uma eliminação das exportações de baixo custo, que provocam uma competição desleal com a produção doméstica brasileira. O comércio exterior entre os dois países ainda é pequeno, se se considera a dimensão das duas economias, e poderá seguir crescendo e atingir rapidamente um nível superior a US\$ 100 bilhões, consolidando a China na posição de principal parceiro comercial do Brasil. Para que isso ocorra, contudo, em benefício dos dois países, será necessário corrigir os desequilíbrios atuais e dar pronta resposta às reivindicações

da indústria brasileira. Não há nada de errado com a complementaridade e as exportações de matérias-primas do Brasil para a China. Pelo contrário, elas ajudaram o Brasil a superar rapidamente a crise e hoje alavancam um saldo bilateral que representa 25% do nosso saldo total. Sem o comércio com a China, nossa situação de balanço de pagamentos seria bem diferente. Mas a complementaridade embute um problema de economia política: os setores que ganham com o comércio com a China não são os setores que enfrentam a competição chinesa. Como gostam de dizer os chineses, devemos construir parcerias em que os dois lados ganhem, numa *win-win situation*. Esse problema se viu exacerbado com a crise e com o deslocamento de exportações chinesas dos mercados desenvolvidos para os emergentes, que não têm condições de absorver tais exportações. Na ausência de medidas efetivas para corrigir esses desequilíbrios a resposta virá, como sempre ocorre e, aliás, já vem ocorrendo, pela via das barreiras ao comércio;

Investimentos

c) os investimentos têm um grande potencial para consolidar o salto qualitativo ao criar as bases para novas correntes de comércio e ao coadjuvar os esforços internos, sobretudo no Brasil, de desenvolvimento de setores de tecnologia de ponta e de modernização da infraestrutura. Nesta área, a China poderá dar uma contribuição importante, não só em projetos no Brasil, como em iniciativas de integração sul-americana e de interligação entre o Atlântico e o Pacífico. Como é natural, é necessário que os dois lados acompanhem a evolução dos fluxos de investimento e busquem direcioná-los para setores prioritários de parte a parte, o que começou a ser feito na primeira reunião do grupo de trabalho sobre investimentos realizada, recentemente, em Brasília. Do lado da China, é necessário que as empresas brasileiras que desejam investir encontrem uma boa acolhida e o apoio

do governo chinês. De nossa parte, é necessário explicitar as áreas onde o investimento tem um papel complementar ao investimento doméstico e promove o desenvolvimento brasileiro, assim como as melhores condições para que isso ocorra, como, por exemplo, o estabelecimento de parcerias com empresas brasileiras, a utilização de insumos nacionais, a criação de capacidade de pesquisa e desenvolvimento e a utilização de mão de obra nacional e de pessoal técnico e de direção brasileiro. A natureza das empresas não deve ser motivo de discriminação, mas, sim, ser um dos elementos a serem considerados na análise dos investimentos. Dado que a China, como, aliás, qualquer país, possui legislação que procura direcionar os investimentos diretos estrangeiros para áreas prioritárias ao desenvolvimento do país, estabelecendo suas condições de aprovação e operação, não há nada de errado em procedermos de igual forma e em buscarmos, de comum acordo e pela via do diálogo e da negociação, fixar os parâmetros para os investimentos chineses no Brasil. A resposta para essa questão não está nem em abrir as portas e considerar que qualquer investimento será benéfico para o Brasil, nem em fechar-se aos investimentos da única economia que hoje tem ampla capacidade de investir no exterior e cujas empresas reconhecem no Brasil um parceiro importante. A resposta é saber negociar e criar as condições para maximizar o potencial dos investimentos chineses no Brasil. Felizmente, começamos a fazê-lo;

Finanças

d) a dimensão financeira deverá ter crescente importância nesse novo relacionamento com a China, um dos maiores poupadores e credores internacionais, e sendo o Brasil um país que necessita complementar sua poupança doméstica com recursos externos. A ascensão da China como potência econômica e crescentemente financeira foi acelerada com a crise, e a projeção chinesa nessa área pode

ser atestada pelo fato de seus bancos estarem entre os maiores do mundo em valor de mercado, embora uma expansão mais efetiva dos bancos chineses dependa de movimento de liberalização da conta de capitais. No Brasil, os bancos chineses têm tido presença crescente, como financiadores de projetos de infraestrutura, e na área de petróleo, através do China Development Bank (CDB). Os bancos chineses também têm se dedicado a apoiar a expansão comercial e de investimentos das empresas chinesas. Em 2010, o Bank of China abriu agência em São Paulo e, recentemente, o ICBC entrou com pedido de abertura de agência junto ao Banco Central do Brasil. O CDB deverá abrir escritório permanente para a América do Sul no Rio de Janeiro, em 2011. Do lado brasileiro, temos escritórios de representação do Banco do Brasil e do Itaú BBA, em Xangai, os quais vêm tendo crescente atuação com o aumento dos negócios entre os dois países. Recentemente, o Banco do Brasil decidiu transformar seu escritório em agência, o que se espera ocorra brevemente. Para além das operações bancárias, há enorme potencial a ser explorado no mercado de capitais, seja em ações seja em títulos. O recente acordo entre a BVMFBOvespa e a Bolsa de Xangai pode ser importante embrião de maior integração entre os mercados financeiros dos dois países. A Subcomissão Econômico-Financeira da Cosban poderá ajudar a impulsionar esses temas, inclusive por permitir maior aproximação entre os reguladores financeiros dos dois países;

Ciência, tecnologia e inovação

e) uma outra área que desponta com grande potencial é a de ciência, tecnologia e inovação. Os dois países já vêm cooperando há mais de vinte anos no setor espacial, numa iniciativa única entre países em desenvolvimento, na construção de satélites de sensoriamento remoto, o que, de novo, demonstra que as relações bilaterais têm mais conteúdo estratégico do que

parece à primeira vista. Essa cooperação segue sendo importante, mas agora abre-se um leque de opções, da pesquisa agrícola à nanotecnologia. A presença do ministro Aloizio Mercadante na comitiva presidencial sinalizou essa nova prioridade, e os acordos governamentais e privados na área de tecnologia de ponta permitem dizer que a área de C, T e I deverá ter papel central no futuro das relações;

f) nenhuma relação prospera com base no desconhecimento recíproco e no isolamento das sociedades dos dois países. Isso é ainda mais verdade no caso de Brasil e China, dois países de culturas muito distintas e situados em hemisférios diferentes a milhares de quilômetros um do outro. É bem verdade que os contatos entre o Brasil e a China existem desde o período colonial e que a imigração chinesa para o Brasil vai cumprir duzentos anos. Esses contatos e as influências daí decorrentes levaram Gilberto Freyre a referir-se ao Brasil como a “China Tropical”. Um diálogo sobre os valores que inspiram as duas sociedades na busca de seu desenvolvimento poderá revelar, além das claras diferenças, áreas surpreendentes de coincidência, que alimentarão o interesse recíproco. A visita da presidenta Dilma procurou fazer avançar o que os chineses chamam de cooperação humanística, ao promover iniciativas na área de ensino dos idiomas, desenvolvimento de relações entre instituições acadêmicas, criação de centros de pesquisa e promoção de atividades culturais e esportivas e do turismo. No Brasil e na China, novas iniciativas estão ganhando corpo para reduzir a brecha de conhecimento, tanto na área de ensino de idiomas, como na de centros de pesquisa e intensificação do diálogo acadêmico, mostrando que os governos e as sociedades despertaram para a necessidade de um melhor conhecimento recíproco, a um nível compatível com a importância atual das relações bilaterais.

Dado o grau de desinformação sobre as relações entre o Brasil e a China e o nível de preconceito existente, gerado, sobretudo, a partir

da competitividade chinesa no setor industrial, muitos dirão que a visita presidencial pode ter sido plena de boas intenções, mas que, como ocorreu em momentos anteriores, os desequilíbrios não serão corrigidos, nem as bases de uma nova relação assentadas. Um diagnóstico dessa natureza seria pelo menos apressado. Logo após a visita, a China anunciou a ida ao Brasil do ministro do Comércio, Chen Deming, liderando delegação oficial e empresarial, para dar seguimento aos acordos alcançados nas áreas de comércio exterior e investimento. A visita acaba de realizar-se e, se não resolveu todos os problemas, permitiu aprofundar o diálogo e avançar em alguns temas, como o dos investimentos, criando um ambiente propício para a resolução, na Cosban, de questões remanescentes. Houve acordo para o estabelecimento de canais de comunicação permanentes entre o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e o Ministério do Comércio da China (MOFCOM), o que é uma pré-condição para encaminhar fricções na área comercial.

Outras altas autoridades chinesas já anunciaram sua intenção de visitar o Brasil, e no segundo semestre teremos a II Cosban, cuja reunião, dada sua importância, fixa um horizonte, de curto prazo, para que solucionemos nossos problemas e demos um salto qualitativo nas relações. Como a parte que considera que a relação, deixada seguir seu curso, não refletirá plenamente a potencialidade brasileira e nem atenderá a nossos objetivos, cabe ao Brasil articular-se internamente para definir claramente os rumos que pretendemos dar ao relacionamento. Essa não é uma tarefa somente do governo. O meio empresarial, em particular, deve intensificar seus contatos com a China, marcando presença no maior mercado importador do mundo. A visita da presidenta Dilma criou as condições para um salto qualitativo nas relações e obteve das mais altas autoridades chinesas seu acordo para trabalhar em novas bases. Devemos agora, governo, empre-

sariado e sociedade civil, trabalhar para que os resultados da visita se concretizem e para que implementemos o PAC com celeridade, tendo a preparação da Cosban como meta de curto prazo e como teste da capacidade dos dois lados de superar problemas e construir um novo relacionamento.

Perspectiva de um mundo sinocêntrico

A até aqui, o texto procurou dar um quadro atualizado das relações entre o Brasil e a China e responder a certas afirmações, que têm surgido, de que tais relações carecem de uma visão de médio e longo prazo, e não têm um curso definido de acordo com os interesses brasileiros, o que decorreria de uma falta de visão estratégica brasileira e de uma incapacidade do Brasil de fazer valer seus interesses na China. Na verdade, governo, empresários e sociedade civil despertaram, ainda que tardiamente, para a importância das relações com a China e para o potencial que tais relações têm para promover ou afetar os interesses brasileiros. A partir desse momento, podemos olhar com maior tranquilidade para o futuro dessas relações, pois temos presente o que queremos e o que não queremos da relação com a China. Dada a crescente importância da China no mundo, é muito positivo que Brasil e China venham construindo, desde 1993, uma parceria estratégica. É ainda mais positivo que, no período recente, esta relação tenha experimentado rápido crescimento e que a China seja hoje nosso principal parceiro comercial, que suas empresas sejam a origem dos maiores investimentos no Brasil e que ela deverá tornar-se um dos mais importantes parceiros do Brasil na área de inovação. Apesar da distância e das diferenças culturais, a perspectiva de um mundo sinocêntrico não tem por que ser percebida como algo negativo para o Brasil. Não temos com a China qualquer problema estratégico ou político. Os problemas na área comercial são perfeitamente equacionáveis

e refletem, em boa parte, o rápido crescimento das correntes de comércio. Ver tais relações de forma realista e desapassionada, com clara percepção dos interesses nacionais e sem desconhecer as diferenças entre um país e outro, é o caminho para a construção de uma relação duradoura.

O futuro das relações entre o Brasil e a China dependerá da evolução interna dos dois países, de sua capacidade de superar conjuntamente entraves às relações bilaterais e do desenho de um novo ordenamento internacional, no qual Brasil e China desempenharão papel de crescente importância. Essas são questões complexas, que requereriam, para sua abordagem, um enfoque muito mais amplo do que o de um modesto texto sobre as relações entre o Brasil e a China. É possível, contudo, esboçar algumas indicações para a análise dessas questões e tirar algumas conclusões sobre o futuro das relações sino-brasileiras. Para efeitos deste texto, a análise se concentrará na evolução da China.

Evolução da China: visão futura

Um breve exame do XII Plano Quinquenal, que vem de ser aprovado, é um bom ponto de partida para examinar a evolução da China nos próximos anos. O Plano reflete o diagnóstico de que o modelo de crescimento chinês, que produziu resultados tão espetaculares em termos de taxas de crescimento do PIB, nos últimos trinta anos, não tem mais condições de assegurar o crescimento a longo prazo. A China terá de transformar-se profundamente e passar a crescer em novas bases, abandonando o crescimento com base nos investimentos e nas exportações em favor do consumo doméstico, reduzindo as desigualdades sociais, incentivando a inovação e as indústrias intensivas em conhecimento, convertendo sua matriz energética e construindo uma economia verde, ou seja, passando de um crescimento extensivo, onde a taxa do crescimento do produto era o objetivo principal, para um crescimento intensivo, onde

a qualidade e a repartição dos benefícios passam a ser centrais.

Para efeitos deste texto, três aspectos dessa mudança devem ser ressaltados: não estamos diante de uma opção por uma dentre muitas alternativas, mas, sim, diante da constatação de que as bases, tanto internas como externas, do crescimento anterior se esgotaram; a mudança é, portanto, inadiável, mas a magnitude e a dificuldade da tarefa são enormes, o que indica que acidentes de percurso poderão ocorrer, interrompendo o crescimento chinês; caso, contudo, as mudanças sigam seu curso, como, aliás, acredita a maioria dos observadores, a nova economia chinesa dará uma contribuição ainda maior para a economia internacional, com a China se consolidando como o maior importador mundial, com importações estimadas em us\$ 11 trilhões durante o período do Plano, com uma redução e eventual eliminação do saldo comercial, com a crescente internacionalização das empresas chinesas e com a mudança do perfil de suas exportações das indústrias de baixo custo e intensivas em mão de obra para indústrias intensivas em qualidade e conhecimento. Nessas circunstâncias, a China assumiria, junto com o resto da Ásia, o papel de novo motor da globalização. É para essa nova China que devemos olhar ao tentar desenhar o futuro de nossas relações, sempre tendo presente que nada há de predeterminado nessa trajetória.

A evolução da China em direção a taxas de crescimento mais reduzidas, a um mercado interno em expansão, com um setor de serviços mais desenvolvido e com uma indústria com um perfil distinto, indica que muitos dos problemas que hoje criam obstáculos à relação irão sendo superados. As indústrias de baixo custo, intensivas em mão de obra, perderão espaço, o câmbio irá se valorizando, como já vem ocorrendo, com uma valorização superior a 10%, se combinarmos valorização nominal com taxa de inflação, o que já faz prever que a internacionalização do yuan poderá ocorrer dentro dos próximos três a cinco anos, as práticas desleais

de comércio irão ficando para trás, juntamente com as violações de marcas e patentes, num país que começa a lançar marcas internacionais e é hoje um dos que mais registram patentes no mundo.

Se a direção das mudanças é correta, seu ritmo lento preocupa. É necessário, assim, manter um diálogo permanente com a China, sobre a necessidade das mudanças e sobre seu ritmo, como fazem todos os seus grandes parceiros comerciais. Esse diálogo, que já está em curso, deve abordar francamente questões como a cambial, as práticas comerciais e os regimes de investimento. Algumas dessas questões podem ser equacionadas bilateralmente, mas outras demandarão acordos mais amplos. O importante é avançar no que for possível e manter abertos os canais de diálogo sobre os temas mais complexos. Não há por que esperar que o tempo e as transformações internas na China se encarreguem de resolver os problemas. O Brasil tem o peso específico para levar adiante esse diálogo e os instrumentos para fazê-lo com o PAC, a Cosban e os acordos alcançados durante a recente visita presidencial.

Olhar a relação e a evolução da China somente de um ponto de vista defensivo seria um grave erro. As transformações em curso abrirão amplos espaços para uma maior cooperação com a China, não só por remover entraves, mas sobretudo por abrir novas possibilidades. A leitura do XII Plano identifica múltiplas áreas de convergência e de interesse recíproco para a cooperação futura. Para citar apenas duas, mencionemos as indústrias emergentes e a construção de uma economia verde. Como dois países em desenvolvimento, Brasil e China enfrentam desafios semelhantes e têm outras complementaridades a explorar, além da gigantesca demanda chinesa por matérias-primas e produtos agrícolas e da demanda brasileira por bens de capital e insumos industriais. Mover-se para além da complementaridade significa também explorar essas novas áreas, onde investimentos recíprocos e pesquisa e desenvolvi-

mento conjuntos poderão tornar possível, entre outras coisas, uma geração de novos produtos binacionais.

A relação sino-brasileira tem, hoje, uma dimensão global e refletir sobre o seu futuro implica, necessariamente, pensar sobre que papel os dois países desempenharão na montagem de um novo sistema internacional. Aí, de novo, existem possibilidades a serem exploradas. A ascensão chinesa e de outros países da região, como a Índia, vem deslocando para a Ásia o centro da economia mundial. As projeções indicam que poderíamos estar diante de um século asiático e de uma China que assumiria, nos próximos dez a quinze anos, o papel de primeira potência econômica mundial. Como dito acima, essas previsões podem não se realizar, mas ignorá-las no planejamento de nossa política externa e de nossa relação com a Ásia e a China seria um erro. A ascensão chinesa se dá em conjunto com o aumento do peso relativo dos países em desenvolvimento e dos países emergentes na economia mundial. A criação do G-20 e do BRICS são sinais das mudanças em curso.

Se a China tem a seu favor a dimensão crescente de sua economia, o Brasil conta com uma invejável projeção internacional e com uma tradição de diplomacia multilateral que data do século XIX. Como dois países em desenvolvimento e economias continentais, e com um peso crescente no contexto global, Brasil e China têm áreas naturais de coincidência nas discussões sobre temas globais e na redefinição da ordem mundial rumo ao que o ministro Patriota tem chamado de uma “multipolaridade benigna”, ou seja, um sistema que combine uma redistribuição do poder mundial, com o reconhecimento de novos polos, com um renovado multilateralismo. Não há dúvida de que os dois países são atores indispensáveis na solução de muitos problemas globais, como mudança climática e segurança energética e alimentar. Mas, mais do que isso, suas concepções sobre o redesenho do sistema mundial terão de ser levadas em conta. Nesse

sentido, a diplomacia multilateral, que não era uma área forte da diplomacia chinesa, deverá ocupar papel crescentemente importante nas relações entre o Brasil e a China, dando a essa relação uma dimensão verdadeiramente global. Isso já vem ocorrendo em foros como o G-20, o BASIC (Brasil, África do Sul, Índia e China) e o BRICS. Com o adensamento das relações e do diálogo, essas áreas de convergência e de possível atuação conjunta se estenderão a outros campos, como a reforma do Conselho de Segurança e os direitos humanos.

Não temer a ascensão chinesa

O Brasil não tem por que ver com receio a ascensão chinesa. O que temos de fazer é tentar compreender o significado das mudanças em curso e como poderemos utilizá-las a nosso favor. É claro que temos um atraso a recuperar em termos de especialização na região asiática, mas devemos entender que esse desafio é muito menor do que o que enfrentam países que veem a China como ameaça ou que estão envolvidos numa disputa por ordem de precedência na escala das economias mundiais. Nesse contexto, é mais importante desenvolver uma visão de conjunto das relações do que simplesmente aprofundar análises setoriais e parciais. Estas são importantes para equacionar problemas e identificar áreas potenciais de cooperação. Mas uma visão integrada da relação com a China,

que incorpore suas dimensões política, econômica, social e cultural, num horizonte de longo prazo, é a melhor maneira de orientar essas relações em um sentido cada vez mais favorável ao Brasil. É essa estratégia de longo prazo para a relação entre o Brasil e a China que ora começa a ser desenhada e que garantirá que a relação se torne uma parceria efetivamente estratégica, compatível com o papel que os dois países desempenharão no cenário internacional.

A evolução das relações entre o Brasil e a China criou uma base sólida a partir da qual poderemos superar os poucos, ainda que relevantes, problemas que temos. Essa é uma relação que felizmente tem futuro e, caso amanhã cheguemos a um mundo sinocêntrico, não há por que acreditar *a priori* que esse mundo oferecerá menos possibilidades para o Brasil do que o mundo da guerra fria, ou uma ordem unipolar. Os desafios existirão, mas nada indica que não possam ser superados com criatividade e pragmatismo e através de um diálogo cada vez mais estratégico com os chineses. Não se trata de construir relações excludentes ou pretender que as relações com a China suplantem tradicionais parcerias brasileiras, mas, sim, de, com realismo, ir superando problemas e construindo uma relação sólida e duradoura. Não estará ausente desta relação a busca de uma ordem internacional mais construtiva, onde os dois países jogarão papel ainda mais relevante. ○

As Perspectivas das Relações Brasil-EUA nos Próximos Dez Anos

RUBENS BARBOSA

Historicamente, as relações entre o Brasil e os EUA nos últimos 165 anos não foram tão tranquilas como geralmente se supõe. Elas podem ser caracterizadas como um processo marcado por desconfianças e suspeitas recíprocas, na maior parte do tempo.

Não cabe fazer aqui um retrospecto da evolução do relacionamento entre os dois países. O presente ensaio examinará as perspectivas dessas relações nos próximos cinco a dez anos, levando em conta as transformações ocorridas nos últimos anos no cenário mundial.

Os fundamentos da política externa da maioria dos países estão se modificando pelos efeitos da globalização, pela importância dos países emergentes, entre os quais o Brasil, e pela transferência do eixo político e econômico-comercial do Atlântico para o Pacífico, em especial pela crescente influência da China.

A crise econômica global, iniciada nos EUA em 2008, acelerou esse processo de transformação e trouxe uma relativa perda de poder dos EUA. O mundo se tornou multipolar, com diversos centros de poder que contrabalançam a predominância dos EUA e da Europa. Os EUA preservam incontestável seu poderio militar e estratégico, mas devem compartilhar as decisões nas áreas política, econômica e financeira com países emergentes como a China, a Rússia, a Índia, o Brasil e outros. As incertezas no

panorama global aumentaram, não só pela instabilidade no Oriente Médio, pela persistência do conflito entre Palestina e Israel e pelo terrorismo, assim como, mais recentemente, pelos movimentos populares que estão ocorrendo no norte da África e no Oriente Médio. A instabilidade política dessas regiões repercute na volatilidade dos preços do petróleo, cujo aumento pode afetar a recuperação da economia dos países desenvolvidos. A mudança de clima pode vir a afetar a produção de alimentos, agravando ainda mais a disponibilidade e o preço das *commodities* agrícolas.

Os desafios que as relações entre os dois países deverão enfrentar sempre existiram e poderão aumentar, em decorrência das mudanças já mencionadas no cenário internacional e da crescente projeção externa do Brasil. As oportunidades também poderão crescer via transformações econômicas, políticas e sociais pelas quais passam o Brasil e os EUA.

Três desafios se colocam para o desenvolvimento das relações Brasil-EUA na próxima década: como conectar os interesses reais dos dois países; modificação das percepções sobre o Brasil nos EUA e o que o Brasil vai querer das relações com os EUA.

O primeiro desafio será o de conectar os interesses dos dois lados

RUBENS BARBOSA foi embaixador em Washington (1999-2004).

Análise das relações entre o Brasil e os EUA indica que, com exceção de curtos

períodos e por razões específicas, os interesses reais que podem promover uma efetiva aproximação bilateral não estão claramente identificados.

Embora os dois países defendam valores convergentes, como democracia e direitos humanos, na prática, em diversas situações, nem sempre eles são respeitados por se chocarem com os interesses de Washington e de Brasília.

Nos próximos anos, os entendimentos entre as burocracias governamentais deverão se concentrar em como aproximar os interesses concretos que possam atrair a atenção dos agentes econômicos.

No curto prazo, a tarefa de identificar esses interesses é ainda mais árdua pelo fato de o novo governo de Washington estar concentrado fortemente na estabilização e recuperação da economia, nas questões da guerra no Iraque e no Afeganistão, no conflito no Oriente Médio, no terrorismo e na crise dos movimentos populares no norte da África e no Oriente Médio.

Como resultado dessa situação, a América Latina não está na tela dos radares dos formuladores de política em Washington, uma vez que não representa qualquer ameaça à segurança nacional dos EUA e porque não oferece grandes oportunidades de negócios para as empresas norte-americanas. Com o fortalecimento das economias na América do Sul, no entanto, a situação dá sinais de se modificar e a região começa a despertar a atenção das empresas e de investidores norte-americanos.

Com mais de 55% do PIB da América do Sul, o papel que o Brasil deverá desempenhar será fundamental para o aprofundamento do processo de integração, para o desenvolvimento econômico dos países da região, para a melhora das condições sociais e para o aperfeiçoamento das instituições. O crescimento sustentado trará maiores oportunidades para os parceiros externos. Nos últimos dois anos, os EUA conseguiram crescentes superávits comerciais com o Brasil. Nos próximos cinco anos, mantidas as recen-

tes taxas de crescimento, o Brasil ultrapassará a Itália, a França e a Inglaterra e se projetará como a quinta economia mundial em termos de PIB, o que fará com que os interesses brasileiros se diversifiquem e sejam vistos como de maior relevância pelos parceiros externos.

A crescente presença da China no continente sul-americano, por outro lado, poderá representar um fator de convergência de interesses entre o Brasil e os EUA. Numa perspectiva de médio e longo prazo, os dois países terão interesses comuns para assegurar o suprimento interno de recursos minerais estratégicos, alimentos e petróleo, cada vez mais atraentes para a economia chinesa.

As transformações ocorridas na América do Sul, nos últimos dez anos, em consequência da emergência dos movimentos sociais, e o aumento da insegurança jurídica pelo não cumprimento dos contratos e dos acordos em vigência, reforçaram a percepção do Brasil como importante fator moderador e de equilíbrio político e social para a estabilidade dos países sul-americanos.

Do lado do governo brasileiro, a administração Dilma Rousseff, nos seus primeiros meses, já deu alguns sinais de correção de rumos na política externa. Não deverá haver modificação no discurso sobre sua visão do mundo, nem sobre a prioridade aos países em desenvolvimento (Sul-Sul). A prioridade atribuída ao relacionamento com a América do Sul continuará sendo apresentada como uma política de Estado. Certas qualificações, contudo, diferente dos oito anos anteriores, podem ser notadas na questão dos direitos humanos, nas relações com o Irã e no tratamento dispensado aos EUA. Tudo indica que a política externa será mais pragmática, abandonando-se gradualmente os preconceitos ideológicos que guiaram a política do governo anterior. Caso isso venha de fato a ocorrer, a identificação de reais perspectivas de cooperação em áreas de interesse do Brasil e dos EUA vai se apresentar como uma prioridade.

O segundo desafio diz respeito à gradual mudança da percepção que os EUA têm até aqui sobre o Brasil

O Brasil permanece, em larga medida, desconhecido dos norte-americanos em geral e dos centros de decisão de Washington. Com exceção dos que se ocupam diretamente dos assuntos regionais, há elevado grau de desinformação sobre a realidade, os objetivos e a importância do Brasil para os interesses dos EUA. A correção dessa deficiência é o primeiro requisito para a elevação do relacionamento bilateral a um patamar compatível com a relevância política e econômica de ambos os países.

A questão que surge, do lado dos EUA, é como administrar as relações com o Brasil em ascensão e com crescente projeção externa fora das Américas. As premissas que balizaram o relacionamento bilateral estão sendo rapidamente superadas e devem se transformar significativamente. O Brasil é visto em Washington como uma força moderadora e de estabilidade numa região que atravessa um período de mudança com a emergência da Aliança Bolivariana para as Américas (Alba), crítica dos EUA. Apesar disso, os EUA terão de conviver com agendas diferentes e mesmo conflitivas, como ocorre hoje na América Latina, onde as políticas dos dois países não coincidem em relação a Cuba, Venezuela, Colômbia, Honduras e no tocante às novas instituições políticas, como a União de Nações Sul-americanas (Unasul), o Conselho de Defesa Sul-americano e a Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos (Celac), que excluíram os EUA.

Com uma política econômica de sólidos fundamentos até aqui, podendo projetar um razoável e sustentável crescimento econômico para os próximos anos, o Brasil saiu mais forte da crise. Com o respaldo de uma economia estabilizada e uma ação externa mais ativa, o país vem se afirmando internacionalmente e aumentando sua presença internacional.

Reconhecido como uma potência regional e um país com peso econômico global e com importante papel em alguns dos principais temas da agenda internacional, como mudança de clima, meio ambiente, energia (renovável e petróleo), direitos humanos e reforma dos organismos internacionais, a percepção sobre o Brasil deverá modificar-se gradualmente.

Os pontos focais da relação dos EUA com o Brasil continuarão a ser comércio e investimentos, segundo os interesses tradicionais dos dois países, com crescentes convergências de interesses na região (estabilidade econômica e social, democracia e segurança regional).

Por todas essas razões, será de interesse de Washington atribuir um tratamento diferenciado ao Brasil no contexto latino-americano. Essa diferenciação poderá levar, no médio prazo, a uma nova atitude, mais realista e menos estereotipada. É possível antecipar que o descolamento do Brasil do resto da América Latina deverá acarretar a inclusão de nosso país em novas parcerias empresariais globais com os EUA e com outros países dentro e fora da região.

O terceiro desafio é definir o que o Brasil quer de suas relações com os EUA

O novo papel que o Brasil começa a desempenhar no cenário internacional fará com que venha a se encontrar com os EUA mais seguidamente fora do ambiente regional com posições que, mais do que separá-los, deverão aproximar os dois países.

Não acredito em rótulos batidos, como relações especiais ou alianças estratégicas, para definir o que vai ocorrer no futuro.

A crescente afirmação do Brasil no mundo vai gradualmente tornar mais claro como melhor atender e defender o interesse nacional, a exemplo do que ocorre com os EUA. Isso fará com que sejam abandonadas grandes ideias e projetos políticos (como a Alca e o último deles: Pathways for Growth in the Americas) para

que os esforços dos dois governos sejam concentrados em interesses reais comuns.

Do ponto de vista da política externa brasileira, o grande desafio do momento é o de identificar e definir o nosso interesse no contexto da globalização e da crise internacional. O Brasil terá de assumir suas responsabilidades ao mesmo tempo como potência econômica emergente e como potência regional. Isso não quer dizer que o Brasil deva adotar uma atitude de acomodação passiva ou reativa às transformações em curso, mas, sim, a de antecipar-se a elas, tendo sempre presente o interesse nacional.

Nesse contexto, o Brasil terá necessariamente de redefinir suas relações tanto com os EUA quanto com a China, nosso principal parceiro comercial e potência com crescentes investimentos e interesse no país. É sintomático que a China tenha sido o primeiro país visitado pela presidente Dilma Rousseff fora da América do Sul.

A definição pelo Brasil de uma política de médio e longo prazo com os EUA deverá ocorrer pelos crescentes interesses econômicos e comerciais e também porque a projeção externa e a diversificação de interesses mútuos em outras regiões como a África, o Oriente Médio e a Ásia farão aumentar as possibilidades de diferenças e de colaboração.

O eventual fornecimento de petróleo do pré-sal aos EUA, nos próximos cinco a dez anos, poderá ter profundo impacto estratégico, político e comercial nas relações entre os dois países. A identificação de interesses concretos, pelo governo e pelo setor privado, tornará o Brasil mais relevante para a política externa dos EUA.

Defesa do interesse nacional e respeito mútuo deverão balizar nossa parceria em novas bases de modo que o potencial a ser explorado possa ser adequadamente identificado. Washington não deve ver no Brasil, contudo, um aliado pronto a alinhar-se automaticamente nos tópicos de seu interesse. Nem o Brasil deverá perseverar no equívoco dos últimos anos de colocar-se como uma opção aos EUA, buscando a

lealdade dos vizinhos em detrimento do apoio que esses países oferecem aos EUA.

Os instrumentos para dar corpo a essa parceria em novas bases já estão criados pelos dois países e foram agora ampliados. Desde 2003, houve a decisão de institucionalizar uma cooperação mais desenvolvida e sofisticada. Durante a visita do presidente Lula a Washington foi criado um conjunto de mecanismos (encontros presidenciais com seus ministros, grupos de trabalho em grande número de áreas, cooperação hemisférica e em temas globais de interesse mútuo) que poderão ser ativados e ampliados, de acordo com o que foi anunciado durante a visita do presidente Obama ao Brasil, com a criação de grupo na área da defesa e dos diálogos estratégicos na área econômica e política. No âmbito do setor privado, foi criado o Fórum de Presidentes de empresas para a discussão de uma agenda positiva a ser recomendada aos dois governos. E a negociação de acordos de bitributação e de investimentos está com alta prioridade nessa agenda.

As oportunidades aparecerão

Uma vez reconhecidos os desafios existentes e, de alguma forma, examinadas e encaminhadas respostas para superá-los, as oportunidades não só aparecerão como poderão ser melhor aproveitadas.

Na área da política externa, os encontros do Brasil com os EUA em outros continentes, fora da América do Sul, vão permitir, na maioria dos casos, maior cooperação em países em que o Brasil disponha de vantagens comparativas, como na África, onde é possível prever um aumento da cooperação triangular em setores como educação, saúde e governança. Nos organismos internacionais, embora nem sempre os interesses sejam convergentes, é possível prever maior cooperação nas questões de paz e segurança, de meio ambiente e mudança de clima, de energia, no G-20 e nas questões de assistência e cooperação técnica.

Caso o cenário de cooperação bilateral se concretize, e o Brasil assuma as responsabilidades derivadas de sua projeção externa, certamente deverão diminuir as reservas contra a admissão do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança, quando a comunidade internacional, liderada pelos EUA, decidir reformar o órgão mais importante das Nações Unidas. Se isso vier a ocorrer, estará afastada uma das questões políticas mais difíceis no relacionamento bilateral.

É interessante notar que as principais prioridades do governo americano, anunciadas no State of the Union Address, em janeiro de 2011, no tocante a inovação, educação e infraestrutura, são as mesmas do Brasil, o que propicia que projetos concretos sejam desenvolvidos entre empresas dos dois países.

A decisão de Washington no sentido de revolucionar a matriz energética interna para, em 2035, concentrar 85% do consumo doméstico em energia renovável e diversificar as fontes de suprimento de combustível fóssil abrirá amplas possibilidades para o Brasil se tornar um fornecedor no longo prazo de etanol e de petróleo para a economia norte-americana. O mesmo pode ocorrer com as enormes reservas de gás natural encontradas *off shore* nas camadas de pré-sal.

Atraídas pelo crescente mercado brasileiro, empresas norte-americanas poderão associar-se a companhias brasileiras em áreas de ponta, onde a inovação e a transferência de tecnologia poderão tornar os produtos brasileiros mais competitivos (tecnologia da informação, telecomunicações, biotecnologia, nanotecnologia). Na área de energia (biomassa, gás e petróleo (pré-sal), usinas hidrelétricas), haverá imensas oportunidades de investimento para as empresas norte-americanas no Brasil e de brasileiras nos EUA. A realização no Brasil da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos abre oportunidades na área de infraestrutura, segurança e transportes.

No comércio exterior, o potencial de ampliação das exportações dos EUA deverá aumen-

tar, como evidenciado nos últimos dois anos, quando a balança bilateral mostrou crescentes saldos positivos para os EUA. Corrigidas as distorções domésticas que geram a perda da competitividade dos produtos brasileiros no mercado internacional, os manufaturados e os bens de capital poderão voltar a ter, nos EUA, um mercado significativo.

As diferenças relacionadas com as restrições protecionistas em ambos os países, como vem ocorrendo no mercado dos EUA em relação ao algodão, suco de laranja, etanol, aço e camarão, deverão continuar e mesmo aumentar, mas serão sempre canalizadas para a Organização Mundial do Comércio (OMC), fórum apropriado para tratar das controvérsias e da defesa comercial. Com as decisões contrárias da OMC, no caso dos três primeiros contenciosos, e com as transformações no cenário internacional, no médio e longo prazo, é possível prever a liberalização no comércio desses produtos para atender aos interesses dos consumidores domésticos nos EUA e a eliminação de irritantes nas relações bilaterais.

Áreas de convergência

Outros setores poderão representar importantes áreas de convergência e de cooperação no médio e longo prazo: meio ambiente, minerais estratégicos (terras raras, urânio) e pesquisa e exploração de minérios no fundo do mar, espaço, não proliferação, usinas nucleares e defesa.

No tocante ao meio ambiente e à mudança de clima, o Brasil vai sediar em maio/junho de 2012 a Rio+20, evento de grande significação para o avanço de propostas que limitem as emissões de gás carbono de efeito estufa que agravam os impactos da mudança de clima. Depois de vinte anos da primeira reunião do Rio, as metas de redução de emissões ainda não foram cumpridas. Há poucos meses, chegou-se a uma declaração que reconhece a necessidade de ampliar as áreas de proteção e a soberania

de cada país sobre as espécies da biodiversidade em seu território, bem como a necessidade de compartilhar resultados em caso de exploração – mas ainda faltam regras práticas para esse compartilhamento. O desmatamento no mundo caiu para cerca de sete milhões de hectares anuais, mas ainda continua alto. Brasil e EUA poderão, sem preconceitos, estabelecer uma ampla colaboração para obter avanços concretos nessas áreas durante a cúpula Rio +20, em 2012.

Nas outras áreas mencionadas (minérios estratégicos, espaço, não proliferação), nos últimos dez anos, o Brasil passou a ter uma política não defensiva, abrindo amplas possibilidades para a colaboração com os EUA em organismos internacionais, e para a ampliação de negócios entre as empresas dos dois países. Seguindo o exemplo do que estão fazendo outros países, como a Índia e a China, o Brasil estará aberto a apoiar projetos nessas áreas com duas condicionalidades: transferência de tecnologia e parceria entre empresas dos dois países para produção local.

Essa política deverá ser aplicada para eventuais investimentos e parcerias na exploração de terras raras e urânio, prospecção no fundo do mar e defesa. No tocante a oportunidades de negócios nas áreas de espaço, política nuclear, construção de usinas nucleares e não proliferação, a cooperação poderia ser ampliada seguindo o modelo desenvolvido pelos EUA com a Índia. A reconstrução da base de Alcântara, para viabilizar lançamentos, a preços competitivos, de satélites comerciais, de interesse de empresas norte-americanas, poderia estimular a cooperação com indústrias dos EUA, depois de superadas as dificuldades para a assinatura de um acordo de salvaguarda tecnológica entre os dois países.

A visita do presidente Obama ao Brasil em março passado, embora em contexto de incertezas e instabilidades globais, pode ser considerada como um marco nas relações Brasil–EUA pelas perspectivas que prometeu abrir no médio e longo prazo.

Os governos de Brasília e de Washington, depois de um período de tensões que durou a maior parte do governo Lula, gerado por motivações ideológicas antiamericanas e por desencontros na política externa e comercial, decidiram inaugurar uma nova etapa nas parcerias bilaterais, deixando aparentemente para trás as dificuldades dos últimos anos.

Parceria global

O comunicado conjunto, firmado pelos dois mandatários e divulgado ao final da visita, apresenta um roteiro para uma nova parceria global e bilateral. E não, como foi reconhecido de maneira pragmática, a reafirmação de uma aliança estratégica, que inexistente e pressupõe uma lenta construção entre iguais.

Cabe ressaltar que durante a visita do mandatário norte-americano os presidentes tomaram a decisão de elevar a nível presidencial o diálogo em algumas áreas prioritárias, como parceria global, econômico-financeira e energética. Dez acordos foram assinados com a intenção de explorar novas possibilidades de cooperação nas áreas de comércio, educação, inovação, infraestrutura, transporte aéreo, espacial, grandes eventos esportivos, biocombustível para aviação, cooperação em terceiros países, sobretudo da África.

Desses acordos, quatro merecem ser ressaltados:

- o Acordo-Quadro Bilateral para a Cooperação dos usos pacíficos do Espaço Exterior e o anúncio do início de negociações para um acordo para proteger tecnologia de operação de lançamento;
- o Trade and Economic Cooperation Agreement – Acordo de Cooperação Econômica e Comercial (Teca), cujo objetivo principal é facilitar o acesso de produtos dos EUA e do Brasil aos mercados dos dois países, criar mecanismos para examinar dificuldades nas questões comerciais e de investimento, avaliar barreiras fitossanitárias, simplificar pro-

cessos alfandegários e para a harmonização de normas técnicas;

- o acordo de cooperação em terceiros países nas áreas de educação, segurança alimentar, agricultura, nutrição, saúde e fortalecimento institucional;
- o acordo para produção de biocombustível para a aviação.

O desafio de conectar os reais interesses dos dois países, aludido anteriormente, começou a ser respondido. O governo norte-americano está interessado em tornar-se um cliente importante do petróleo produzido no pré-sal, e o governo brasileiro poderá levar adiante o seu programa espacial, reconstruindo a Base de Alcântara, com a colaboração de empresas dos EUA. Grandes projetos de infraestrutura deverão atrair investimentos e empresas norte-americanas e poderão ajudar o Brasil a cumprir os prazos rígidos para as obras da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos. O Pentágono, o maior comprador de querosene de aviação do mundo, busca segurança energética com a produção de biocombustível de aviação, o que poderá abrir grandes oportunidades para o setor privado dos dois países.

Nos encontros Dilma–Obama foram lançadas as bases em que as relações deverão evoluir nos próximos anos, abrindo a possibilidade de avanços concretos que venham a beneficiar os governos e o setor privado dos dois países, aproveitando as grandes transformações que ocorrem no mundo. No melhor interesse dos dois

países, foram mencionadas parcerias em áreas que, se de fato vierem a ocorrer, poderão propiciar uma mudança na qualidade do relacionamento bilateral, com ganhos concretos para ambos os lados.

Segundo estudos do National Intelligence Council, de Washington, em 2025, o Brasil será uma potência econômica global, na qualidade de uma das cinco maiores economias em termos de PIB. O Brasil é visto como um Estado-modelo, por sua democracia vibrante, economia diversificada e instituições econômicas sólidas. O sucesso ou o fracasso do Brasil em conciliar medidas a favor do crescimento econômico, com uma ambiciosa agenda social que reduza a pobreza e a desigualdade de renda, terá um profundo impacto no desempenho econômico e na governança da América do Sul nos próximos quinze anos.

Nesse cenário, a posição do Brasil na região tenderá a tornar-se cada vez mais ativa e importante. A emergência do Brasil como potência econômica global até 2025 colocará novos desafios para sua política externa e para a política comercial externa do Brasil e dos EUA, contribuindo para a construção de uma profícua parceria.

Cabe aos formuladores das decisões nos dois países identificar interesses concretos adicionais para expandir e diversificar ainda mais as relações bilaterais em um mundo que promete ser cada vez mais complexo e diferente daquele em que vivemos hoje. ○

Atratividade do Brasil como Polo Internacional de Investimentos e Negócios

PAULO DE SOUSA OLIVEIRA JR.

O Brasil passa por um momento ímpar. O forte e contínuo crescimento econômico, a relativa resistência aos efeitos da crise econômica mundial, a ocupação dos primeiros postos globais em produção e exportação de matérias-primas, o aumento da qualidade de vida da população e, conseqüentemente, a evolução do mercado interno, são indicadores positivos que ilustram o atual momento da Nação.

Como consequência deste progresso, os olhos do mundo se voltam para o País. Seu crescimento econômico e sua resiliência à crise têm sido destaques nos principais foros e periódicos de economia do planeta. Também tem se destacado o cenário político, com a eleição da primeira presidente mulher. Adicionalmente, o mundo esportivo também reconhece o momento brasileiro, ao eleger o País para hospedar

a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos nos próximos cinco anos.

Por despontar no cenário mundial, o Brasil tem também obtido, conseqüentemente, posição relevante na América Latina. Com 40% de todo o território e 35% da população, o País responde por cerca de 40% do PIB regional e se sobressai também na participação dos fluxos comerciais, de capitais e de negócios, sendo já reconhecido como um dos polos mais relevantes da região.

O País necessita tirar proveito deste momento positivo, consolidando sua posição ao reconhecer e divulgar suas fortalezas, identificar e resolver suas deficiências e promover uma maior integração econômica na região e no mundo.

Sendo bem-sucedido nessa tarefa, a consolidação brasileira como um polo gerará benefícios diretos significativos para a economia e para a população. A maior conectividade com os vizinhos também beneficiará os demais países: um polo forte, que concentra recursos e atenção do restante do mundo, acaba por irradiar sua pujança aos parceiros regionais por meio dos próprios fluxos comerciais, de capitais e de negócios. As conseqüências desse processo, portanto, causarão impactos positivos a serem notados em toda a região.

Como visto, a ascensão brasileira como potência econômica global é hoje inegável, tendo o Brasil superado a fase de ser apenas a promessa de “país do futuro”. Entretanto, para a

PAULO DE SOUSA OLIVEIRA JR. é o diretor-presidente da BRAIN – Brasil Investimentos e Negócios, associação composta por empresas de diversos setores da economia, que tem por objetivo transformar o Brasil num polo de desenvolvimento de negócios para a América Latina, atraindo investidores de todo o mundo para a região. O autor foi diretor executivo de Fomento e Desenvolvimento de Negócios da BM&FBOVESPA, sócio-diretor da ProBusiness, consultoria focada em transformação organizacional, e diretor de Tesouraria do Credibanco – The Bank of New York. É engenheiro formado pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo.

plena concretização desta promessa é necessário garantir o reconhecimento internacional da transformação do Brasil em um país de serviços e em um polo de investimentos e negócios.

A BRAiN (Brasil Investimentos & Negócios) é o resultado final de um processo de diagnóstico e discussão junto a diversos representantes do setor público e privado que durou quase dezoito meses, dos quais nove apenas na fase de diagnóstico. É uma entidade criada para articular e catalisar a implementação da visão do Brasil como um polo de investimentos e negócios da região, e é também uma associação privada, mas com direto envolvimento do setor público.

As principais regiões do mundo estão estruturadas em redes de negócios. Essas redes são formadas por quatro tipos de polos de acordo com seu escopo de atuação: polos globais, regionais, locais e especializados. América do Norte, Europa e Ásia concentram a maior parte da atividade econômica global e já se estruturaram em redes de negócios articuladas com diversos tipos de polo. Porém, hoje essa configuração está sofrendo mudanças. As regiões mais desenvolvidas estão passando por profundas crises e transformações que criam um novo entorno de desafios e oportunidades para a América Latina e para o Brasil.

Identificou-se que vários outros polos de sucesso estruturaram entidades dedicadas a promover sua posição e competitividade no cenário internacional, ajudando a preencher a lacuna de coordenação entre o governo e os diversos representantes da sociedade civil e realizando ações para elevar ou firmar o seu *status*.

E quanto ao Brasil? Surgiu daí a ideia de criar a BRAiN. Esta busca apoiar as instituições que já estão construindo o futuro do Brasil, mapeando as oportunidades, coordenando a elaboração de estudos e propostas, articulando os movimentos conjuntos e promovendo o diálogo entre os setores público e privado. Temos, atra-

vés dos mecanismos de governança, a participação abrangente e efetiva de instituições públicas e privadas, representativas de diversos setores da sociedade, e contamos com o patrocínio de várias entidades privadas do País.

A América Latina tem a oportunidade de transformar e aperfeiçoar a ainda incipiente arquitetura de sua rede. Os polos de negócios locais estão vinculados principalmente aos grandes polos globais (Nova York e Londres), e não uns aos outros. Este é o momento para a América Latina alavancar seu grande potencial e suas importantes vantagens estratégicas e criar uma rede mais conectada dentro da região, minimizando intermediários ao acesso a capitais e gerando novas oportunidades de negócios, renda e empregos através de vínculos diretos fortalecidos com outras redes regionais – por exemplo, Ásia e Oriente Médio. Vários países já começaram a se movimentar nesta direção, mas ainda falta percorrer um caminho significativo que requer esforços consistentes por parte da América Latina e do Brasil. O momento é agora.

O conceito da atratividade

O fator-chave que determina se um país tem potencial para ser um polo regional e internacional é sua atratividade, sob a ótica regional e internacional dos agentes que com ele interagem – investidores, empresas ou intermediários, regionais ou internacionais.

A atratividade de um país pode se referir à capacidade de atração exercida por seu modelo social, cultural ou por suas características geográficas; por seu dinamismo econômico, diversificação ou estabilidade; ou até por elementos mais específicos, como a presença de um grupo de empresas privadas competentes, um nível mais elevado de inovação e, não menos importante, um regime tributário amigável e convidativo ao capital.

Para elaborar o relatório da BRAiN, a definição utilizada foi restrita à atratividade como um

polo de investimentos e negócios e abrangente quanto aos tipos de agentes envolvidos nas relações com o polo. Com este escopo, para melhor entendimento, o conceito de atratividade foi decomposto em duas principais vertentes: *a)* as características intrínsecas do país, que o definem como atrativo por si só; e *b)* a conectividade do país, ou seja, seus fluxos, que definem a atratividade da rede a qual pertence.

Fazem parte das características intrínsecas: uma economia forte, suas infraestruturas física, financeira, jurídica e regulatória e uma população capacitada. Por outro lado, o que define a força da conectividade de um país são a qualidade e a quantidade das conexões intrarregionais e, ao mesmo tempo, a qualidade e a quantidade de suas conexões com outros polos relevantes do mundo. Juntas, estas vertentes compõem a atratividade do país como polo e permitem que a nação possa competir pela atração de recursos, para si e para sua região de influência, diante de outros polos mundiais (veja Diagrama 1).

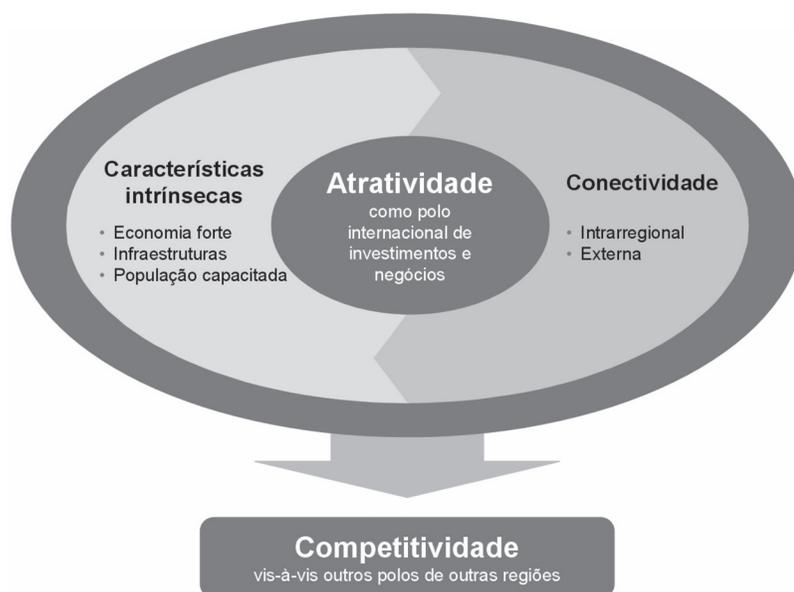
Este artigo utiliza dados apresentados na segunda publicação da BRAIN, a qual continua o mapeamento iniciado no relatório lançado

em dezembro de 2010, “O Brasil como um dos Polos na Nova Rede de Negócios da América Latina”. Foi realizado um trabalho de extensa pesquisa e análise de dados, assim como entrevistas e *workshops* com especialistas e formadores de opinião dos setores público e privado, objetivando a definição e mensuração da atratividade brasileira como polo de investimentos e negócios. Este trabalho contou com a participação e validação de empresas, entidades de classe, economistas e técnicos de renome, assim como autarquias e representantes das esferas de governo federal, estaduais e municipais.

O resultado do trabalho acima descrito é o documento que detalha a atratividade do Brasil como um polo de investimentos e negócios na América Latina, define indicadores para o acompanhamento dinâmico da posição do país e identifica possíveis próximos passos e iniciativas para fomentar este posicionamento.

A pretensão da BRAIN é lançar uma nova luz sobre o tema da atratividade de um polo de investimentos e negócios, identificando iniciativas que tornem o País ainda mais atrativo para empresários, investidores e todos os públicos

Diagrama 1: Conceito geral da atratividade de um polo.



envolvidos em transações de investimentos e negócios.

Determinantes da atratividade de um polo

A BRAiN detectou, inicialmente, alguns traços comuns existentes em todos os grandes polos de negócios de referência, assim como algumas características diferenciais que reforçam o papel de cada centro como um polo internacional.

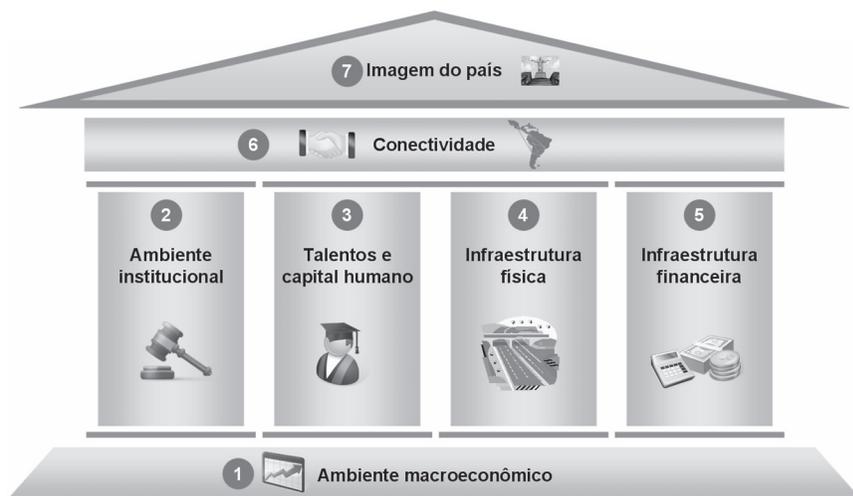
A partir dessa base, o segundo relatório da BRAiN complementou tal lista preliminar e identificou os pilares indispensáveis para definir a atratividade de um polo. O resultado dessa identificação e do posterior agrupamento levou ao desenvolvimento de uma visão dos sete pilares que constituem a lista dos pré-requisitos fundamentais para a formação e a excelência de um polo de investimentos e negócios (*veja Diagrama 2*): ambiente macroeconômico, ambiente institucional, talentos e capital humano, infraestrutura física, infraestrutura financeira, conectividade e imagem do país.

Cada um dos sete pilares de atratividade brasileira passa a ser analisado a seguir, com o objetivo de apontar a base de desenvolvimento de onde parte o Brasil e as áreas onde o país

deve investir para se consolidar como polo de investimentos e negócios atrativo.

- **AMBIENTE MACROECONÔMICO:** Um crescimento econômico contínuo e regular e uma baixa incerteza sobre os níveis de taxa de juros ou sobre a taxa de câmbio são exemplos das condições que alicerçam o desenvolvimento de investimentos e negócios em um país.
- **AMBIENTE INSTITUCIONAL:** A capacitação de um país como polo, principalmente em relação a outros centros, também reside em um estado de direito sólido, na possibilidade dada aos agentes econômicos de cumprirem rapidamente suas obrigações, e na transparência e eficiência dos processos administrativos.
- **TALENTOS E CAPITAL HUMANO:** Um conjunto de talentos suficiente tanto em termos quantitativos quanto qualitativos, um forte alinhamento entre as capacidades acadêmicas e as necessidades do mercado de trabalho, e a possibilidade de atrair especialistas de fora do país são alguns dos requisitos a serem cumpridos por um postulante a polo internacional.
- **INFRAESTRUTURA FÍSICA:** Opções de transporte multimodais que permitam a entrada e a saída do polo, bem como a movimen-

Diagrama 2: Os sete pilares da formação e da excelência de um polo de investimentos e negócios



tação interna, e o acesso a uma rede de telecomunicações competitiva em desempenho e em custos são elementos evidentes entre os fatores de sucesso de um polo.

- **INFRAESTRUTURA FINANCEIRA:** A presença de intermediários financeiros capacitados, o acesso contínuo a diversas fontes de financiamento e a existência de instrumentos para a mitigação de riscos ajudam diretamente o desenvolvimento de um polo de investimentos e de negócios.
- **CONNECTIVIDADE:** Um intenso fluxo de comércio de bens e serviços, de movimentação de capitais e de pessoas constitui um elemento vital para nutrir continuamente um polo de investimentos e negócios.
- **IMAGEM DO PAÍS:** A percepção positiva externa sobre as condições gerais de um país representa um ativo importante para a consolidação de um polo, em particular para atrair talentos e empresas.

Além do entendimento abrangente e detalhado da situação do Brasil em cada um destes sete pilares por meio de análises, o trabalho realizado também criou um painel de indicadores para permitir a fácil comparação da situação brasileira com a de outros polos. Para tanto, em cada um destes pilares, foram elencadas dimensões que podem ser usadas para avaliar a situação do país diante de outros polos selecionados. A seleção dos indicadores baseou-se nas análises realizadas e em discussões entre os associados da BRAiN com autoridades e formadores de opinião dos setores público e privado.

Foram criadas também métricas para essas dimensões com o objetivo de, além de avaliar a situação atual, acompanhar ao longo do tempo a evolução da atratividade do Brasil como polo de investimentos e negócios. As métricas usadas para medir cada um dos indicadores levaram em consideração a qualidade das fontes, a disponibilidade de dados para diferentes países e a possibilidade de monitoramento contínuo ao longo dos anos.

A cesta de países para comparação foi definida a partir da busca por exemplos relevantes. Foram incluídos países desenvolvidos de referência, países que já operam como polos reconhecidos de investimentos e negócios e outros países pertinentes para a comparação.

As fortalezas e oportunidades de melhoria

1) *Ambiente macroeconômico:* Um crescimento econômico contínuo e regular e uma baixa incerteza sobre os níveis de taxa de juros ou sobre a taxa de câmbio são exemplos das condições que alicerçam o desenvolvimento de investimentos e negócios em um país.

Com relação a esta dimensão, o Brasil se destaca positivamente:

- é hoje a sétima economia do mundo, com expectativa de subir para a quinta posição até 2030, e em alguns cenários, como o de uma reportagem da revista britânica *The Economist*¹, espera-se que isso aconteça até 2025;
- a taxa média anual de crescimento saltou de 2,0% entre 1996 e 2000 para 4,4% entre 2006 e 2010, mesmo considerando o impacto da crise econômica global. Em comparação, o crescimento chinês subiu de 8,6% para 11,2%, enquanto o dos Estados Unidos cedeu de 4,3% para 1,0%;
- o mercado interno tem se fortalecido pelo aumento na participação de classes econômicas com poder de compra: as classes A, B e C respondiam por 55% da população em 2002 e hoje representam 69%²;
- a taxa de inflação que, no passado, chegou a cerca de 2.500% ao ano (1993), reduziu-se significativamente desde 1994 e vem se mantendo no patamar de um dígito desde 2003;
- a dívida líquida do setor público diminuiu de

1. Edição de 12 de novembro de 2009.

2. *Fonte:* Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas.

60,6% do PIB em 2002 para 40,4% em 2010. Além disso, desde 2007, o Brasil é credor externo líquido, com as reservas e créditos brasileiros no exterior superando a dívida externa³;

- o risco-país caiu de mais de 2 000 pontos no índice EMBI+ em 2002 para cerca de 200 pontos em 2010. Adicionalmente, em 2008, o País obteve a nota de “grau de investimento” das principais agências globais de classificação de risco.

A despeito dos avanços observados nesta dimensão, ainda existem oportunidades de melhoria para a consolidação da atratividade do País, manifestadas, por exemplo, em:

- aumentar, racionalmente, o nível de investimentos, que foi de apenas 16,7% do PIB em média entre 2000 e 2009, enquanto países como China, Índia e Cingapura investiram 39,1%, 28,4% e 24,9%, respectivamente⁴;
- manter a inflação sob controle e reduzir seu patamar: a expectativa de inflação brasileira para os próximos cinco anos é de 4,8% ao ano enquanto que, para a economia chinesa, mesmo aquecida, este valor está em de 4,0% ao ano;
- elevar o nível da poupança doméstica para além dos atuais 19%;
- aplicar plenamente a Lei de Responsabilidade Fiscal (do ano 2000), completar suas lacunas e garantir adequada interpretação, em especial em relação às práticas fiscais da União.

2) *Ambiente institucional*: A capacitação de um país como polo, principalmente em relação a outros centros, também reside em um estado de direito sólido, na possibilidade dada aos agentes econômicos de cumprirem rapidamente suas obrigações, e na transparência e eficiência dos processos administrativos.

3. *Fonte*: Banco Central do Brasil.

4. *Fonte*: World Bank Data.

Aqui, o Brasil destaca-se com:

- uma democracia consolidada há mais de vinte anos, reconhecida inclusive por estar em patamar semelhante ao dos Estados Unidos, da França e da Grã-Bretanha, de acordo com *ranking* do Banco Mundial⁵ sobre estabilidade política;
- a ausência de conflitos internos étnicos ou religiosos e também a inexistência de conflitos atuais ou potenciais com países vizinhos na região. Os marcos institucionais que definem as fronteiras nacionais são sólidos e estabelecidos pacificamente;
- o recente avanço normativo para diminuir o número de casos esperando julgamento no Judiciário, por meio de medidas como a aplicação de súmulas vinculantes, o princípio de repercussão geral, a limitação dos recursos especiais repetitivos, o maior uso de juizados especiais e de câmaras de arbitragem. Além disso, o Conselho Nacional de Justiça e o processo de informatização das cortes contribuem para aumentar a transparência e a eficiência deste Poder.

As áreas desta dimensão em que o Brasil apresenta oportunidades de melhoria são:

- a ainda grande influência política nas decisões que se referem à estrutura do Estado, refletida em exemplos como mandatos sem duração fixa para a presidência do Banco Central, o critério de nomeação e a influência política das agências reguladoras, o excessivo número de ministérios e sua volatilidade;
- a complexidade e o longo prazo para abrir e fechar uma empresa;
- uma elevada proliferação de leis: em 2009, foram editadas 317 novas leis por mês, en-

5. *Fonte*: Worldwide Governance Indicators – World Bank. Indicador: Estabilidade política e ausência de violência (política), de 0 a 100; Pontuações: Brasil: 56; Grã-Bretanha: 56; Estados Unidos: 58; França: 61.

quanto Estados Unidos e França editaram apenas 159 e 24, respectivamente;

- a morosidade judicial, refletida numa avaliação do Banco Mundial que estimou em 616 dias o prazo para concluir uma disputa comercial no Brasil, enquanto Hong Kong e Cingapura levam somente 280 e 150 dias, respectivamente, em disputa similar;
- o alto impacto negativo da burocracia sobre os negócios (nota 9 de 10) em avaliação do IMD⁶, ao passo que Hong Kong e Cingapura obtiveram notas 5,9 e 4,0, respectivamente;
- a alta quantidade de impostos, com constante alteração normativa, principalmente nos níveis estadual e federal⁷ e o alto número de obrigações acessórias⁸, implicando falta de clareza sobre a aplicabilidade e altos custos de *compliance*⁹.

3) *Talentos e capital humano*: Um conjunto de talentos suficiente tanto em termos quantitativos quanto qualitativos, um forte alinhamento entre as capacidades acadêmicas e as necessidades do mercado de trabalho e a possibilidade de atrair especialistas de fora do País são alguns dos requisitos a serem cumpridos por um postulante a polo internacional.

Aqui, o Brasil se destaca positivamente ainda em poucos pontos:

- disponibilidade demográfica de população economicamente ativa (PEA): o Brasil é a maior economia em que o crescimento es-

.....

6. International Institute for Management Development.

7. 13 estaduais e 117 federais por ano em média desde 1988. *Fonte*: Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário.

8. Apenas o ICMS possui sete livros de escrituração obrigatórios. *Fonte*: Clóvis Panzarini Consultores Associados.

9. Estudo comparativo do Banco Mundial entre 183 países considerando uma mesma empresa modelo coloca o Brasil como o país que tem o maior número de horas necessárias para cálculo e pagamento de tributos (2 600 horas/ano). *Fonte*: Banco Mundial.

perado da PEA é suficiente para atender ao crescimento previsto para a demanda por pessoas para o trabalho;

- evolução na quantidade de matrículas no ensino fundamental, colocando este nível de ensino no Brasil próximo à universalização (93%)¹⁰.

São vários os pontos que precisam ser melhorados nesta dimensão, como:

- taxa de matrícula no ensino médio de 77%¹¹, longe da universalização;
- taxa de matrícula do ensino superior de apenas 30%¹², inferior à média global;
- baixa qualidade do ensino, refletida em notas fracas no exame internacional PISA¹³;
- baixo alinhamento entre o ensino de idiomas e as necessidades do mercado de trabalho (nota 3,1 na escala de 0 a 10);
- baixa atratividade de talentos internacionais como ferramenta para formação local;
- falta de políticas para a gestão coordenada dos três milhões de brasileiros expatriados;
- baixo alinhamento da produção acadêmica às necessidades dos setores industrial, de serviços e financeiro.

4) *Infraestrutura física*: Opções de transporte multimodais que permitam a entrada e a saída do polo, bem como a movimentação interna e o acesso a uma rede de telecomunicações competitiva em desempenho e em custos são elementos evidentes entre os fatores de sucesso de um polo.

Nesta dimensão, o Brasil aparece positivamente em alguns quesitos:

- ampla cobertura de telecomunicações, principalmente nos centros urbanos;

.....

10. *Fonte*: Unesco – dados de 2007.

11. *Fonte*: Unesco – dados de 2007.

12. *Fonte*: Unesco – dados de 2007.

13. *Programme for International Student Assessment*: prova periodicamente aplicada pela OECD a estudantes de 15 anos de 65 países.

- o nível de acesso à água e ao saneamento básico em regiões urbanas é comparável ao de outras nações desenvolvidas, de acordo com estudo do IMD;
- o PAC¹⁴, que prevê acelerar investimentos para suprir as lacunas existentes.

Aqui, as lacunas ainda são consideráveis, manifestadas em casos como:

- os investimentos em infraestrutura decaíram de 5,4% do PIB na década de 1970 para 2,1% nos anos 2000, o que, na visão de vários economistas, é suficiente apenas para manter a infraestrutura existente, sem prover expansão;
- a infraestrutura brasileira é classificada somente em 28º lugar entre os 59 países avaliados pela EIU¹⁵, e as deficiências nessa frente comprometem a eficiência logística no País;
- os principais aeroportos do País operam acima da capacidade ideal;
- o custo de telecomunicações é três vezes maior que a média global;
- São Paulo apresenta o sexto pior índice de congestionamento entre as grandes cidades do mundo e, ainda assim, são previstos apenas oito quilômetros de metrô por milhão de pessoas em 2015 – Pequim espera ter 56 quilômetros;
- falta um marco regulatório mais robusto e claro para as parcerias público-privadas (PPPs).

5) *Infraestrutura financeira*: A presença de intermediários financeiros capacitados, o acesso contínuo a diversas fontes de financiamento e a existência de instrumentos para a mitigação de riscos ajudam diretamente o desenvolvimento de um polo de investimentos e de negócios.

O Brasil apresenta diversas fortalezas nesta dimensão:

- a regulação do sistema financeiro é mundialmente reconhecida como referência;
- a disponibilidade de recursos financeiros para as empresas, tipicamente por intermédio do uso de crédito PJ e do mercado de capitais;
- um modelo de negociação e registro centralizado de operações de derivativos de referência internacional;
- o sistema financeiro é forte e rentável, apresentando, nos últimos cinco anos, uma das maiores criações de valor aos acionistas no mundo.

E pode se desenvolver ainda mais focando em:

- aumentar a utilização de debêntures tanto como meio de financiamento quanto para expandir a liquidez do mercado secundário deste instrumento;
- atrair mais empresas de pequeno e médio porte para o mercado de capitais;
- incentivar o desenvolvimento dos mercados de seguros, resseguros e derivativos de commodities;
- desenvolver ainda mais a capacidade de inovação em novos produtos financeiros.

6) *Conectividade*: Um intenso fluxo de comércio de bens e serviços, de movimentação de capitais e de pessoas constitui um elemento vital para nutrir continuamente um polo de investimentos e negócios.

Como destaques positivos do estágio atual da conectividade internacional do Brasil e da América Latina podem ser citados:

- o País lidera a atração de investimentos estrangeiros diretos na América Latina;
- já existe acordo de livre residência envolvendo Brasil, Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai e Bolívia, podendo, inclusive, ser expandido para outros países.

E, como exemplos de áreas que podem ser mais bem desenvolvidas, elencam-se:

14. Programa de Aceleração do Crescimento.

15. *Fonte*: The Economist Intelligence Unit (EIU).

- a América Latina ainda tem pequena participação nas exportações globais de bens (5%) e serviços (4%)¹⁶. Em particular, maior atenção deve ser dada a serviços, setor mais relevante para polos de investimentos e negócios;
 - apesar de crescentes, as multilatinas ainda têm posição limitada no mundo. No caso do Brasil, a Vale, que é a primeira empresa brasileira por valor de ativos no exterior, não aparece no ranking das cem maiores empresas do mundo com mais ativos fora do país de origem¹⁷;
 - baixo alinhamento da regulação e pouca integração de sistemas e registros entre os países latinos dificultam a operação internacional de empresas na América Latina;
 - mesmo tendo recebido muitos imigrantes no passado e contando com colônias representativas de descendentes, o número de estrangeiros atualmente no Brasil, seja da América Latina ou de qualquer outra localidade, é pequeno se comparado com o tamanho da população;
 - o Brasil tem malha aérea pouco conectada com o restante da América Latina e do mundo quando comparado com outros países.
- tem aumentado a atratividade do País para a realização de congressos e convenções internacionais, de 62, em 2003, para 293, em 2009¹⁹;
 - terceira colocação mundial em número de empresas que publicam anualmente relatórios de sustentabilidade.

Como oportunidades de melhoria, podem-se citar:

- o Brasil apresenta imagem abaixo da média com relação à qualidade dos produtos nacionais;
- o País tem apenas três empresas entre as cem mais sustentáveis em ranking internacional²⁰;
- São Paulo e Rio de Janeiro são mal avaliadas como cidades para morar, empatando em 92º lugar;
- o número de turistas que visitam o País é pequeno em relação a outros polos.

Um longo caminho a trilhar

ABRAIN definiu para cada pilar um painel de indicadores que permite a fácil comparação da situação brasileira com a de outros polos, assim como o monitoramento contínuo ao longo do tempo. Os painéis resultantes podem ser observados ao longo dos capítulos de cada um dos pilares e na conclusão final deste documento.

Também a partir das análises da situação atual do Brasil em cada pilar, a BRAIN se propôs, através de sessões de trabalho com seus associados e de entrevistas com especialistas e formadores de opinião, compilar um plano de ação contemplando iniciativas a serem executadas para elevar o Brasil à condição de polo com o mesmo nível de excelência de outras referên-

7) *Imagem do país*: A percepção positiva externa sobre as condições gerais de um país representa um ativo importante para a consolidação de um polo, em particular para atrair talentos e empresas.

O Brasil já apresenta imagem positiva de destaque em:

- múltiplos rankings de aspectos culturais, turísticos e de hospitalidade;
- o ranking das melhores cidades para fazer negócios na América Latina aponta São Paulo e Rio de Janeiro em 3º e 5º lugares, respectivamente¹⁸;

16. Fonte: UNCTAD Stat.

17. Fonte: World Investment Report 2010 – UNCTAD. Dados referentes a 2008.

18. Fonte: Revista *América Economia*.

19. Fonte: International Congress and Convention Association.

20. Fonte: Corporate Knights – The World’s Most Sustainable Companies 2010.

cias mundiais. Como resultado deste exercício, os primeiros grupos de trabalho já foram formados e espera-se colher resultados positivos concretos num futuro bastante próximo.

O Brasil reúne as qualidades necessárias para se tornar o grande polo e catalisador da nova arquitetura regional. O País é um gigante no continente e deve crescer com ainda mais vigor na próxima década, fortalecendo seus vínculos com os países vizinhos e com o mundo. A visão emergente é consolidar o Brasil como um polo regional de investimentos e negócios, com conectividade global. É natural que o País siga este caminho, desenvolvendo seus alicerces e assim ampliando sua projeção global em linha com seu crescente papel no mundo.

O Brasil possui desafios a superar – e vantagens a alavancar – rumo a essa visão. O Brasil ainda enfrenta barreiras significativas – como o excesso de burocracia e a infraestrutura pouco competitiva – para poder atingir uma posição como um verdadeiro polo regional. Por isso é vital que mantenhamos e reforçemos os fundamentos sólidos de nossa economia e regulação, dando as bases para a expansão internacional de nossas empresas.

A visão da BRAiN está alinhada com a estratégia do País e não requer movimentos artificiais. Não é preciso ser inconsistente com o perfil do Brasil de país continental e com sua vocação natural para uma crescente projeção internacional. Especificamente não se trata de um projeto que requer conversibilidade cambial ou vantagens fiscais. A visão é de uma economia resiliente e diversificada, com um setor de serviços internacionalizado que suporte a projeção das multilatinas brasileiras e gere benefícios para os diversos setores da economia e da sociedade e para a América Latina como um todo.

Sem esforços coordenados o sucesso não é garantido. Outros países com potencial semelhante perderam sua janela de oportunidade. O sucesso requer ação coordenada estratégica público-privada no longo prazo e em múltiplas frentes, incluindo aperfeiçoamento da infraestrutura, simplificação do sistema tributário e regulações burocráticas, desenvolvimento da educação, aumento da cooperação internacional e com a iniciativa privada consistente com a inserção internacional desejada.

A grande maioria dos interlocutores envolvidos demonstrou significativa receptividade à ideia de desenhar uma visão de polo regional de investimentos e negócios para o País, que ao mesmo tempo seja coerente com sua trajetória de longo prazo, trace um caminho evolucionário para o País e promova sua projeção e competitividade globais.

A BRAiN está profundamente honrada com a confiança e apoio depositados por todos os seus patrocinadores e apoiadores nessa visão e na própria instituição. Estamos comprometidos com a tarefa de articular a implementação dessa visão, um projeto de longo prazo, ambicioso, porém viável, com benefícios para todos os setores.

Queremos contar com o apoio e diálogo de todos. Esse é um projeto para o País e para a América Latina e só será verdadeiramente bem-sucedido com o envolvimento de toda a sociedade.

A BRAiN convida todos os representantes e membros da sociedade que tenham interesse em participar destes diálogos estratégicos, bem como dos grupos de trabalho para aprimorar a atratividade do Brasil como polo de investimentos e negócios. Convidamos você a visitar o nosso *site* (www.brainbrasil.org), ler mais sobre nossos objetivos e entrar em contato conosco pelo e-mail contato@brainbrasil.org. ○

Críticas e Comentários

.....

Erramos

No artigo “O Papel da Oposição”, o intertítulo correto da página 17 é *Compromisso com o voto distrital* (e não *Compromisso com o voto digital*).

Críticas e Comentários

Desde a terça-feira, 12 de abril, quando a *Folha de S. Paulo* estampou em manchete a reportagem “Oposição deve desistir de buscar o ‘povão’, diz FHC”, aludindo ao artigo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso publicado na edição 13 (abril-junho) desta revista, o *site* da *Interesse Nacional* registrou dezenas de comentários de leitores, alguns dos quais reproduzimos nesta seção. Eles se referem principalmente ao artigo “O Papel da Oposição”, escrito por FHC, cuja estrondosa repercussão demonstra o acerto da escolha do tema como o principal destaque da edição passada. Em nossa avaliação, há um debate represado sobre o assunto, e os três artigos – de FHC, Demétrio Magnoli e Paulo Roberto de Almeida – contribuíram para fomentar a polêmica na sociedade brasileira.

Os artigos sobre a política externa no governo de Dilma Rousseff, assinados por Luiz Felipe Lampreia e Marco Aurélio Garcia, foram focalizados no *Valor Econômico* de 2 de maio, na coluna do jornalista Sergio Leo intitulada “A Oposição e a Política Externa”.

O texto de Caio Túlio Costa sobre o papel

da internet na votação recebida pela candidata Marina Silva, nas eleições de 2010, repercutiu também na internet – em *sites* e *blogs*. O *blog* do jornalista Fernando Rodrigues, no UOL, trouxe, no dia 14 de abril, o comentário “Marina atingiu 12,5 milhões de pessoas na web”, em que reproduz a análise do autor publicada na revista.

É impossível rastrear tudo o que foi divulgado sobre os artigos da edição 13 da *Interesse Nacional*. Seguem aqui alguns dos títulos que apareceram na mídia: “Artigo de FHC deixa oposição inquieta” e “Cientistas políticos acham arriscado esquecer ‘povão’ (*O Estado de S. Paulo*, 13.4); “Objeto de desejo” (coluna do jornalista Merval Pereira, *O Globo*, 13.4); “Declaração de FH incomoda partidos de oposição” (*O Globo*, 13.4); “FHC muda e prega que o PSDB busque a nova classe média” (*Valor Econômico*, 13.4); “FHC rebate críticas: ‘Venci o Lula com o voto do povão’ (*O Estado de S. Paulo*, 14.4); “Não sou idiota para propor que o PSDB ignore o povão, diz FHC” (*Valor Econômico*, 14.4); “Lula diz que FHC ‘quer esquecer o povão’” (*Folha de S. Paulo*, 15.4); “As oposições, o povão e o silêncio” (coluna de Cláudio Gonçalves Couto no *Valor* de 15, 16 e 17 de abril); “Oposição discorda de FHC e defende foco no ‘povão’” (*Folha de S. Paulo*, 13.4).

Como era de esperar, a mobilização da sociedade, que ecoou durante várias semanas na mídia, levou a um aumento expressivo nos acessos ao *site* da revista, que saltou de uma média diária de 150, até o dia 12 de abril, para 400.

Após a manchete da *Folha de S. Paulo*, seguida de colunas políticas em jornais, revistas e blogs, comentários em emissoras de rádio e TV, houve alguns picos de acesso ao site da *Interesse Nacional*, como o ocorrido em 13 de abril – 3 653. No sábado, 16 de abril, no domingo, 17, e na segunda-feira, 18, registramos, respectivamente, 1 213, 1 395 e 1 951 acessos. As assinaturas da revista também cresceram, em média, 25%.

Na sequência, algumas mensagens de leitores enviadas ao site da revista.

Sobre o artigo de Fernando Henrique Cardoso:

“Como sempre, o presidente Fernando Henrique formula um conjunto de pensamentos coerentes e, antes de tudo, com qualidade nas ideias. Muito do que ele fala é óbvio e é por ser que poucos percebem” (Moacir de Oliveira, moacir@paralelo17.com.br)

“Excelente artigo. Totalmente coerente como sempre foi nosso querido presidente. Só que precisamos colocar os pontos levantados no artigo de forma mais didática, mais clara. Como um professor de segundo grau coloca a matéria para seus alunos. Precisamos criar propostas para esses problemas e nunca ter vergonha de nossas conquistas na era FHC. Quando não temos certeza daquilo que fizemos, não inspiramos confiança.

Precisamos transpirar confiança, projetos, propostas. Só que o povo precisa entender o benefício de cada proposta. Sem esse entendimento, não há como mobilizar a população” (Angelica Magalhães, gecamag@ig.com.br)

“FHC, eu que ainda gostava de você, mas como eu sou povão, bye, bye” (Kleber, darlen_kleber@hotmail.com)

“Acorda oposição!” (Rosa Maria Pamplona Valle, rosapvalle@yahoo.com.br)

“Os fatos confirmam o que digo. O PSDB não tem um discurso, uma bandeira, muito menos atitudes que demonstrem algum interesse em cativar a classe média. Só discursos nas casas legislativas, e olhe lá. Cadê o PSDB para impedir que milhares de Câmaras de vereadores aumentem o número de vereadores, sangrando ainda mais os já combalidos cofres municipais? As prefeituras não têm dinheiro para merenda, saúde e outros serviços essenciais à comunidade. Mas, os desafortunados aprendizes de feiticeiros marcham a passos largos para aumentar o número de vereadores! Com a maior cara de pau. E não adianta dizer, mostrar enquetes que demonstram que a sociedade é contra. Eu diria: Até quando abusarão de nossa paciência? Então, querem ganhar nossa simpatia, apoio e voto? É bom começar a mostrar coerência, união e serviço por alguma causa” (Gil, gilberto.diasferreira@uol.com.br)

“Fantástico o artigo de FHC! Impecável na análise e coerente na proposta estratégica. A visão de alguém que continua comprometido com o desenvolvimento do Brasil. Aos que não o entenderam, só há algo a dizer: o analfabetismo funcional é uma das maiores chagas a ser enfrentadas pelo país.

Um abraço especial ao ex-presidente!” (Rosemary Roggero, roseroggero@uol.com.br)

“Fiquei impressionada com a clareza de argumentação e com o vigor da mensagem! Parabéns, concordo que o caminho é deixar o povão ao lulismo e adotar a nova classe c!” (Viviane Castilho Camargo, quictba@hotmail.com)

“É estarrecedora e indignante a postura de FHC. Ele quer a retomada do poder a qualquer custo: não respeita ideias contrárias, não enxerga nada além do seu umbigo e ataca o povo sem nenhum pudor. Mas, é animador saber que apesar de não se convencer de sua posição de ex-presidente suas bravatas só conseguem evidenciar de que lado ele e seus

seguidores estão: contra o povo” (Augusto Matias, jocafilho@yahoo.com.br)

“Lamentável ver o ex-presidente desistir do povão e tentar um discurso político ‘as novas classes médias’. Não se esqueça, ex-presidente, essas ‘novas classes médias’ são simplesmente o povão, vieram do povão, pensam como o povão. É a senhora que agora pode comprar uma carne de primeira, um iogurte no supermercado, é o sujeito que pode pensar em ter seu primeiro carro zero na garagem, parcelado em 80 vezes, é a família que entra nas Casas Bahia para comprar o primeiro computador ou o segundo para os filhos.

Concluindo: o presidente fala ainda como um intelectual, mas está distante da realidade, a realidade, sr. Presidente, é que o Tiririca foi o deputado mais votado. ACORDA!!!” (Elias Soares, e@e.com.br)

“Agora, sr. FHC, lembre-se de que os professores e funcionários públicos são parcelas significativas da classe média e que estas se lembram muito bem do que foi seu governo para essas categorias.

Os docentes das Universidades não são tão desinformados quanto o “povão” (embora discorde de que esses o são) e se lembram do período de privatização do ensino superior feito através da enorme expansão das Universidades particulares e através do arrocho de salário dos docentes. Disso, FHC, não tenha dúvida, os professores se lembram muito bem de que tipo de patrão o PSDB foi e não gostamos!! Sinceramente, acredito que o povo brasileiro não quer um Estado Mínimo, como prega o neoliberalismo do qual o sr. e seu partido são defensores... pelo contrário, acredito que o povo brasileiro quer um estado indutor do desenvolvimento e que, sobretudo, corrija os desvios do mercado que impedem a oportunidade igual para todos!” (Flávia, flaviassilva2009@gmail.com)

“Flávia, note que no seu discurso FHC demonstra que ele continua com a mesma mentalidade de quando foi presidente, ao mencionar a seguinte fra-

se: ‘mensagens atrasadas do esquerdismo petista ou de sua leniência com o empregismo estatal’.

Portanto, para ele, a classe dos professores e demais funcionários públicos tem que acabar mesmo. Nada mudou!” (Gil, gilberto.diasferreira@uol.com.br)

“Simplesmente: vou postar no meu Facebook! Grata FHC!” (Marta, jurala@uol.com.br)

“Excelente! Este artigo é quase uma cartilha para as oposições que estão perdidas no seu papel primordial, que é fazer oposição a um governo oportunista e populista” (PoPa, pobrepampa@gmail.com)

“Este texto deveria ser a Bíblia do PSDB, não para ficar na mesa de cabeceira, mas para ser debatida, discutida e colocada em prática. Nossa oposição está, ou estava, até antes deste artigo, completamente sem Norte. Precisamos começar a agir imediatamente, o tempo não para à espera do final do joguinho de egos inflamados que, infelizmente, existe dentro do partido. Acorda, gente, pois o PT não dorme” (Celi Silva Lemos, celi_conti@terra.com.br)

“A opinião de FHC merece aplausos. Infelizmente o nosso país está entregue a um governo populista, porque a oposição é alienada ao governo. É oposição apenas para buscar votos, mas na verdade não apresenta nada a ser discutido pela população, e ainda no Congresso sempre está ao lado do governo. Se nada for feito, caminhamos para um ‘chavismo’.

Senhores congressistas, o povo espera de vocês uma atitude. Chega de leniência diante das barbáries do “lulismo” implantado em Brasília” (Lurdeu Moura, prlurdeomoura@gmail.com)

“Parabéns ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e parabéns ao Brasil! Finalmente

posso dizer que minha voz ressoou na política brasileira. Finalmente algo novo em meio a um mar de ignorância e má-fé, dois dos maiores males deste país. Esse clima já estava no ar, porém, a grande percepção de FHC coroou essa sensação tão presente em todo o país. Nenhum outro artigo em décadas foi tão incisivo e necessário à política brasileira. Devemos mais essa a FHC. Se outra pessoa dissesse isso, iria bem soar falso, mas vindo do ex-presidente o endereço é certo: reanimar as forças políticas consumidas sem dó e em todos os seus 'lados' pela nova e peculiar maneira do PT de administrar. Todos se renderam ao lulo-petismo menos os homens democraticamente coerentes como é FHC". (Rosberg Farias, rosbergff@hotmail.com)

.....

"O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso está coberto de razão. Não é nada contra o PT que encontrou e trabalhou para conquistar a classe trabalhadora, dando a ela poder de compra, acesso ao consumo, à educação, enfim, tirando-a do limbo em que se encontrava. O seu artigo é o que qualquer cidadão de classe média percebeu e o PSDB não viu ou não quis ver na última eleição. Ele queria ouvir um candidato que defendesse a classe média que está encaixotada entre os milionários e a classe C e D.

Entretanto, o PSDB não teve discurso na eleição presidencial passada e ainda não o encontrou. Para alcançar a classe menos favorecida, o PSDB tem que tirar o 'saltinho de cristal' para colocar o 'pé na jaca'. O que não é seu feito. Eles não conseguem chegar aos rincões, precisam entender e assimilar isto.

Um dos exemplos vem de Minas, a passeata do José Serra saiu do alto das Mangabeiras e foi para a praça da Savassi. E o discurso, cadê? Foi para o povoão? Nos 8 anos do ex-governador, os municípios visitados por ele foram só aqueles onde tinha pista de avião.

Curioso é a maioria do partido não concordar com o artigo do ex-presidente FHC. Faltou na campanha passada alguém que dissesse das carências da classe média. A dificuldade financeira para pagar a escola dos filhos, de estudar, de fazer um curso de línguas, de continuar bancando o que sempre teve.

A classe média não tem como contratar um cuidador de idoso, não tem como manter o plano de saúde privado, não tem como pagar o aluguel que disparou e não consegue comprar um imóvel (a prestação não cabe em seu orçamento), aliás, não tem nem uma linha de financiamento que seja compatível com a sua renda que não é do Minha Casa, Minha Vida e nem a de alto padrão. E, ainda, não encontrou até agora uma voz que a representasse. A classe média está sucumbindo. Não a que chegou agora, mas a que já era média.

Seria a hora do PSDB agarrar este mote e se lançar enquanto é tempo. Isto, no entanto, não é para esquecer os mais carentes, como sempre fez. O artigo só traz o que a classe média esperava na campanha e que o PSDB não enxergou. O espaço está aberto para discussão. Ao PSDB resta pegar ou continuar sem discurso" (Glauca Stela, stelaglauca@hotmail.com)

.....

"O artigo é excelente e muito bem redigido. Lamento que o autor sofra de dupla personalidade e quando está no poder não aplique o que ele próprio escreveu. Não acredito no Lula, mas também não acredito no FHC, e recorro aos senhores que a cabeça dele no poder mudou tanto que chegou a chamar aposentado de vagabundo.... lamentável" (Franklin Gomes Madeira, fgmadeira@oi.com.br)

.....

"FHC é um intelectual, serve pra isso: escrever artigos. Governo mesmo é preciso deixar para quem sabe administrar e não apenas falar" (Renato ZD, rnt.delgado@gmail.com)

.....

"SIM!!!! essa é a Oposição que queremos!!!! Chega de lulismo! Desejo que a Oposição deixe de lado o comodismo e o conformismo e volte a se manifestar e a lutar contra esse populismo sujo! Maravilhoso FHC" (Marisa, mcantadore@hotmail.com)

.....

"Este artigo do ex-presidente FHC é uma verdadeira aula de modernidade. Infelizmente o seu

PSDB não dispõe de 'tutano' suficiente para abraçar como estratégia de atuação política tendo em vista o engrandecimento da nação brasileira. Vou disseminar este artigo como aula de 'estratégia cívica para o Brasil'" (Almir D'Antona Muniz, almirdantona@bol.com.br)

"Parabéns pela Revista, e principalmente pelo lúcido artigo do Fernando Henrique, que vem sendo alvo de interpretações distorcidas ou precipitadas, ou ignorantes, ou maliciosamente oportunistas. Sou Procuradora do Estado de Minas Gerais, apartidária, mas ativa entusiasta do desenvolvimento saudável e sustentável (em todos os aspectos) do Brasil. Abraços!" (Catarina Linhares, catlinhares@yahoo.com.br)

"Apesar de nunca ter levantado a bandeira do PSDB, por diversos motivos, reconheço que este artigo é uma aula para os eleitores (me incluo nessa) que não conseguem distinguir, ou até mesmo reconhecer as ideologias partidárias, uma vez que os políticos que se dizem opositores, na prática são sempre uns aliados que 'mamam nas tetas do governo' e confundem as cabeças do povo" (Rayssa Santos, rayssa.jornalismo@gmail.com)

"O diagnóstico feito pelo FHC da atual dinâmica da política brasileira é enfático, preciso e objetivo. Eu sou uma dessas pessoas que não quer lista fechada, corrupção, clientelismo, barganha com o dinheiro público e demagogia de pseudos políticos. Eu quero ter referências de valores e de políticas sociais verdadeiras. Eu preciso acreditar nos homens nos quais irei votar. Acho que o artigo é mais do que diretrizes para nortear a ação oposicionista, mas também um alento aos inconformados e oprimidos com a ação infame do, como o FHC denomina, lulopetismo" (Paulo Freire, adm52002@hotmail.com)

"FHC é um estadista, o único após JK. Seu artigo diz tudo, pena que a oposição não saiba

ler" (Oriovaldo Madureira, oriovaldomadureira@hotmail.com)

"É extremamente gratificante ler um artigo de FHC. Mostra sua capacidade de análise de nosso momento político e dá seguras indicações do rumo a ser seguido para o bem de toda a sociedade brasileira. Parabéns, Presidente!" (José Dias de Campos Filho, joedias@uol.com.br)

"Como posso imaginar que membros da oposição, hoje, possam não entender argumentos que o Sr. FHC coloca com tamanha clareza e simplicidade, mas indo no osso da causa" (Gustavo Rocha, rochagus@hotmail.com)

"Até que enfim uma brisa de sanidade e coragem, juntas, na oposição. No texto FHC de hoje, em meu blog, sugiro a união das oposições" (Gustavo Amarante, amarante@uol.com.br; <http://amarante.blog.uol.com.br>)

"Esse artigo incomodou tanto o DEM e alguns setores do PSDB porque diz exatamente o que a nossa oposição faz hoje, muito pouco ou quase nada. O ex-presidente foi muito feliz em dizer em palavras o que a oposição deveria ter feito nos 8 anos de governo Lula, mas que por medo de perder suas regalias não fez. Excelente artigo" (Eduardo Santana, eduardocecapi@bol.com.br)

"Ai, cotovelo, como dói!" (Flavio Aguiar, flavio-aguiar@t-online.de; www.cartamaior.com.br)

"FHC nunca gostou do povo" (Elza Ribeiro, elza.ribeiro@hotmail.com)

"Entendi perfeitamente a colocação do Sr. Fernando Henrique; quis dizer que os políticos de outros partidos estão, em troca de interesses próprios,

deixando de ser a oposição do governo atual, e isso pode ser prejudicial, pois o povo, mais simples ou menos conectado com o interesse político do país, está distraído e deixando passar tudo em branco. Portanto, a OPOSIÇÃO é saudável para o governo, e os políticos eleitos estão lá para representar justamente este povo distraído que votou neles. Está me chamando muito a atenção tudo o que está ocorrendo neste governo com a cara do Lula, não que ele não tenha feito algo, mas é prejudicial, o mundo já não é mais o mesmo, e os políticos precisam renovar suas ideologias partidárias e atender aos anseios do povo, às necessidades verdadeiras e parar de fazer jogo ilegal. Quanto às novas camadas que deverão atingir, é fundamental: o Twitter, redes sociais, etc., estão começando a ter peso, estão trazendo uma nova revolução, estão conectados com o mundo” (Wal Águia, wal.aguia@gmail.com; blogdowal.hardhardware.com.br)

“O que mais me impressiona é que não li nenhuma defesa do FHC por parte de seus correligionários e políticos do PSDB, apenas críticas quanto ao povo, que aliás foi corretamente colocado, ajudando ao Lula em sua crítica descabida, como aliás é sempre de seu feitio. A oposição está escondida atrás de sua vaidade ferida e despropositada, inerte e quase adésista e, como sempre, às turras uns contra os outros para resolver quem é candidato a que” (João Edison Simonetti, jesimonetti@terra.com.br)

“Deveria ser obrigatório a todos da oposição ler esta matéria e assim aprender um pouco do que é ser oposição. Parabéns, FHC, precisamos de vários FHC” (Adenicio Pires, adenicio.pires@hotmail.com; www.paramonhart@hotmail.com)

“Impressionante como FHC não entendeu o que está acontecendo... enquanto o foco da oposição for a ação oposicionista, a oposição vai se mostrando alienada e vazia... Ele está tentando resgatar para ele exatamente o que está criticando no petismo lulista...” (Operadreamer, ninagaul@oestudio.com.br)

“O problema da oposição no Brasil se resume ao fato de que seus autores não a sabem fazer, não passam credibilidade ao povo e carregam o peso de ser elitistas. Talvez com uns 30 anos fora do governo aprendam a fazê-la” (Osvaldo, santos.cta@globo.com)

“Em parte concordo com FHC, mas nunca neste país – palavras do LULA – houve tanta corrupção quanto no governo do PT, que se dizia ético” (Juliano, geroldozanon@terra.com.br)

Comentário sobre o artigo “Partido Único”, de autoria de Demétrio Magnoli:

“Melhor texto que já li sobre a realidade política nacional, e em especial acerca do ‘fantástico’ governo Lula. Parabéns! (Cesar Mucio Silva, cesarmucio@uol.com.br)

“Professor Demétrio, Alvíssaras! Artigo elegante e contundente. Siga em frente. É um prazer acompanhá-lo. FSC, seu criado” (Fernando Saulo Calheiros de O. Pinheiro, scalheiros@yahoo.com)

“Patético, é um fanfarrão tucano de carteirinha. Seu ódio pelo PT e pelos progressos sociais trazidos por Lula parecem não caber em suas comedidas e filosóficas palavras” (Roberto Campos, rob.campos@gmail.com; www.robcampos.com.br)

Comentário de uma leitora sobre o artigo “O Papel da Internet na Conquista dos Votos de Marina Silva”:

“A senhora Marina não explicou como conseguiu tanto dinheiro para levantar uma campanha para presidente.

Se observarem o debate da Marina com a Presidente Dilma, durante a campanha, podem ver a cara de sapo da Marina, quando perguntou sobre o caso Erenice e a Dilma respondeu: Do mesmo jeito que ela havia resolvido o caso das madeiras do IBAMA. O marido dela estava respondendo a um processo, pois administrava 200 ONGs que venderam as madeiras confiscadas pelo IBAMA, e ainda um processo com a

Roseana Sarney. Veja que na mesma relação do STF dos acusados pelo MPF de improbidade administrativa, além do nome de Alexandre Firmino, marido da sra. Lina Maria Vieira, está o nome do técnico agrícola Fábio Vaz de Lima, marido da sra. Maria Osmarina Marina Silva Vaz de Lima ou ex-Ministra Marina Silva e candidata à presidência” (Conceição, conceicao@aol.com.br) ○



